

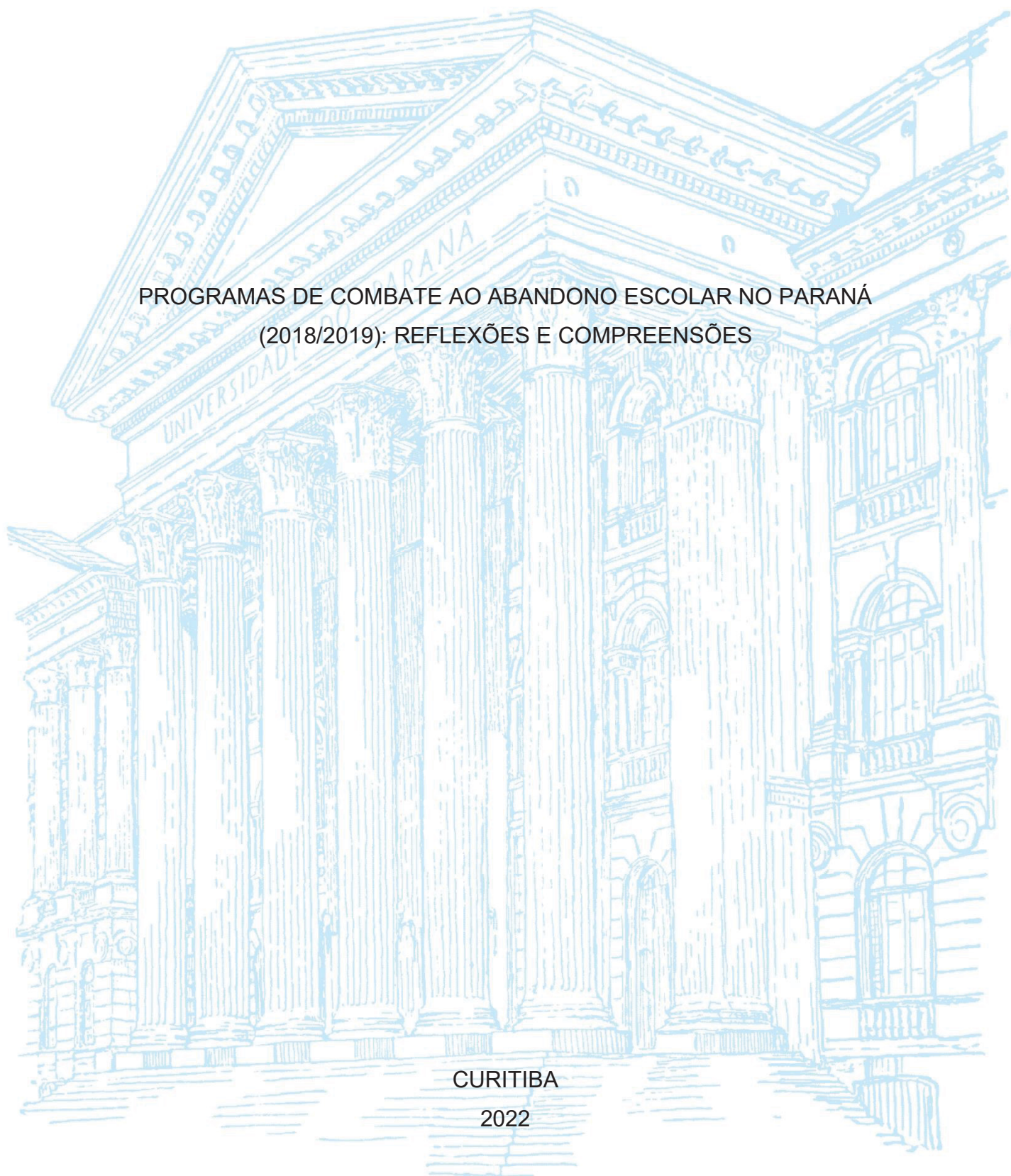
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETICIA MENEGUSSO

PROGRAMAS DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR NO PARANÁ
(2018/2019): REFLEXÕES E COMPREENSÕES

CURITIBA

2022



LETICIA MENEGUSSO

PROGRAMAS DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR NO PARANÁ
(2018/2019): REFLEXÕES E COMPREENSÕES

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática, Setor de Ciências Exatas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências e em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Rolkouski

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Menegusso, Leticia

Programas de combate ao abandono escolar no Paraná
(2018/2019): reflexões e compreensões / Leticia Menegusso. –
Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em
Educação em Ciências e em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Rolkouski

1. Evasão escolar. 2. Políticas públicas. 3. Matemática –
Estudo e ensino. I. Rolkouski, Emerson. II. Universidade Federal
do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação em
Ciências e em Matemática . III. Título.

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO EM
CIÊNCIAS E EM MATEMÁTICA - 40001016068P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E EM MATEMÁTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de LETICIA MENEGUSO intitulada: **PROGRAMAS DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR NO PARANÁ (2018/2019): REFLEXÕES E COMPREENSÕES**, sob orientação do Prof. Dr. EMERSON ROLKOUSKI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Abril de 2022.

EMERSON ROLKOUSKI

Presidente da Banca Examinadora

GABRIELA SCHNEIDER

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

ELENILTON VIEIRA GODOY

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



À minha avó Anelita da Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus e Nossa Senhora Aparecida que me dão forças para seguir, cuidando de mim e da minha família.

Agradeço principalmente à minha avó, Anelita da Silva (*in memoriam*), que é a minha grande inspiração como mulher, que me dá forças todos os dias através de todos os ensinamentos que me deixou.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná e ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática pela oferta do ensino gratuito e de qualidade, que me permitiu avançar em minha carreira acadêmica. Aos professores da banca, pelas indicações que me fizeram chegar ao fim deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador, que caminhou comigo no desenvolvimento deste trabalho, e que buscou saídas em todas as dificuldades que a pandemia nos impôs. Ao Professor Dr. Roberto Ribeiro Santos Junior que sempre me incentivou desde a graduação e que me inspira até hoje como grande professor.

Agradeço à toda minha família, em especial meus pais, Angela e Cezar, que me deram suporte em toda minha trajetória acadêmica e ao meu irmão Leonardo que é meu grande parceiro.

Por fim, agradeço a todos meus amigos, que são poucos, mas de grande qualidade, por me incentivar e apoiar, proporcionando ótimas conversas sendo nos momentos bons e ruins.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O dinheiro público aplicado na educação é um investimento e não um gasto, pois ajuda a construir um futuro mais digno para as pessoas e para o país.

(Luís Inácio Lula da Silva)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar as políticas públicas em vigor no estado do Paraná, que têm foco no combate ao abandono escolar – Programa de Combate ao Abandono Escolar (2018) e Programa Presente na Escola (2019). Para isso, será utilizado o método do Ciclo de Políticas, através de levantamento de dados, de entrevistas e documentos oficiais acerca dos programas. Com base nesse método, será analisado o contexto de influência, para isso, será realizada uma entrevista com um servidor público que trabalha com a elaboração e implementação dos projetos; seguindo para o contexto da produção de texto, onde serão utilizados documentos oficiais que abordam os programas. Por fim, para compreensão do contexto da prática, serão entrevistados um professor de Matemática e a direção de um colégio estadual, do Ensino Médio da região da CIC. No sentido de realizar as análises, além do método do Ciclo de Políticas, tomar-se-ão por base referenciais teóricos e documentos oficiais (leis, cartilhas, etc.) que abordam o abandono escolar. Além disso, procedeu-se a revisões de literatura sobre os termos abandono e evasão escolar, a fim de compreender como estes são utilizados na literatura. Buscou-se compreender a trajetória do abandono escolar no que tange o direito à Educação. Considerando os estudos realizados, podemos expandir a compreensão de como as políticas educacionais que lidam com o problema do abandono escolar entram nas agendas políticas e, portanto, quais suas implicações na realidade escolar. Através das análises e referenciais teóricos, podemos identificar uma tendência de projetos e programas de combate ao abandono escolar. Percebemos que como está sendo feito, em regiões tão diferentes dentro de um mesmo município, são necessárias mais discussões sobre as especificidades para que os resultados obtidos sejam efetivos. Além disso, buscamos realizar uma breve discussão sobre uma possível relação entre abandono escolar e a disciplina de matemática, isso amplia uma discussão relevante sobre os motivos que levam um estudante ao abandono escolar. Dentre outros, aponta-se como resultado a necessidade de diálogo com a comunidade envolvida na construção dos programas que podem auxiliar na construção de políticas públicas mais adequadas às diferentes realidades escolares brasileiras.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Abandono Escolar. Programa de Combate ao Abandono Escolar. Programa Presente na Escola. Educação Matemática

ABSTRACT

The objective of the present dissertation was to analysis the ruling public politics in Paraná state, which has as focus on combating school dropout - School Dropout Combat Program (2018) and Present at School Program (2019). For this, we used the Policy Cycle method, through data survey, interviews and officials' documents about the programs. Based on this method, we analyzed the influence context; for this, we realized an interview with a public server which works with the project's elaboration and implementation, following to the text production context, in which we used officials' documents that analyze the programs. Lastly, for comprehension of the practice context, we interviewed a math teacher and the director of a state school, of Middle School in the Industrial City Region. For the analyses, besides the Politics Cycle, we based on theoretical references and officials' documents (laws, booklets etc.) that address school dropout. Besides, we carry out literature reviews about the terms school dropout and dropout, for comprehension as they are used in literature. We tried to understand the trajectory of school dropout in terms of the right to education. Considering the studies realized, we can expand the understanding of how educational policies that deal with the problem of school dropout enter political agendas and, therefore, which the implications in the scholar reality. Through the analyses and theoretical references, it was possible to identify a tendence of projects and programs of combating school dropout. We realize that, as it is being done, in such different regions within the same municipality, further discussions on the specifics are needed for the results obtained to be effective. Besides, we seek to carry out a brief discussion about a possible relationship between school dropout and the discipline of mathematics, which expands a relevant discussion about the reasons that lead a student to drop out of school. Among others, the need for dialogue with the community involved in the construction of programs that can help in the construction of public policies more adequate to the different Brazilian school realities is pointed out as a result.

Keywords: Public policy. School Dropout. School Dropout Combat Program. Present at School Program. Math Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRIMEIRA VERSÃO DO CICLO DE POLÍTICAS PROPOSTO POR BALL E BOWE (1992)	42
FIGURA 2 - SEGUNDA VERSÃO DO CICLO DE POLÍTICAS PROPOSTO POR BALL E BOWE (1992)	42
FIGURA 3 – QUARTA VERSÃO DO CICLO DE POLÍTICAS PROPOSTO POR BALL (2009)	43
FIGURA 4 – LINHA DO TEMPO	50
FIGURA 5 – FLUXOGRAMA QUE EXPLICA A RELAÇÃO DA TUTORIA COM A ESCOLA	57
FIGURA 6 – LINHA DO TEMPO COM OS PROGRAMAS SEMELHANTES AO Pcae	62
FIGURA 7 – FLUXOGRAMA DOS PASSOS DO PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	70
Figura 8 – ABANDONO ESCOLAR MÉDIO POR ANO (2008-2009)	89

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RENDA POR DOMICÍLIOS	80
GRÁFICO 2 - MÉDIA DE HOMICÍDIOS	80
GRÁFICO 3 - MÉDIA DE OCORRÊNCIAS GERAIS.....	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ÍNDICE MÉDIO DE ABANDONO ESCOLAR POR MATRIZ REGIONAL DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	19
TABELA 2 – ÍNDICE MÉDIO DE ABANDONO ESCOLAR POR MATRIZ REGIONAL DOS ANOS FINAIS DO ENSINO MÉDIO	20
TABELA 3 – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR MÉDIO POR TURMA DOS COLÉGIOS DO SETOR CIC (%)	20
TABELA 4 – TRABALHOS POR ÁREA DE CONHECIMENTO	22
Tabela 5 – REFERENCIAS DOS TRABALHOS SELECIONADOS	22
TABELA 7 – QUESTÕES ORIENTADORAS PARA ANÁLISE DOS CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA E ESTRATÉGIA POLÍTICA	49
TABELA 8 – MOTIVOS DA EVASÃO ESCOLAR NO ANO DE 2008	52
TABELA 9 – PROGRAMAS SEMELHANTES AO PCAE (2013/2018)	61
TABELA 10 – QUESTÕES ORIENTADORAS PARA ANÁLISE DO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTO	65
TABELA 11 – QUESTÕES ORIENTADORAS: CONTEXTO DA PRÁTICA E RESULTADOS/EFEITOS	77
TABELA 12 – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR POR TURMA	82
TABELA 13 – TIPO DE DOCUMENTO E REFERÊNCIA	92

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AC – Acre
AM – Amazonas
AMAI – Programa de Apoio e Monitoramento ao Aluno Infrequente
BA – Bahia
BM – Banco Mundial
BTDB – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CE – Ceará
CEMASP – Centro Municipal de Atendimento Sociopsicopedagógico
CIC – Cidade Industrial de Curitiba
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COVID – Coronavírus
CRAS – Centros de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DMAT – Departamento de Matemática
DF – Distrito Federal
ES – Espírito Santo
ESCOL – Educação, socialização e coletividades locais
FICA – Ficha de Comunicação do Aluno Ausente
FICAI – Ficha de Acompanhamento de Aluno Infrequente
FMI – Fundo Monetário Internacional
FA – Frequência Absoluta
FR – Frequência Relativa
Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
MEC – Ministério da Educação
MP – Ministério Público
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAAP – Programa de aprendizagem no Amapá
PAIE – Programa de Atendimento Integral às Escolas
PAPE – Programa de Acolhimento, Permanência e Êxito
PCAE – Programa de Combate ao Abandono Escolar
PE – Pernambuco
PDF – *Portable Document Format*
PPP – Projeto Político Pedagógico
PR – Paraná
RBEP – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
RCO – Registro de Classe *online*
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RSL – Revisão Sistemática de Literatura
SEDUC – Secretaria da Educação, Juventude e Esporte
SEED – Secretaria da Educação e do Esporte
SERP – Sistema Educacional da Rede de Proteção
TO – Tocantins
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 JUSTIFICATIVA.....	18
2 REVISÃO DE LITERATURA	21
3 REFERENCIAL TEÓRICO	28
3.1 EVASÃO OU ABANDONO ESCOLAR?.....	28
3.2 DIREITO À EDUCAÇÃO E O ABANDONO ESCOLAR.....	30
4 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM MÉTODO PARA ANÁLISE	38
4.1 POLÍTICA, POLÍTICA PÚBLICA E ESTADO.....	39
4.2 O CICLO DE POLÍTICAS E ALGUMAS VERSÕES	41
4.3 APROXIMAÇÕES NA TEORIA DE BALL E BOWE	43
5 CONTEXTO DE INFLUÊNCIA: O DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR NO ESTADO DO PARANÁ	46
5.1 DOCUMENTOS OFICIAIS PARA CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE.....	49
5.2 ANÁLISE DO CONTEXTO DA INFLUÊNCIA	58
6 . CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTO.....	64
6.1 ANÁLISE DO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTO	66
6.1.1 O PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR (2018).....	66
6.2 O PROGRAMA PRESENTE NA ESCOLA	71
7 . CONTEXTO DA PRÁTICA	74
7.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA: O CIC.....	78
7.1.1 O COLÉGIO ESTADUAL MARLI QUEIROZ AZEVEDO.....	81
7.2 A ANÁLISE DO CONTEXTO DA PRÁTICA	83
7.3 CONTEXTO DA PRÁTICA: EM TEMPOS DE PANDEMIA	89
8 E A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA?	91
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	100
ANEXOS.....	106
ANEXO 1 - CONTROLE INTERNO DE FREQUÊNCIA – 2005.....	106
ANEXO 2 – FICHA FICA - 2005.....	107
ANEXO 3 – LISTAGEM DOS MOTIVOS DAS FALTAS - 2005	108
ANEXO 4 – CONTROLE INTERNO DE FREQUÊNCIA - 2009.....	109
ANEXO 5 – FICHA FICA - 2009.....	110

ANEXO 6 – LISTAGEM DOS MOTIVOS DAS FALTAS - 2009	112
ANEXO 7 – CONTROLE INTERNO DE FREQUÊNCIA - 2013.....	113
ANEXO 8 – ATA DE REUNIÃO - 2013.....	114
ANEXO 9 – LISTA DE MOTIVOS E BAIXA FREQUÊNCIA - 2013.....	115
ANEXO 10 – FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ESTUDANTE AUSENTE.....	116
ANEXO 11 - FORMULÁRIO DE MEDIDAS TOMADAS PELO ESTABELECIMENTO ESCOLAR - 2013	118
ANEXO 12 – FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO À REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E ADOLESCENTE - 2013	119
ANEXO 13 – MEDIDAS APLICADAS PELO CONSELHO TUTELAR - 2013 ..	120
ANEXO 14 – CONTROLE INTERNO DE FREQUÊNCIA 2018	122
ANEXO 15 – NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ESTUDANTE AUSENTE - 2018	123
ANEXO 16 – LISTA DE MOTIVOS PARA O ABANDONO ESCOLAR - 2018	124
ANEXO 17 – A VOZ DO GESTOR: ENTREVISTA COM UM SERVIDOR RESPONSÁVEL PELOS PROGRAMAS.....	126
ANEXO 18 – ORIENTAÇÃO SEMANAL – PROGRAMA PRESENTE NA ESCOLA	135
ANEXO 19 – ENTREVISTA COM A DIREÇÃO DO COLÉGIO	141
ANEXO 20 – ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE MATEMÁTICA	148

1 INTRODUÇÃO

O desejo de desenvolver essa pesquisa iniciou-se em 2017, no período em que a autora cursava a graduação em Licenciatura em Matemática, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ocorreu durante a Iniciação Científica, que teve como orientador o Professor Doutor Roberto Ribeiro, do Departamento de Matemática (DMAT/UFPR), da área de Matemática Aplicada. A ideia do desenvolvimento deste trabalho era elaborar um modelo de equações diferenciais aplicado ao problema do abandono escolar. Embora a pesquisadora estivesse cursando Licenciatura em Matemática, foi necessário convidar um professor da área de Educação Matemática para participar do projeto, pois o intuito era desenvolver as equações em que seus respectivos parâmetros deveriam ser baseados no referencial teórico da Educação. Foi assim que o professor Doutor Elenilton Vieira Godoy do DMAT/UFPR passou a compor a equipe do projeto. Além desses dois professores, o projeto contou com o apoio da professora Doutora Nara Bobko, especialista em modelos matemáticos, do Departamento de Matemática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Tendo em vista que o projeto não pôde ser desenvolvido, na totalidade, no tempo da graduação, a pesquisadora decidiu ingressar no mestrado, continuando todas estas parcerias, porém, com o professor Doutor Emerson Rolkouski como orientador.

O início dos estudos permitiu avançar no levantamento de dados sobre o abandono escolar em âmbito nacional, estadual e municipal, o que possibilitou a definição do ano escolar e a região de estudo. Tendo em vista os altos índices de abandono escolar na região do Bairro Cidade Industrial de Curitiba e no início do Ensino Médio, delimitou-se a pergunta a ser estudada – “Quais são os principais fatores que levam ao abandono escolar os estudantes do 1º ano do Ensino Médio das escolas públicas da Cidade Industrial de Curitiba – CIC?”. Após a construção de questionários, finalizada em meados de abril do ano de 2020, estabeleceu-se uma série de contatos com servidores da Secretaria Estadual de Educação do Paraná e com diretores das escolas da região. Na sequência, enviaram-se os questionários, de forma *online* pela plataforma do *Google Classroom* e também de forma impressa, contudo, houve baixa adesão, pois a pandemia da COVID-19 acarretou o cancelamento das aulas presenciais, e, conseqüentemente, o distanciamento dos alunos das escolas e suas

demandas, além de outros fatores como a dificuldade de acesso nas plataformas digitais. Ao todo, foram recebidas 13 respostas (se esperava no mínimo 100) das quatro escolas a quem questionários foram enviados, o que inviabilizou esse primeiro trabalho.

Considerando os empecilhos provenientes da pandemia de COVID-19, o interesse desta pesquisadora pelo tema do abandono escolar e a disposição de seu orientador em estudar políticas públicas, o novo objetivo da pesquisa foi assim delineado: analisar as políticas públicas em vigor no estado do Paraná que têm foco no combate ao abandono escolar – Programa de Combate ao Abandono Escolar (2018) e Programa Presente na Escola (2019), através do método do Ciclo de Políticas. Definiram-se três objetivos específicos:

- Analisar o contexto de influência, de modo a compreender como tais políticas públicas foram desenvolvidas;
- Analisar documentos oficiais que dizem respeito aos programas a serem estudados para análise do contexto da produção de texto;
- Analisar o contexto da prática na realidade do Colégio Estadual Profa. Marli Queiroz Azevedo.

Para desenvolver estas análises, utilizaremos estudos dos pesquisadores e sociólogos Stephen Ball e Richard Bowe, mais especificamente, o Ciclo de Políticas Públicas. Além disso, contou-se com autores que discutem o direito à educação, com um corte temporal a partir da Constituição Federal de 1988.

1.1 JUSTIFICATIVA

Diversos trabalhos têm sido feitos com relação ao abandono escolar, porém o intuito deste é realizar um estudo que considera o movimento da política educacional. Klen (2018), por exemplo, desenvolve uma pesquisa com relação à historicidade dos projetos de combate ao abandono/evasão escolar¹, no que tange à realidade do município de São José dos Pinhais, situado na região metropolitana de Curitiba. Destacamos, que neste trabalho definição de abandono escolar utilizada, foi definida pelo (INEP, 2017) – onde o abandono escolar, assim como transferências, falecimentos (referentes a cada final de ano

¹ Existia divergência quanto ao entendimento dos termos “abandono escolar” e “evasão escolar”. Durante o desenvolvimento do trabalho abordaremos a diferenciação dos termos.

letivo), são considerados como dados de rendimento, que resultam em aprovação ou reprovação de um aluno. Esses dados são obtidos através do Censo Escolar, para que cada estudante seja avaliado ao final de cada período letivo.

Considerando que o trabalho citado analisa os programas do estado do Paraná no período de 2005 a 2017, este estudo fará a análise dos últimos dois programas lançados pelo Governo do Estado do Paraná – o Programa de Combate ao Abandono Escolar na sua segunda edição (2018) e o Programa Presente na Escola (2019), tendo como objetivo investigar a constituição dos programas e, num contexto mais específico, analisar a atuação dos programas em um colégio na região do setor CIC. Esta escolha será justificada nos parágrafos a seguir.

Em 2018, o índice de abandono escolar no Ensino Médio no estado do Paraná era de 7,5%, enquanto que o índice nacional era de 7%. Especificamente, Curitiba tinha um índice de 5,3%. Além disso, preocupou-se em entender qual região apresentava o maior índice de abandono escolar na cidade de Curitiba. Para isso, percebeu-se que a cidade se divide em nove matrizes regionais, e com o resultado de um levantamento, que teve como intuito identificar a matriz regional com maior índice de abandono escolar, obteve-se os seguintes dados, apresentados nas tabelas a seguir, separados por Ensino Fundamental e médio:

TABELA 1 – ÍNDICE MÉDIO DE ABANDONO ESCOLAR POR MATRIZ REGIONAL DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Setor	Número de escolas	Índice de Abandono Escolar (%)
Centro	9	0,66
Boa Vista	15	1,29
Santa Felicidade	17	1,18
Portão	15	1,9
Cajuru	20	2,11
Pinheirinho	14	1,03
Boqueirão	15	0,7
Bairro Novo	9	1,2
CIC	13	3,3
Tatuquara	6	1,56

FONTE: INEP (2018).

TABELA 2 – ÍNDICE MÉDIO DE ABANDONO ESCOLAR POR MATRIZ REGIONAL DOS ANOS FINAIS DO ENSINO MÉDIO

Setor	Número de escolas	Índice de Abandono Escolar (%)
Centro	11	3,1
Boa Vista	11	5,36
Santa Felicidade	8	5,3
Portão	12	6,4
Cajuru	15	9,38
Pinheirinho	8	6,88
Boqueirão	16	3,41
Bairro Novo	8	6,95
CIC	13	8,15
Tatuquara	5	3,38

FONTE: INEP (2018).

Conforme os dados obtidos, a maior taxa de abandono escolar ocorre nos colégios da região CIC e do Cajuru. Para a definição da escolha da região estudada, consideramos a região CIC, pois é a região que apresenta os maiores índices se considerarmos Ensino Fundamental e médio.

Desta forma, partiu-se para a definição do colégio para a realização da pesquisa. Inicialmente, exibiremos uma tabela que apresenta os índices de abandono escolar por Colégio da região CIC.

TABELA 3 – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR MÉDIO POR TURMA DOS COLÉGIOS DO SETOR CIC (%)

INSTITUIÇÃO	Total	6º	7º	8º	9º	Total	1º	2º	3º
CE ALCYONE M C VELLOZO	0,2	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CE ARLINDO CARVALHO DE AMORIM	10,8	5,6	9,8	9,2	17,8	24,9	39,9	13,8	10,3
CE BRASILIO V DE CASTRO	0,4	0,0	0,0	0,0	1,9	4,3	5,8	1,3	6,4
CE DIRCE C DO AMARAL	6,2	2,0	18,5	3,0	6,0	7,1	13,2	3,6	2,9
CE EURIDES BRANDAO	4,1	0,0	17,5	1,0	0,0	2,5	0,0	6,9	0,0
CE HILDEGARD SONDAHL	0,3	0,0	0,0	0,7	0,7	0,5	0,7	0,0	0,7
CE IVO LEAO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,2	6,5	0,9	5,4
CE PROTASIO DE CARVALHO	3,3	4,2	3,5	3,4	2,0	12,8	15,0	11,7	11,0
CE RODOLPHO ZANINELLI	8,2	4,0	5,9	16,8	6,7	21,0	24,5	21,5	18,7
CE TEOTONIO VILELA	3,7	1,3	4,7	3,9	4,9	11,6	12,5	12,0	9,8
CE MARLI QUEIROZ AZEVEDO	1,2	0,4	0,5	0,9	3,4	9,0	11,7	7,3	7,8

FONTE: INEP (2018).

Para a seleção do colégio, tivemos de contar com outros fatores para além dos índices de abandono escolar, já que as mudanças da pesquisa ocorreram ao final do primeiro ano do curso de mestrado da autora. Como já existia contato com as direções das instituições de ensino e considerando as dificuldades de

comunicação impostas pela pandemia, selecionamos o Colégio Estadual Marli Queiroz Azevedo, pois foi o que se mostrou solícito a participar da pesquisa e colaborar com os trâmites do Comitê de Ética da UFPR² e autorização da SEED.

Para além da justificativa de que a região de estudo selecionada apresenta um alto índice de abandono escolar, entendemos que estudar como as políticas públicas de abandono escolar são desenvolvidas e implementadas se faz necessário, pois a partir disso, podemos compreender quais medidas são relevantes, e se possível concluir quais medidas poderiam ser providenciadas, de modo a tornar os programas mais eficazes. Para além de dados documentais sobre a região CIC e sobre o Colégio Estadual, *lôcus* da pesquisa, nosso estudo busca contar com a visão de um servidor que atua no desenvolvimento das políticas educacionais, e além disso, com atores das políticas: a direção da escola e um professor de matemática.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta revisão de literatura segue abordagem qualitativa de pesquisa em educação (BOGDAN; BIKLEN, 1994; ALVES-MAZOTTI, 1998), com recorte para pesquisas que abordam os temas: abandono escolar e políticas educacionais. Tem como objetivo compreender como estes temas são apresentados e discutidos nas produções científicas brasileiras. Para alcançar o objetivo, realizou-se uma revisão de literatura (ALVES-MAZOTTI, 1998) que permite a busca, avaliação e síntese crítica para que possa sintetizar os estudos relevantes, contribuindo assim para um aprofundamento do conhecimento desse processo.

Iniciou-se o estudo acerca da temática com busca no banco de teses e dissertações da CAPES não se atentando ao período em que foram publicadas. A busca foi realizada considerando produções que apresentassem as palavras-chave 'Abandono Escolar' e 'Políticas Públicas', obtendo o resultado geral de 247 trabalhos. O Quadro a seguir expressa o

² Pesquisa aprovada no Comitê de Ética e Pesquisa da UFPR sob o código 43881421.0.0000.0102

quantitativo obtido nessa busca pelas áreas de conhecimento relacionados à Educação.

TABELA 4 – TRABALHOS POR ÁREA DE CONHECIMENTO

Área de Conhecimento	Número de trabalhos
Ciências Humanas e Educação	56
ACCNPQ: Ciências Humanas e Educação	3
Ciências Humanas: Educação Especial	1
Ciências Humanas: Fundamentos da Educação	1
Ciências Humanas: Planejamento e Avaliação	1
Total	62

FONTE: A autora (2021)

Assim, das 247 produções iniciais e das 62 pré-selecionadas por se enquadrarem na área de conhecimento da Educação. Após isso, realizou-se a análise dos mesmos, buscando trabalhos que fazem análise de programas educacionais, resultando em doze trabalhos que foram selecionados para leitura atenta de seus resumos e conclusões, dos quais seis foram selecionados para a leitura integral e análise de possíveis convergências.

Tabela 5 – REFERENCIAS DOS TRABALHOS SELECIONADOS

Ano	Código	Referência da Produção
2016	T01	RAMOS, SANTOS, V. A implementação do projeto Avançar em uma escola da rede estadual de Manaus – Amazonas . Dissertação (mestrado profissional). Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Básica. 2016.
2016	T02	SAGRILO, JOSÉ, C. O programa de prevenção e combate à evasão escolar (PPCEE) como agente de inclusão educacional: uma análise dos resultados (2011-2014) . Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. 2016.
2017	T03	CRUZ, ALINE A. As contribuições do Programa Bolsa Família para redução do abandono escolar . Dissertação (mestrado profissional). Programa de Pós-Graduação em Gestão de avaliação da Educação Pública, 2017.
2017	T04	SILVA, FRANCO, A. L. Possíveis influências dos projetos de intervenção realizados na escola estadual Antônio Martins dos Espirito Santo nas taxas de abandono escolar no ensino médio . Dissertação (mestrado profissional).

		Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 2017.
2017	T05	VITELLI, FERREIRA, R. Políticas Públicas estaduais e os indicadores de qualidade no Ensino Médio: correlações e consequências . Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. 2017.
2018	T06	SILVANO, PAULO, C. O processo de implementação do Programa Educação Integral em Tempo Integral numa escola da Rede Estadual de Minas Gerais . Dissertação (mestrado profissional). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 2018.

FONTE: A autora (2021)

A análise dos dados segue os procedimentos da análise documental, apoiado na análise de conteúdo (LÜDKE; ANDRÉ, 2001). Para tal, definiu-se os seguintes parâmetros: objetivos, referências teóricas utilizadas, procedimentos metodológicos e resultados obtidos. Após a organização dos dados, a partir de leituras e releituras, identificaram-se as temáticas frequentes em cada um dos parâmetros estabelecidos e os aspectos recorrentes, os quais são apresentados e discutidos, a seguir.

O conjunto de trabalhos acadêmicos, após selecionados e analisados em sua totalidade, apresentam em seu enredo justificativas para a abordagem do abandono escolar e as políticas educacionais que apontam para o interesse em analisar as influências de programas de âmbito federal, estadual e municipal no combate ao abandono escolar. Além disso, destaca-se o interesse dos pesquisadores em analisar a efetividade desses programas no *lôcus* de execução: escola, região etc.

Dos trabalhos estudados, quatro deles analisam programas em certa realidade educacional, e através do uso de ferramentas como dados, entrevistas e questionários propõe um Plano de Ação que considera as especificidades do local para ajudar a combater o abandono escolar, como Cruz (2017), Silva (2017), Silvano (2018) e Ramos (2016). Já o trabalho de Sagrilo (2016) levanta fatores considerados como motivos do abandono escolar, além disso, busca verificar se o Programa de Prevenção e Combate à Evasão Escolar/PPCEE pode ser considerado como uma ferramenta de inclusão.

Por fim, temos a tese de Vitelli (2017) que analisa as políticas dos planos de governo do estado do Rio Grande do Sul no que tange aos indicadores de qualidade da Educação Básica. Onde um dos indicadores analisados foi o abandono escolar.

Buscamos identificar aspectos recorrentes nos trabalhos, Cruz (2017) preocupa-se em definir o que é abandono escolar, em detrimento da evasão escolar. Já Sagrilo (2016), Silva (2017) e Ramos (2016) trabalham somente com o abandono escolar, sem defini-lo.

Na tese de Vitelli (2017), apresenta-se a definição dos indicadores de taxa de reprovação, taxa de abandono, fracasso escolar e defasagem idade-série. Chama atenção a preocupação na definição do fracasso escolar como um indicador considerado, no trabalho, como a soma das taxas de reprovação e abandono escolar.

Silvano (2018), usa os termos evasão e abandono escolar como sinônimos. Percebe-se que isso ocorreu, pois, a definição de abandono escolar utilizada pelo programa que o autor analisa é equivocada.

Procuramos encontrar nos trabalhos analisados, se abordaram os documentos oficiais que tratam do direito à educação. Todos eles, exceto o de Ramos (2016), trazem os artigos da CF de 1988, ECA e da LDBEN que abordam o direito à educação, permanência e a qualidade do ensino.

Além disso, chama atenção o fato de que considerando os referenciais teóricos dos trabalhos, a maioria deles conclui, em certo ponto ao decorrer de suas análises, que considerar as especificidades da região, da escola, se faz fundamental para a elaboração de políticas ou planos de ação eficazes. Fato esse identificado nos trabalhos de Silva (2017), Ramos (2016), Silvano (2018) e Vitelli (2017).

Com relação às metodologias utilizadas, a maioria se identifica como qualitativa, através de estudos bibliográficos e estudos de caso. Utilizaram-se de entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados, com o objetivo de compreender as especificidades de cada caso. O único trabalho que realiza um estudo quantitativo é o de Vitelli (2017), que faz uso de triangulação e usa a perspectiva da estatística descritiva.

Ademais, verificamos os referenciais teóricos utilizados nos trabalhos. Em Cruz (2017), a autora separa seus referenciais para discussão dos fatores que

levam ao abandono escolar. Desta forma temos no que trata dos aspectos familiares (ACOSTA; VITALE, 2015), abandono escolar (ALVARES, CALADO, 2015), política pública (DRAIBE, 1998), gestão democrática (FREIRE, 2000) e vulnerabilidade social (ABRAMOVAY, 2002).

No trabalho de Sagrilo (2016), o autor utiliza o materialismo histórico-dialético e documentos oficiais com Digiacomo (2008), Pedralli e Rizzatti (2013), Saes (2006), também utilizam bibliografias como: Bourdieu (2007), Althusser (1985), Pertile (2014), Favoreto (2008), Arroyo (2011; 2014), Saviani (2003; 2008), Faleiros (1991; 2009), Frigotto (2004), Gramsci (1982), Deitos (2010), Pérez Gómez (1998).

O trabalho de Silva (2017), busca identificar e discutir os fatores intra e extraescolar que levam ao abandono escolar. Os autores utilizados para essas discussões foram: Alves e Hermont (2012), Bourdieu (1998), Carrano e Dayrell (2014), Finn (1989), Grilo e Maciel (2012), Krawczyk (2009, 2011), Neri (2009), Soares et al. (2015), Sposito e Galvão (2004), além de materiais secundários como o Relatório da UNICEF (2014) – Dez desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos.

Além de discutir os fatores que levam ao abandono escolar, Silvano (2018) aborda autores que debatem o ensino em tempo integral. Para isso, utiliza Anísio Teixeira (1959), Antônio Sérgio Gonçalves (2006), Ana Maria Cavaliere (2002), Isa Maria Guará (2009), Jaqueline Moll (2012), Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (2012), Miguel Arroyo (2012) e Valter Pegorer (2014).

Ao encontro do referencial que será utilizado neste trabalho, Vitelli (2017) faz uso do Ciclo de Políticas de Ball (1994). E para discutir o contexto da prática faz uso de Campos (2007), Dourado e Oliveira (2009), Gadotti (2013), Esteban (2008), Gatti (2007), Tavares e Faleiro (2015), Arcas, Alavarse e Machado (2015), Arroyo (2011).

Por fim, o trabalho de Ramos (2016) utiliza os documentos de normalização e implementação do programa analisado. Além disso, sobre políticas públicas utilizou-se Souza (2006), fracasso escolar Parente e Lück (2004), implementação em Lotta (2012) e monitoramento Lück (2009). Além disso, utilizou-se a abordagem do ciclo de políticas com base em Condé (2013).

Partindo para os resultados e considerações encontradas nos trabalhos. Iniciando pela dissertação de Cruz (2017) que apresenta como

resultado a elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE), propondo ações para auxiliar a redução do abandono, temos que o projeto é composto por propostas de ações para implementação a partir das informações retiradas das entrevistas. A autora faz a indicação dos gastos para a sua execução. Concluiu que o Bolsa Família atua na redução do abandono escolar, uma vez que este incentiva a permanência dos estudantes.

O trabalho de Sagrilo (2016), faz um levantamento sobre as causas do abandono escolar no município de Cascavel – PR, que consistem em: negligência dos responsáveis, trabalho do adolescente, envolvimento com drogas ilícitas (consumo ou comércio), gravidez, casamento (relação estável), dificuldade de aprendizagem, doença do estudante ou familiar, mudança de endereço, falta de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil para os filhos dos adolescentes. O autor conclui que o projeto analisado configura como um agente de inclusão escolar pelo quantitativo de estudantes que tem encaminhado e que permanecem nos estabelecimentos de ensino. Além disso, destacamos que na sua revisão sobre os programas de combate ao abandono escolar, o autor cita o PCAE, que é um dos programas de interesse para análise desta pesquisa.

Na dissertação de Silva (2017), os resultados apresentados compõem a elaboração de um Plano de Ação Educacional. Este plano em suas ações, baseiam-se em metas que buscam discutir abertamente com todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, a fim de que a escola assuma seu lugar como espaço importante da vida dos alunos, buscando meios de tornar a participação dos jovens na escola mais consciente e significativa, assim como o trabalho do gestor e dos professores mais maduro e melhor planejado. Diante das análises dos dados estabelecidas neste trabalho, constatou-se que os principais problemas apontados pela pesquisa foram: a) os alunos acham importante estarem inseridos em algum grupo de amigos; b) há falhas na implementação dos projetos de socialização, já que seus objetivos não são percebidos de forma clara por professores e alunos; c) as dificuldades nas disciplinas e as reprovações são percebidas como desmotivadoras para a continuidade nos estudos; d) o apoio familiar acontece, mas de forma a não ser suficiente para garantir a permanência do aluno; e) os alunos decidem sozinhos pelo abandono.

Diante das análises dos instrumentos de pesquisa, Silvano (2018) percebe que as concepções dos participantes de Educação Integral não são totalmente convergentes, tendo em vista os entendimentos desconexos do que realmente seja uma escola integral de Tempo Integral. Muitos dos entrevistados deixam evidenciado o entendimento de que o tempo ampliado seja mais um tempo destinado ao cuidar, vendo a formação como um segundo elemento. Essas informações levantadas foram base para a criação de um plano de ação.

A tese de Vitelli (2017), aponta alguns fatores encontrados nas entrevistas que influenciam no abandono escolar tanto positiva quanto negativamente e as transformou em categorias, segundo Bardin. Estas abrangem sentidos como: a falta da explicação das novas políticas quando chegam na escola, movimento contra a política proposta, a aceitação das políticas sem questionamentos, novos métodos de aprendizagem inseridos pelos próprios professores, acolhimento dos discentes. Em geral, os discentes apresentaram descrença para com os programas de combate, para eles, elas são inexistentes ou não surtem efeito.

Alguns fatores citados apontam para o problema da violência, do desinteresse dos alunos e familiares, da imagem da escola como instituição pública, dos movimentos sociais e da globalização da educação. A solução dos problemas educacionais estaduais depende também da atuação do ente federativo e de um conjunto de políticas de cunho social. Para que haja uma efetiva melhoria dos resultados dos indicadores é necessário observar fatores externos à escola, que configuram os espaços onde estão inseridas.

A análise dos dados da pesquisa de Ramos (2016) permitiu a identificação de alguns avanços e algumas dificuldades no processo de implementação do Plano de Ação – PA como ausência de capacitação para gestores, pedagogos e professores para atuar com maior efetividade nas ações do projeto; dificuldade dos docentes no trabalho com projetos interdisciplinares; ausência de reuniões para discutir as dificuldades de realização do PA; infrequência e apatia dos alunos; e ausência da família no acompanhamento escolar do filho. Com base nos resultados dessa análise, foi elaborado um Plano de Ação Educacional com propostas que ajudarão a equipe gestora a desenvolver as ações do Projeto Avançar de forma adequada na escola, a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Esta foi a revisão de literatura, nela podemos identificar questões relevantes que serão discutidas no capítulo a seguir. A primeira questão que nos chama atenção, são as definições dos termos “evasão escolar” e “abandono escolar”, que em alguns trabalhos ocorreu de não ser discutido, ou ainda, ser tratado como sinônimos e por fim, em um deles feita diferenciação. Além disso, cabe ao trabalho a busca da compreensão sobre os documentos oficiais que tratam do abandono escolar no decorrer da história, para isso, faremos um recorte a partir da CF de 1988.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

À educação, cabe participar dessa aventura. Não pela “educação para a cidadania”, mas pela educação para a humanidade. (CHARLOT, 2014, p 126).

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico que auxiliará nas análises desta pesquisa. O capítulo será dividido em duas seções, na primeira será abordada a diferença entre abandono e evasão escolar. Já a segunda seção contará com autores que discutem o direito à Educação, com um recorte temporal a partir da Constituição Federal de 1988.

3.1 EVASÃO OU ABANDONO ESCOLAR?

Nesta seção apresentaremos uma breve revisão sobre os termos evasão e abandono escolar com objetivo de apresentar as definições que atualmente são utilizadas. Para isso, utilizamos alguns referenciais teóricos que tratam sobre o tema, assim como documentos oficiais.

Inicialmente, é importante destacar que em documentos oficiais antigos, como Inep (1998) e Ideb (2012), não é possível encontrar definições exatas dos termos (FILHO E ARAÚJO, 2017). Tal fato incentivou o estudo sobre as definições por parte de teóricos, como Steinbach (2012) e Pelissari (2012), que defendem o uso de “abandono escolar”, pois consideram a utilização do termo “evasão escolar” um ato solitário, uma vez que “o conceito de evasão traz um caráter subjetivista, responsabilizando o aluno pela sua saída na escola” (PELISSARI, 2012, p. 33).

Por isso, ao longo dos anos é possível encontrar diversas (in)definições para estes termos. Para Riffel e Malacarne (2010), os termos são usados como

sinônimos, quando entendem que ambos os termos significam o ato de fugir, abandonar, sair, desistir, é o que trata da fuga da escola em função da realização de outra atividade. Já Machado (2009), define que “tratar da evasão é tratar do fracasso escolar, o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola” (p. 36).

Considerando essas dificuldades, no ano de 2017 o Inep divulgou nota técnica com o intuito de definir e demonstrar como são feitos os cálculos dos indicadores educacionais. Nessa nota, indica que a evasão escolar é considerada um indicador de fluxo, isto é, “os indicadores de transição, equivalentemente denominados como indicadores de fluxo escolar, têm por objetivo informar sobre a trajetória do estudante na educação básica” (INEP, 2017, s/p). Tecnicamente, isso significa que se o aluno foi matriculado em certo ano “t” na sua etapa de interesse e não se matriculou no ano “t+1” é considerado evadido. O Inep ressalta que, mesmo aprovados, pode ocorrer de alunos não se matricularem no ano seguinte.

Por sua vez, o abandono escolar, assim como transferências, falecimentos (referentes a cada final de ano letivo), são considerados como dados de rendimento, que resultam em aprovação ou reprovação de um aluno. Esses dados são obtidos através do Censo Escolar, para que cada estudante seja avaliado ao final de cada período letivo.

Este documento também destaca que abandono e evasão escolar são tomados erroneamente como análogos. Salienta-se que o abandono é o quadro de afastamento do aluno do processo escolar durante o período letivo, configurado pela frequência inferior a 75%.

Os debates e investigações no combate ao abandono e evasão escolar, difundiram-se também nas esferas políticas, e por consequência na jurídica. Desta forma, é possível notar a preocupação deste meio para com as definições dos termos. No site JusBrasil, por exemplo, existe uma nota técnica que visa a esclarecer as diferenças entre os termos, e salientar que estes não são sinônimos.

Desta forma, define-se a evasão escolar como “a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo, e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos” (JUSBRASIL, 2019, s/p). Por outro lado, o abandono escolar ocorre quando o

aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo. Ou seja, a matrícula é efetivada no início do ano letivo, o aluno começa a ter faltas reiteradas e não retorna naquele ano para a conclusão” (JUSBRASIL, 2019, s/p).

Ter as definições claras sobre os indicadores, se mostra fundamental, uma vez que a elaboração de novas políticas educacionais utiliza esses indicadores como ferramentas para subsidiar as discussões sobre os temas que a política irá tratar. Nesta seção buscamos identificar algumas definições para os termos abandono e evasão escolar utilizados na literatura e em documentos oficiais. É importante destacar que, mesmo com as dificuldades para encontrar as definições em anos anteriores, atualmente é possível encontrá-las em documentos oficiais e na literatura especializada sobre o tema.

Na próxima seção, abordaremos os desdobramentos do direito à educação a partir da CF de 1988. Considerando o que percorremos sobre as definições dos indicadores de abandono e evasão escolar é relevante considerarmos estes como parte do processo de avaliação das políticas, os quais são fundamentais para investigar a qualidade da educação.

3.2 DIREITO À EDUCAÇÃO E O ABANDONO ESCOLAR

Nesta seção, buscaremos entender o processo pelo qual o direito à educação no Brasil passou e suas influências no combate ao abandono escolar. Destacamos que nesta pesquisa utilizaremos o recorte temporal a partir da Constituição Federal – CF de 1988, considerando que a partir deste é iniciada a discussão sobre o direito e o acesso e permanência a uma educação de qualidade.

Partindo, portanto, da CF de 1988, trazemos o artigo 205 que determina a educação como direito de todos e dever do Estado e da família,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s/p).

Além disso, destacamos os artigos 206 e 208 que tratam dos princípios da educação e suas garantias. O artigo 206 garante que – “O ensino será

ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e o artigo 208:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no Ensino Fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais e responsáveis, pela *frequência à escola*. (BRASIL, 1988, s/p, grifo nosso).

Aqui podemos identificar que na CF 1988 existe a preocupação do acompanhamento da frequência dos estudantes, além disso, para alguns autores, esses artigos incorporaram o discurso da qualidade de ensino. O foco era na lógica empresarial de eficiência e produtividade, em contraposição da ideia da democratização da educação e do conhecimento como estratégia de construção e consolidação de uma esfera pública democrática (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2003, p. 5).

Além disso, outros fatores incentivaram as discussões sobre a qualidade de ensino, motivados pela Lei nº 11.274/06, que ampliou o ensino obrigatório para 9 anos. Para tanto, Oliveira e Araújo (2003), defendem que no Brasil, foram dados três significados distintos de qualidade –

[...] um primeiro, condicionado pela oferta limitada de oportunidades de escolarização; um segundo, relacionado à ideia de fluxo, definido como número de alunos que progridem ou não dentro de determinado sistema de ensino (*o que mais se relaciona com esta pesquisa*); e finalmente, a ideia de qualidade associada à aferição de desempenho mediante testes em larga escala. (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2003, p. 8, grifo nosso).

Seguindo para o ano de 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), é possível identificar a dedicação sobre o tema da permanência dos estudantes na escola. Contudo, tratar do acesso à educação, não garante a permanência dos estudantes no sistema, no artigo 53

–

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:
I – igualdade de condições para o acesso e *permanência na escola*; (BRASIL, 1990, s/p, grifo nosso).

Para isso, assim como na CF de 1988, o acompanhamento da frequência é reforçado no artigo 54 do ECA, como se vê:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no Ensino Fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, *pela frequência à escola*. (BRASIL, 1990, s/p, grifo nosso).

Nesse sentido, no artigo 56, o ECA dispõe sobre os deveres do estabelecimento escolar. O indicado demonstra favorecer a permanência e o acompanhamento de frequência.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:
I – maus tratos envolvendo seus alunos;
II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
III – elevados níveis de repetência. (ECA, 1990, s/p)

Partindo para a Lei 9394 de 1996, que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, temos o artigo 5º, inciso III, que reforça que os pais ou responsáveis devem zelar pela frequência dos estudantes. Além disso, complementa o artigo 56 do ECA, quando em seu artigo 12, que foi alterado pela Lei nº 10.287, de 20 de setembro de 2001:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as dos seus sistemas de ensino, terão a incumbência de:
[...]
V – prover meios para recuperação de alunos de menor rendimento;
VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.
VIII – *notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei* (NR). (LDBEN, 1996, s/p, grifo nosso).

Além disso, a LDBEN estipula as regras básicas da organização dos ensinos fundamental e médio. No artigo 24 define-se:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI – o controle da frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação; (LDBEN, 1996, s/p).

Temporalmente, voltamos à CF de 1988, que em 2009 recebeu a Emenda Constitucional 59, que tornou o ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos, incluindo, portanto, o ensino médio. Essa alteração foi incentivada pelas metas do Plano Nacional de Educação – PNE³, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. As mudanças foram feitas no artigo 208 da CF de 1988, que passou a vigorar da seguinte forma:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR)

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (NR)⁴

Desta maneira, a expansão do ensino médio revelou as desigualdades sociais, que são fatores que impactam na permanência do aluno na escola. A configuração em que se deu o ensino médio não atendia as necessidades imediatas dos jovens. A escolarização, por si só, não era motivo suficiente para que estes estudantes pudessem dispensar seus tempos aos estudos, considerando por exemplo, o trabalho.

Oliveira e Araújo (2003), destacam que os obstáculos para a democratização do ensino, que foram incentivados pela lei da ampliação do ensino, foram transferidos para o acesso e permanência dos estudantes com

³ Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é um plano que determina as diretrizes, metas e estratégias para nortear a política educacional brasileira nos próximos dez anos.

⁴ Identificação das alterações na lei – Para facilitar a rápida captação do que foi alterado numa determinada lei por outra, o expediente previsto é a inclusão, no final do texto do artigo cuja redação foi alterada, da expressão "(NR)", isto é, "nova redação" (art. 21, II, e). Tal solução se mostrou especialmente necessária para o caso das medidas provisórias, sujeitas a alterações em suas sucessivas reedições, o que exige um mecanismo de pronta identificação da alteração sofrida." (IVES, 2021 s/p).

sucesso no interior do sistema escolar. Nesse sentido, deu-se o segundo tipo de qualidade apontada pelos mesmos autores anteriormente – “A partir da comparação entre a entrada e saída de alunos do sistema de ensino, era medida a qualidade da escola” (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2003, p. 10).

Charlot (2014) corrobora nesse sentido, pois divide a construção do sistema escolar contemporâneo em três etapas nos países de primeiro mundo: o Estado Educador que foi responsável por disseminar o ensino primário para todos, o Estado Desenvolvimentista, que generalizou o Ensino Fundamental e o Ensino Regulador, aquele que tem o intuito de universalizar o ensino médio.

Este autor aponta que nos países emergentes, como o Brasil, esse processo é mais complexo. Pois é necessário resolver todos estes problemas, pois em nenhum nível educacional o Brasil atingiu a universalização de permanência, ainda que o tenha resolvido em termos de acesso.

Os países emergentes enfrentam muitos problemas sociais, como por exemplo relacionados ao trabalho, o ensino passa a ter um fim – o diploma, pois este oferece um emprego melhor, e assim o conhecimento passa a ser desvalorizado. O que se torna “a maldição dos mais fracos: quem pouco frequentou a escola ou nela fracassou, quem não completou o ensino médio, quem não tem diploma não consegue emprego” (CHARLOT, 2014, p. 40).

Para além do abandono escolar, o grande problema que se tinha era o dos altos índices de reprovação, que resultava na superlotação dos sistemas de ensino, fazendo faltar vagas para novos alunos. E assim, a década de 1990 foi marcada pela regulamentação do fluxo escolar, uma das medidas adotadas, segundo Oliveira e Araújo (2003) foi a adoção do sistema de ciclos de aprendizagem.⁵

Considerando todos estes dispositivos legais, o próprio Inep (2017) conclui que “o sistema educacional brasileiro costuma ser considerado como um sistema excludente e ineficiente, ou seja, acolhe a maioria da população em

⁵A expansão dessa política no país iniciou-se a partir da década de 1980, com a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização em São Paulo (1984) e, em seguida, em outras redes de ensino. A organização da escola em ciclos de aprendizagem é uma alternativa para enfrentar o fracasso escolar (reprovação, evasão), bem como para a construção de uma escola de qualidade, que garanta a aprendizagem dos/as alunos/as, por meio da progressão das aprendizagens. (SÃO LUÍS, 2009, p. 20).

idade escolar, mas não garante a os alunos à permanência e a progressão no sistema escolar” (s/p).

Neste sentido, alguns referenciais da área analisam essas transformações na educação brasileira, no que tange o abandono escolar. Para Araújo e Filho (2017), a questão do abandono escolar “tem sido alvo de políticas educacionais confusas que não se sustentam por muito tempo, e isso se faz sentir na falta de identidade do ensino” (p. 45). Ainda completam dizendo que as mudanças advindas das Políticas Educacionais, não podem ser uma adaptação passiva, mas um projeto que observe as dimensões históricas, cognitivas, sociais, afetivas e culturais dos sujeitos.

Buarque (2011) afirma que a educação do Brasil, é uma fábrica de desigualdades que, ao invés de criar identidades e integração nacional, visando à minimização da evasão escolar, cria, ao contrário, desigualdades que dependem apenas da renda familiar, do nível de escolarização de seus pais ou da cidade, onde a criança viva. Nesta direção, os autores Klen e Marino (2016) discutem o cálculo das taxas de transição, concluem que, “como está, não é possível universalizar a conclusão do Ensino Fundamental e muito menos do ensino médio” (p. 309). Em um caso possível, não poderia-se ter as altas taxas de repetência e evasão em todos os anos escolares, principalmente do Ensino Médio, seria necessário ter estas taxas próximas de zero.

No que se refere ao terceiro indicador de qualidade, Oliveira e Araújo (2003) afirmam que as avaliações em larga escala passaram a ser necessárias, já que os índices de fluxo passaram a não ser suficientes, considerando a nova lógica dos ciclos de aprendizagem. O intuito dos testes é que seja possível avaliar se um aluno aprendeu ou não através de testes padronizados.

Por um lado, essas avaliações são entendidas como uma ferramenta para subsidiar o desenvolvimento de políticas. Por outro lado, surgem críticas de que as avaliações em larga escala são meios de controle social, onde o Estado passa a ter função de avaliador da educação, com objetivo de melhorar a qualidade da educação.

Nesse sentido, estudos são feitos com o objetivo de compreender os motivos pelos quais se dão o abandono escolar. Considerando que um dos fatores para o abandono escolar é justamente o baixo rendimento, resultados do PISA, teste promovido pela OCDE revelou que as diferenças socioeconômicas

têm estrita relação com o alto ou baixo rendimento escolar. Além disso, o clima favorável para aprendizagem, recursos pedagógicos e boa qualificação docente são fatores a serem considerados (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2003, p. 16).

Charlot (2014) destaca que a globalização neoliberal e seus efeitos no sistema de ensino, assim como em outros países, assim como no Brasil, existe um mercado em torno da educação. Com a globalização, a maioria dos países passaram a seguir o que a OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico recomenda. De acordo com o autor, a OCDE é a representação do pensamento neoliberal na educação.

Esses testes em larga escala, representam a adoção do ideário liberal no que tange à educação e trazem a transformação da avaliação da educação, considerando parâmetros do campo econômico, em detrimento das concepções educacionais. É nesse sentido, portanto, que o Estado no decorrer dos anos passa a ter caráter avaliativo da educação nacional, principalmente a partir da década de 1990.

Na mesma direção, os estudos sobre o abandono escolar, tem grande foco nos motivos pelos quais os estudantes chegam à essa condição, pois segundo Charlot (2005) – “[...] para entender por que eles não sabem, por que eles não construíram competência, deve-se explicar o que aconteceu e não o que faltou” (p. 21). Desta forma, busca-se identificar na história do sujeito – aluno, o que o levou à situação do fracasso escolar. Compreender com qual lógica o estudante e sua família vivem e se enxergam dentro da sociedade é essencial para compreender este fenômeno.

Destaca-se que o problema do abandono escolar requer mais que o olhar voltado somente à questão da educação. O problema do abandono escolar também é um problema de saúde pública, de segurança, violência, etc. A escola pode ser um agente de transformação, mas não podemos o considerar como o agente de transformação.

Corroborar essa perspectiva Marchesi (2006), quando afirma que a trajetória educacional do estudante, está diretamente ligada ao tipo de sociedade em que o indivíduo está inserido. Considerando os processos pelas quais a educação no Brasil passou, deve-se considerar, portanto, que ela não pode deixar de considerar os contextos e os momentos de vida de seus sujeitos, que possuem múltiplas trajetórias de vida.

No sentido de levantar os motivos pelos quais estudantes abandonam a escola, Borja e Martins (2014), apontam alguns resultados obtidos através de um estudo com egressos do ProJovem Urbano, de Carmópolis, Sergipe. Seus resultados apontam que o abandono é causado principalmente pela necessidade de emprego imediato e exclusão social motivada pela violência e as drogas.

Existem pesquisas, como a de Fernandes e col. (2018) que mostram que os fatores emocionais também interferem no problema do abandono escolar. Para os autores, deve-se considerar algumas variáveis como as habilidades sociais, percepção de apoio social e ou a reprovação, que podem contribuir no resultado de uma trajetória escolar de sucesso ou insucesso escolar. Esse fator age no que se refere a motivação do estudante no ambiente escolar, corrobora Souza et. al. (2012), quando concluem que o rendimento de estudantes que estão com a idade incompatível para com os demais alunos da classe, são menores. Além disso, tem-se Dias e col. (2015) e Langenkamp (2010), que concluíram que alunos que possuem apoio familiar limitado, baixa conexão emocional com a escola e seus professores, relacionamento ruim com colegas, seriam fatores que levam ao abandono escolar.

Considerando todas as indicações dos autores, podemos concluir que é necessário reconhecer as diferenças entre os estudantes e as causas do abandono escolar, para que a escola seja “capaz de prevenir situações que levam à exclusão ou à segregação dos alunos, sobretudo dos que são provenientes de meios sociais problemáticos” (BORJA e MARTINS, 2014, p. 95). Nesse processo, há de considerar que os motivos que levam o abandono escolar são múltiplos, isto é, “o sonho de isolar as variáveis mais significativas para a interpretação do desempenho escolar parece cada vez mais distante, pois o caráter relacional do mundo social se reapresenta a cada avanço da pesquisa nesse campo” (BRANDÃO, 2000, p. 43).

Neste sentido, gostaríamos de afirmar que as políticas públicas educacionais voltadas ao abandono escolar, deveriam considerar diversos aspectos da vida do estudante em sua construção. Desta forma, atendendo às especificidades dos estudantes, considerando as diferenças socioeconômicas, culturais, emocionais etc. Remetendo a qualidade educacional, é preciso que sua avaliação seja compreendida como um conjunto de fatores mensuráveis e

não-mensuráveis, considerando as desigualdades do sistema educacional, para que se tenha um diagnóstico mais preciso.

No capítulo a seguir partimos para a compreensão de conceitos que serão relevantes para as análises a serem realizadas. Os conceitos a serem estudados tratam de política, política pública e estado.

4 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM MÉTODO PARA ANÁLISE

Pretendendo analisar políticas públicas de combate à evasão escolar do estado do Paraná, recorreu-se ao método proposto por Ball, Bowe e Gold (1992) – o ciclo de políticas. Durante este capítulo se discorrerá sobre o método, perpassando pela sua constituição e aprimoramento ao longo dos anos.

Além disso, é necessário que se apresentem os sentidos de política, política pública e Estado, para que as análises propiciadas pelo método sejam feitas a partir destes conceitos. Mainardes, em seu trabalho de 2017, aponta como um desafio na utilização da abordagem do ciclo de políticas, principalmente com relação aos trabalhos brasileiros, que usualmente não apontam estes sentidos, para ele,

É importante que os pesquisadores interessados na abordagem tenham clareza da perspectiva epistemológica que fundamenta a abordagem, pois a ela estão associados um conceito/concepção de política e de política educacional e também a concepção de que diversos fatores influenciam a formulação de políticas, entre outros aspectos relevantes. As ideias de Ball, incluindo a abordagem do ciclo de políticas, inscrevem-se no contexto da *policy ociology* (sociologia das políticas educacionais), ou seja, o uso de teorias e métodos da sociologia para a análise de políticas. De modo geral, a sociologia das políticas pressupõe uma análise crítica das políticas (desde a sua formulação, produção do texto, atuação na prática, resultados e consequências); a necessidade de levar em consideração as consequências das políticas para classes sociais distintas; a importância de explicitar um conceito de política e de política educacional; bem como explicitar questões relacionadas ao Estado e seu papel na oferta educacional em geral e da política investigada, de modo mais específico (MAINARDES, 2017, p. 10).

Tendo em vista o desejo de explicitar os significados adotados nesta pesquisa, na seção 4.1 abordam-se os sentidos adotados para política, política pública e Estado. Em seguida, na 4.2 apresenta-se o percurso percorrido pelo ciclo de políticas ao longo dos anos e, por fim, na seção 4.3 as aproximações do método com outras teorias.

4.1 POLÍTICA, POLÍTICA PÚBLICA E ESTADO

Nesta seção, serão apresentados os sentidos de política, política pública e Estado, para que as análises propiciadas pelo método sejam feitas a partir destes conceitos. Mainardes, em seu trabalho de 2017, aponta como um desafio na utilização da abordagem do ciclo de políticas, principalmente com relação aos trabalhos brasileiros, que usualmente não apontam estes sentidos, para ele,

É importante que os pesquisadores interessados na abordagem tenham clareza da perspectiva epistemológica que fundamenta a abordagem, pois a ela estão associados um conceito/concepção de política e de política educacional e também a concepção de que diversos fatores influenciam a formulação de políticas, entre outros aspectos relevantes. As ideias de Ball, incluindo a abordagem do ciclo de políticas, inscrevem-se no contexto da *policy sociology* (sociologia das políticas educacionais), ou seja, o uso de teorias e métodos da sociologia para a análise de políticas. De modo geral, a sociologia das políticas pressupõe uma análise crítica das políticas (desde a sua formulação, produção do texto, atuação na prática, resultados e consequências); a necessidade de levar em consideração as consequências das políticas para classes sociais distintas; a importância de explicitar um conceito de política e de política educacional; bem como explicitar questões relacionadas ao Estado e seu papel na oferta educacional em geral e da política investigada, de modo mais específico (MAINARDES, 2017, p. 10).

A partir da leitura do trabalho de Klen (2018), que também analisa políticas públicas de evasão escolar, foi possível identificar alguns autores que trazem definições acerca de política, política pública e estado, como Souza (2006), Bassi (2011) e Martins (2013). Discorre-se nesta seção sobre estes conceitos, buscando definir qual perspectiva será utilizada nas análises futuras.

Considerando que, nas obras de Ball o fio epistemológico é pluralista, buscou-se identificar como a política é considerada neste âmbito. Encontrou-se o trabalho de Bellardo (2015) que afirma, no que se refere ao viés pluralista, não faz sentido considerar o governo como único ator de uma política, é necessário considerar outros atores, como as organizações não-governamentais, empresas, órgãos de instâncias públicas e privadas, para ele: “Política, por conseguinte, não se reduz ao que acontece no governo e, analogamente, sua análise não pode reduzir-se ao estudo das leis” (BELLARDO, 2015, p. 116).

Neste sentido, encontra-se Martins (2013), afirmando que os estudos de políticas começaram nos Estados Unidos, em 1958, devido às dificuldades

econômicas enfrentadas pelo mundo ocidental, com isso, surgiu o que foi chamada de *policy Science*, que trouxe consigo os termos: *polity*, *politics* e *policy*. Cada um desses termos apresenta uma dimensão de política.

A dimensão *polity* se refere à estrutura jurídica, político-administrativa e ao sistema político de um país; *politics* são os processos políticos, permeados de negociações políticas conflituosas para formulação de objetivos e temas da agenda; a dimensão *policy* se refere aos conteúdos da política, materializados em programas de governo, com metas e objetivos a serem cumpridos por meio de ações/atividades/dinâmicas definidas. (MARTINS, 2013, p. 278).

A respeito dessas dimensões, Souza (2006) apresenta uma revisão sobre as definições dos termos de política. A autora aponta que Laswell (1936) introduziu o conceito de *policy analyses* (análise de política pública), já Simon (1957) propôs o conceito da racionalidade limitada daqueles que propõem a política (*policy makers*) e, em 1965, Easton definiu política pública como um sistema, onde existem relações entre formulação, resultados e ambiente. Dentre todas essas definições, Souza (2006) afirma que a mais conhecida é a de Laswell, que se refere à análise de política pública – “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz?” (DUARTE, 2006, p. 24).

Para este trabalho, utilizar-se-á o que afirmam Muller e Surel (2002) – das três dimensões citadas – *polity*, *politics* e *policy*, as políticas públicas se referem ao conceito de *policy/policies*, pois é o processo de implementação de programas, com respaldo na ação pública, e que são estruturados por dispositivos políticos e administrativos. Além disso, considera-se essencial considerar o que Bellardo (2015) afirma sobre o viés de política na perspectiva do pluralismo, uma vez que no ciclo de políticas, apresentado por Ball, Bowe e Gold (1992), são considerados diversos atores. E é neste sentido que se busca uma definição de estado.

Para essa concepção de Estado, considera-se relevante o que Ball diz em seu trabalho de 1993, que as políticas não são externas às desigualdades, mesmo que possam ser alteradas e sofrer influências. Para isso, deve-se se preocupar em adotar uma

Considerando estas contribuições, é pertinente lembrar que a perspectiva pluralista de considerar diversos atores na análise de uma política pública

interessa a esta pesquisa. Por isso, adotar-se-á a definição de Poggi (1981), o Estado é – “[...] um conjunto complexo de disposições institucionais para fazer funcionar o governo, através das atividades e regulamento de indivíduos que atuam como ocupantes de cargos” (p. 15).

Desta maneira, encerra-se este capítulo, o qual buscou inteirar-se dos conceitos de política, política pública e Estado. Estes conceitos auxiliarão nas análises futuras deste trabalho. Com o objetivo de compreender como estes conceitos serão utilizados, no próximo capítulo, apresenta-se o ciclo de políticas proposto por Ball, Bowe e Gold (1992), que será o referencial teórico-metodológico desta pesquisa que se valerá dos conceitos ora apresentados.

4.2 O CICLO DE POLÍTICAS E ALGUMAS VERSÕES

Com o intuito de apresentar ao leitor o método do ciclo de políticas, nesta seção serão percorridas algumas mudanças pelas quais o método passou ao longo dos anos. É importante destacar essas mudanças, para ampliar a compreensão sobre qual versão será adotada neste trabalho.

. Em entrevista à Mainardes, Ball afirma – “O principal ponto que eu gostaria de destacar é que o ciclo de políticas é um método” (MAINARDES, 2009, p. 304). O autor busca evidenciar que seu método tem o objetivo de ajudar a compreender o processo que a política pública movimenta. Para ele mais importante são os questionamentos que uma análise levanta do que as possíveis respostas que ela traz. Ao encontro com essa perspectiva, em entrevista a Avelar, Ball afirma que

De forma simples, isto se torna completamente equivocado na perspectiva de que todo e qualquer projeto de pesquisa possa proporcionar conclusões definitivas, mas estas expectativas estão embutidas nas práticas mundanas, banais das ciências sociais. (AVELAR, 2016, p.5).

Sua obra é fundamentada teoricamente em uma concepção pluralista⁶, caracterizando-se pelo uso de diferentes conceitos e teorias. Algumas teorias

⁶ Na última seção deste capítulo serão apresentadas algumas das aproximações destes teóricos com o método de Ball e Bowe.

que Ball afirma utilizar são as de Foucault, Bourdieu, Bernstein e Weber (MAINARDES, 2009, p. 303).

Em 1992, Ball e Bowe buscavam por uma maneira de introduzir a noção de um ciclo contínuo, constituído por três facetas: a política proposta, a política de fato e a política em uso. Contudo, os autores concluíram que estas expressões carregavam em si uma certa rigidez nos conceitos, os quais não desejavam, como apresentado na Figura 12:

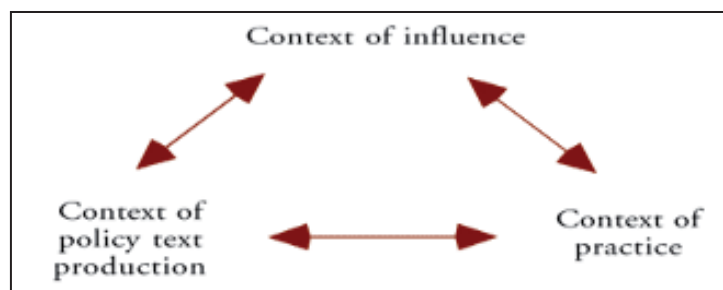
FIGURA 1 - PRIMEIRA VERSÃO DO CICLO DE POLÍTICAS PROPOSTO POR BALL E BOWE (1992)



FONTE: A autora (2021).

No próprio ano de 1992, no livro *Reforming Education and changing schools*, Ball, Bowe e Gold apresentaram outra versão do ciclo de políticas. Desta vez, deixando claro que os contextos deveriam ser inter-relacionados, sem possuir dimensão temporal ou sequencial e que não são etapas lineares. Esses contextos representariam, portanto, lugares e grupos de interesse e esse movimento do ciclo de políticas envolveria disputas e embates. Os três contextos foram intitulados: contexto de influência, contexto da produção de texto e o contexto da prática, como pode ser observado na figura a seguir.

FIGURA 2 - SEGUNDA VERSÃO DO CICLO DE POLÍTICAS PROPOSTO POR BALL E BOWE (1992)



FONTE: BALL, BOWE E GOLD (1992).

Mesmo com a mudança, o método sofreu críticas, e então em 1994, Ball apresentou, no livro *Education reform: a critical and post-structural approach*, mais dois contextos: o contexto dos resultados/efeitos e o contexto da estratégia

política. O objetivo era abranger os efeitos que as políticas têm tanto na formulação quanto após sua implementação.

No ano de 2009, em uma entrevista à Mainardes, Ball sugeriu que estes dois contextos fossem incorporados ao contexto da prática e ao contexto de influência, respectivamente. O autor passou a entender que a dissociação destes tornava as análises muito complexas.

FIGURA 3 – QUARTA VERSÃO DO CICLO DE POLÍTICAS PROPOSTO POR BALL (2009)



FONTE: A autora (2021).

Desta forma, encerra-se a apresentação do método, no que se refere a algumas de suas transformações ao longo dos anos. Além disso, um dos objetivos era definir qual das versões seria utilizada neste trabalho, e assim optou-se pela última versão apresentada. Antes de apresentar cada contexto, na seção a seguir, busca-se apresentar algumas aproximações que foram possíveis ser identificadas, entre conceitos utilizados no método com alguns teóricos.

4.3 APROXIMAÇÕES NA TEORIA DE BALL E BOWE

Ball assume desenvolver uma teoria pluralista, pois acredita não ser possível compreender o mundo sem utilizar diversas visões. Contudo, ressalta a importância de selecionar estas teorias de forma consciente, fazendo reflexões, para não cometer erros em relação à epistemologia de cada uma delas. Estas ideias ficam claras no trecho da entrevista de Ball concedida a Avelar:

[...] não podemos interpretar o mundo, criar significado sobre o mundo, utilizando uma teoria ou posição epistemológica, porque o mundo é persistentemente mais complexo e difícil do que aquilo que se pode entender com o simples uso de uma posição, adotando um posicionamento (AVELAR, 2016, p. 4).

Com o objetivo de identificar as contribuições de diversos autores na obra de Ball e Bowe, buscaram-se na literatura trabalhos que fizessem estas análises. Neste sentido, destacou-se uma entrevista concedida por Ball a Mainardes, onde o próprio autor justifica algumas das aproximações utilizadas. Prosseguindo com as buscas, encontraram-se outros autores como Gasparelo et al. (2018), que apresentam conceitos utilizados por Ball e Bowe das obras de Bourdieu. Outra publicação de Mainardes (2010), que aborda as contribuições específicas de Berstein e, por fim, identificou-se o trabalho de Campregher (2020) que investiga os conceitos de Foucault empregados no método do Ciclo de Políticas.

Com relação às contribuições de Weber, houve dificuldade em encontrar os conceitos utilizados por Ball. Contudo, em entrevista, Ball diz a Mainardes que percebe aproximações de conceitos weberianos na teoria de Bourdieu, no que se diz respeito ao capital cultural, classe e de campos (MAINARDES, 2009, p. 314). Além de citar as aproximações entre Bourdieu e Weber, também afirma que Foucault e Bourdieu tinham uma relação de admiração, e que não poderiam ser tratados como opostos.

Estas aproximações também puderam ser identificadas no trabalho de Gasparelo et al. (2018) e Campregher (2020), os quais confirmam as contribuições destas teorias, a partir da preocupação de Ball e Bowe em afirmar que os atores das políticas têm participação ativa, principalmente na interpretação e tradução da política. As contribuições utilizadas da teoria de Bourdieu no método de Ball, é principalmente o conceito de *habitus*.

Se o conceito de *habitus* representa a internalização de fatores resultantes das condições históricas e sociais vividas ao longo da história pessoal e profissional dos agentes, então suas práticas sociais são construídas considerando a estrutura das posições objetivas. (GASPARELO et al., 2018, p. 5).

Além disso, mostra que as teorias convergem, no sentido de que nas diferentes classes, campos e na estrutura social haverá dinâmicas de negociação, lutas e disputas (evidente no contexto de influência). Desta forma,

[...] os grupos que se distribuem no espaço social são produtos de lutas históricas nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais pelas quais eles apreendem esse espaço. (GASPARELO et al., 2018, p. 8).

Na teoria bourdiesiana isso se relaciona com o *habitus* e o capital cultural que os sujeitos carregam consigo, que acabam por reproduzir aquilo que faz sentido para eles, ou ainda em seu meio (algo importante a ser considerado no contexto da prática). Essa relação com a interpretação e a historicidade que cada sujeito carrega, defendidos por Ball e Bowe, pode ser encontrada na teoria foucaultiana.

No trabalho de Campregher (2020) é possível observar uma aproximação do conceito do *cuidado de si*, destacando os professores, assim como destaca Ball e Bowe, pois “os professores, portanto, exercem resistência e cuidado de si a realizarem constantemente análise crítica de si mesmos – de suas crenças e práticas – e das relações de poder nele e ao redor dele” (CAMPREGHER, 2020, s/p). A autora ainda destaca que as teorias concorrem no sentido de que as políticas não são colocadas em prática de forma robótica e fria, mas são interpretadas e depois traduzidas.

Por último, há as contribuições de Bernstein, trazidas por Mainardes (2010). O autor destaca que Ball, em seu trabalho de 1998, aponta as ideias de Bernstein, pois estas contribuem para compreender como as relações entre ideais ocorrem, sua disseminação e recontextualização. Essas contribuições sobre a recontextualização recebem destaque no método de Ball e Bowe, pois se desdobram em dois aspectos interessantes:

- i) A questão da interpretação, considerando os diversos ambientes aonde a política chegará;
- ii) As cópias e adaptações de políticas de outros estados e países que se tornaram comum no mundo.

O objetivo desta seção foi buscar compreender como conceitos de outras teorias contribuíram para o desenvolvimento do método do ciclo de políticas desenvolvidas por Ball e Bowe (1992). É importante destacar que a ideia é apresentar algumas aproximações com estes autores, mas que a discussão sobre os aspectos epistemológicos de cada teoria foge ao escopo desse trabalho.

Nos capítulos a seguir, abordaremos os contextos da última versão apresentada do ciclo de políticas. Além da apresentação de cada contexto, em cada capítulo faremos a análise dos programas, objetos dessa pesquisa, considerando a realidade da rede estadual de ensino paranaense, especificamente do Colégio Estadual Marli Queiroz Azevedo.

5 CONTEXTO DE INFLUÊNCIA: O DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR NO ESTADO DO PARANÁ

No capítulo anterior, apresentou-se o percurso do método do ciclo de políticas ao longo dos anos, contudo, não se esclareceram os contextos presentes em cada versão. Neste sentido, este capítulo e os seguintes abordarão os contextos pertencentes à última versão do método que foi apresentada, à qual será utilizada neste trabalho.

O ciclo de políticas como o próprio nome sugere é um ciclo onde a política pública se desdobra de forma recorrente. Este método tem o intuito de entender como as políticas são produzidas, o que pretendem e quais são seus efeitos, isto é, o caminho da política desde o momento antes de sua criação até após sua encenação/atuação⁷. Embora apresentem-se os contextos de formas individuais e em uma certa sequência, vale ressaltar que, para Ball, os contextos não são lineares, contudo, esta foi a maneira encontrada para apresentá-los, de forma que possa auxiliar o leitor num melhor entendimento do método.

O **contexto da influência** é marcado pelas disputas dos grupos de influência (nestes grupos há os sujeitos que podem ser pessoas e/ou instituições), que buscam construir sentidos e definições acerca do que trata a política em si. Destaca-se que, no exemplo da política educacional, Mainardes (2006) diz que os grupos de interesse neste cenário buscam definir as finalidades da educação e o que é de fato ser educado.

⁷ Em entrevista à Mainardes, Ball afirma que “O ciclo de políticas não tem a intenção de ser uma descrição das políticas, é uma maneira de pensar as políticas e saber como elas são “feitas”, usando alguns conceitos que são diferentes dos tradicionais como, por exemplo, o de atuação ou encenação (*enactment*). Quero rejeitar completamente a ideia de que as políticas são implementadas. Eu não acredito que políticas sejam implementadas, pois isso sugere um processo linear pelo qual elas se movimentam em direção à prática de maneira direta. Ball em entrevista à (MAINARDES, 2009, p. 305).

[...] onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. O discurso em formação algumas vezes recebe apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que estão exercendo influência nas arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social. Além disso, há um conjunto de arenas públicas mais formais, tais como comissões e grupos representativos, que podem ser lugares de articulação de influência (MAINARDES, 2006, p. 51).

No contexto educacional, há diversos atores que realizam diferentes interações, em um mesmo contexto. Neste sentido, esses atores possuem várias características, como não ter permanência fixa, transitar entre um espaço ou outro, ou ainda podem exercer mais de um papel. Tem-se, ainda, aqueles que são neutros e não participam do processo. É através das negociações e trocas de influência entre os diferentes atores que um tema passa a ser discutido. Quando reconhecida sua pertinência, entra na agenda política (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 75).

Além disso, é preponderante pensar sobre as influências que a globalização traz para as políticas educacionais. Destaca-se que podem ocorrer erros, quando os textos políticos têm em seu conteúdo fragmentos de outros textos, que podem refletir em contradições, ecoar ironicamente uma informação, entre outros aspectos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). Esses erros ocorrem, sobremaneira, quando são desenvolvidas políticas no processo de migração, desta maneira, deve-se ter atenção na elaboração dessa política para que não seja “uma mera transposição e transferência, pois as políticas são recontextualizadas dentro de contextos nacionais específicos” (MAINARDES, 2006, p. 52).

O BM (*Banco Mundial*) também, junto com outras agências como a OCDE em particular, tem um impacto discursivo muito influente no pensamento da política pública. Em muitos países, o quadro conceitual, os limites e possibilidades do pensamento sobre a política são na verdade delimitados, ao menos em certa medida, pela linguagem, pressupostos e conceitos que o BM e a OCDE estão articulando, defendendo, promovendo, escrevendo sobre, falando sobre em conferências, e discutindo com ministros da educação durante visitas e conferências. (AVELAR, 2011, p. 11).

Na mesma direção, Mainardes aponta que são relevantes as discussões sobre as políticas neoliberais, e as influências que estas trazem para o modo como as políticas educacionais são desenvolvidas no Brasil. Isso se deve também à globalização –

[...] a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a UNESCO e o Fundo Monetário Internacional (FMI) podem ser considerados agências que exercem influência sobre o processo de criação de políticas nacionais. (MAINARDES, 2006, p. 52).

Visando ao objetivo de analisar uma política pública, acredita-se ser pertinente abordar alguns fatores apontados pelos autores como importantes na análise de cada contexto. Desta maneira, destaca-se que a análise do contexto da influência é um movimento complexo, que exige que o pesquisador considere a historicidade da política investigada, pois, muitas vezes, pode ser reflexo de outra similar já existente. Essa busca deve ser feita preferencialmente de forma global, nacional e local (MAINARDES, 2018, p. 13). Para inferência de dados, Mainardes (2006) sugere que a investigação deste contexto pode ser feita através das pesquisas bibliográficas e com entrevistas com os sujeitos que fazem parte da política.

No **contexto da estratégia política**, deve-se identificar o conjunto de atividades sociais e políticas que são necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política. Envolve analisar os dados obtidos e as constatações da pesquisa. Segundo Mainardes (2006, p. 60), esse contexto exige do pesquisador um compromisso ético com a pesquisa, pois é através dele que poderá fazer contribuições efetivas ao debate da política e sua compreensão crítica. Contudo, é necessário considerar o que Ball defende, que estas serão apenas contribuições parciais e provisórias, e não devem ter a pretensão de solucionar o problema envolvido pela política.

No sentido de buscar indícios de como estudar os contextos, tem-se o trabalho de Mainardes (2006), que aponta questões orientadoras⁸. Na Tabela 7

⁸ Esclarecemos que as perguntas não serão respondidas em sua totalidade, em todos os contextos. Os motivos para isso são que o material e as entrevistas realizadas não abordam todo esse conhecimento ou porque tais dados não existem.

apresentam-se estas questões, no que se refere ao contexto de influência e estratégia política.

TABELA 6 – QUESTÕES ORIENTADORAS PARA ANÁLISE DOS CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA E ESTRATÉGIA POLÍTICA

Influência
1 – Quais são as influências e tendências presentes na política investigada? Por que a política emergiu agora?
2 – Há influências globais/internacionais? Há influências nacionais e locais? Como elas se relacionam?
3 – Como o discurso da política foi constituído no decorrer do tempo? É possível traçar a genealogia completa do discurso da política?
4 – No desenvolvimento do discurso da política é possível observar a configuração de diferentes versões da política (versões conservadoras, progressistas etc.)?
5 – Qual a origem das influências globais e internacionais? (World Bank, organismos multilaterais, movimentos internacionais de restauração conservadora, de renovação ou resistência)
6 – Quem são as elites políticas e que interesses elas representam?
7 – Que outros grupos têm exercido ou tentado exercer influência?
8 – Quais são os interesses e grupos de interesse mais poderosos?
9- Existiam influências globais/internacionais, nacionais ou locais operando antes mesmo da emergência da formulação da política?
Estratégia Política
1 – Há desigualdades criadas ou reproduzidas pela política? Quais são as evidências disso? Há conclusões similares em outros estudos da literatura?
2 – Que estratégias (gerais e específicas) poderiam ser delineadas para lidar com as desigualdades identificadas?
3 – As estratégias delineadas contribuem para o debate sobre a política investigada e para aspectos da política que deveriam ser repensados e redimensionados? Que outras estratégias são apontadas na literatura?
4 – As estratégias delineadas são exequíveis e fundamentadas em referenciais teóricos consistentes?
5 – Em que medida as estratégias delineadas pelo pesquisador contribuem para o fortalecimento das pedagogias críticas, de projetos alternativos para a educação das classes trabalhadoras e de uma democratização real e efetiva?
6 – Como tais estratégias poderiam ser disseminadas?
7 – As estratégias delineadas consideram os aspectos macroestruturais?

FONTE: Mainardes (2006).

Considerando estas questões ora apresentadas, para constituição da análise, recorreremos aos documentos oficiais que tratam da instituição de políticas públicas de combate ao abandono escolar na rede estadual de ensino paranaense. Com isso, na próxima seção percorreremos estes documentos que abrangem o período de 2005 a 2019.

5.1 DOCUMENTOS OFICIAIS PARA CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE

Para percorrer os projetos paranaenses que tinham como objetivo o combate ao abandono escolar, apresenta-se uma linha do tempo com os documentos que serão abordados:

FIGURA 4 – LINHA DO TEMPO



FONTE: A autora (2020).

*Vice-governadora que assumiu o governo em face da renúncia do titular.

Apresentada a linha do tempo, com os documentos das políticas públicas paranaenses de combate ao abandono e evasão escolar, na sequência, procede-se ao detalhamento de seu conteúdo.

De forma inicial, tem-se o **Termo de Convênio de Cooperação Técnica**, firmado em junho de 2005. Este foi promovido pela Secretaria de Estado da Educação com a Associação dos Conselhos Tutelares de Curitiba, Associação de Conselhos Tutelares, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná, Associação dos Magistrados e Promotores da Justiça da Infância, Juventude e Família do estado do Paraná e o Poder Judiciário com intermédio da Associação dos Municípios do Paraná.

Nos objetivos deste documento consta a expressão “evasão escolar”. Como discutido anteriormente, muitas vezes, este é usado como sinônimo de “abandono escolar”. Seu objetivo era, portanto, apoiar os estudantes infrequentes da rede estadual, detectando os motivos intra e extraescolar da evasão. Além disso, a ideia era a de responsabilizar pais e responsáveis pela situação do estudante, através de uma rede de enfrentamento à evasão escolar. Este programa também tratava do problema da inclusão.

É importante salientar que a infrequência e evasão eram tratadas na cartilha como exclusão escolar. O dado apresentado era de que em 2003 o Paraná apresentava 64.606 crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Então, na

época, esta foi a justificativa para a elaboração do Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida: FICA Comigo (SEED, 2005, p. 5).

O acordo entre as associações e a Secretaria de Educação respaldou o **Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida: FICA Comigo**. Tanto no documento, como em uma cartilha divulgada em agosto de 2005, são apresentadas as medidas de prevenção e ação a serem tomadas. A principal diferença entre os dois documentos é que na cartilha foi feita uma apresentação e justificativa para a sua elaboração, pautando-se no direito à educação dos estudantes. Além disso, na seção destinada à evasão escolar, coloca-se a escola no papel principal de seu combate.

Busca-se aqui apresentar, de forma sucinta, as medidas que o programa propunha. Constatando-se cinco faltas consecutivas, ou sete alternadas no período de um mês, o professor deveria encaminhar para a direção da escola, através do setor pedagógico, a ficha de acompanhamento de frequência (ANEXO 1). Após isto, deveriam ser preenchidas três vias da Ficha de Comunicação de Aluno Ausente (FICA) (ANEXO 2), buscando identificar, se possível, os motivos intraescolares das faltas (ANEXO 3). Também era de responsabilidade da direção escolar tentar contato com a família, responsáveis, amigos e, mesmo, vizinhos, com o intuito de esgotar as possibilidades para fazer com que o estudante retornasse à escola.

No prazo de cinco dias, se a escola não conseguisse o retorno do estudante, deveria ser feito o encaminhamento de duas das vias supracitadas ao Conselho Tutelar. Em caso de não se ter este órgão na cidade, deveria ser encaminhado ao Juizado da Infância e da Juventude. Em 10 dias, o estudante deveria retornar à escola, caso contrário, deveria ser encaminhado à Promotoria de Justiça (uma via da ficha FICA ficaria no Conselho Tutelar/Juizado da Infância e da Juventude e a outra deveria ser enviada à Promotoria de Justiça).

Com a via em mãos, a Promotoria de Justiça possuía o prazo de 10 dias para que os pais ou responsáveis fossem notificados, para sua apresentação e do estudante, no Ministério Público, que avaliaria os casos de crimes ou não previstos na lei, em cada caso apresentado.

Retornando o estudante à escola, esta deveria complementar as informações de sua ficha FICA, com as das fichas do Conselho Tutelar e Ministério Público, para que esta pudesse ser encaminhada à SEED.

Caminhando para o ano de 2009 foi apresentado o **Programa Fica Comigo: enfrentamento à evasão escolar**, que foi tratado como a segunda edição do anterior. No trabalho de Klen (2018), a autora aponta que muito se discutiu sobre a burocracia gerada pelas três fichas solicitadas. Deste modo, a SEED demonstra neste documento a importância destas fichas, apresentando o dado de que, em 2008, foram recebidas 29.199 fichas as quais apontam as razões indicadas como motivos da evasão escolar.

TABELA 7 – MOTIVOS DA EVASÃO ESCOLAR NO ANO DE 2008

MOTIVOS	Nº ABSOLUTO DE FICHAS	PERCENTUAL (%)
TRANSFERÊNCIA DE MORADIA	2599	10,5
CONFLITOS FAMILIARES DETERMINADOS PELO CONSUMO DE ÁLCOOL OU DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	768	3,1
PROBLEMAS DE SAÚDE DE ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA	505	2,0
CONSUMO DE ÁLCOOL OU DE SUSTÂNCIAS ENTORPECENTES	588	2,4
DOENÇA CRÔNICA	366	1,5
SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL	1343	5,4
GRAVIDEZ PRECOCE	1071	4,3
DEFASAGEM SÉRIE/IDADE	5342	21,7
INDISCIPLINA	3149	12,8
REPETÊNCIA	1875	7,6
ENVOLVIMENTO DO ALUNO EM PRÁTICAS INFRACIONAIS (EX. FURTOS, AGRESSÕES FÍSICAS, PORTE ILEGAL DE ARMA, AMEAÇAS ETC.)	472	1,9
FALTA DE INTERESSE/DESMOTIVAÇÃO	2276	9,2
DESESTRUTURA FAMILIAR	973	3,9
CAUSA DESCONHECIDA	778	3,2
OMISSÃO DOS PAIS	357	1,4
VIAGEM FAMILIAR	351	1,4
CASAMENTO	223	0,9
TOTAL	24.614	100

FONTE: SEED (2008).

Na sequência, o documento apresenta os dados com relação aos anos escolares e às taxas de evasão escolar. Constata que, em relação aos casos resolvidos, considerando os órgãos citados, tendo as escolas resolvido 34%, o Conselho Tutelar 17%, o Ministério Público 3% e não resolvidos 48%.

Por meio dos dados apresentados anteriormente, o documento reforça a importância de a escola buscar pelos estudantes. Ressalta também a necessidade das três vias das fichas e apresenta dois novos instrumentos: 1) Roteiro para a investigação das causas que levam à evasão dos alunos e 2) Instrumento por escola – ações de enfrentamento à evasão.

Dentro dos objetivos foi adicionado um que diz respeito a proporcionar subsídios às escolas, principalmente ao setor pedagógico, para fazer análises mais profundas dos fatores que levam à evasão escolar. Com isso, pode-se perceber o interesse da SEED em levantar dados sobre os motivos que levam à evasão escolar e ainda propõe reflexão de seus servidores sobre eles.

Além destas mudanças de teor teórico, foram feitas alterações nas fichas apresentadas anteriormente na primeira versão do projeto. Nos anexos, será possível encontrar estas novas versões de Controle Interno de Frequência (ANEXO 4), (ANEXO 5) e a Lista dos motivos das faltas (ANEXO 6).

O Termo de Convênio de Cooperação Técnica firmado em 2005 tinha validade até o ano de 2010. Portanto, em 2012 foi firmado um novo termo, entre o Estado do Paraná com o intermédio da Secretaria de Estado da Educação, a Associação dos Conselheiros Tutelares, Ministério Público, Poder Judiciário, através do intermédio do Tribunal de Justiça.

Este termo evidencia ser referente a um programa que tem única função – implantar um programa específico destinado ao combate da evasão escolar. O programa anterior, o FICA, também tratava da inclusão de estudantes. Dentro deste termo, é notável a inclusão de algumas metas da SEED, dentre elas reforça-se a necessidade do preenchimento das fichas, o compartilhamento de informações, a reflexão sobre os motivos que levam à evasão escolar, o compromisso de compartilhar os dados da evasão escolar no estado. Dentre elas, uma foi considerada ousada por Klein (2018), a ideia de possibilitar criações de políticas públicas para o combate ao abandono escolar.

A partir deste Termo de Cooperação Técnica, portanto, foi criado o **Programa de Combate ao Abandono Escolar em 2013**. O cenário para a criação do programa, em relação ao abandono escolar consistia em taxas de 3,2% nos anos finais do Ensino Fundamental e de 7,2% no Ensino Médio (QEDU, 2013, s/p).

Nota-se uma mudança conceitual no título, pois a partir do que diz Saraiva (2013, s/p) – “abandono é a condição de infrequência escolar que ocorre durante o andamento do ano letivo, porém no outro ano escolar o(a) estudante é rematriculado (a). Já na evasão escolar, não ocorre a matrícula no ano posterior”. E é este o argumento para a mudança do nome e do conceito adotado

pela SEED, pois afirma que a Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente⁹ atua na direção de combater o abandono escolar.

Com relação à metodologia do programa, os objetivos são semelhantes aos já citados. Nesse sentido, a maior parte da metodologia se mantém, a diferença é que os professores deveriam preencher semanalmente uma ficha de frequência (ANEXO 7), e quando necessário, encaminhar os dados do aluno faltante para o setor pedagógico.

Após a equipe pedagógica ter ciência da situação de faltas do aluno, é de sua responsabilidade investigar e tentar entrar em contato com a família ou responsáveis legais solicitando o retorno do aluno até a escola. É indicado também que seja realizado um encontro com o objetivo de preenchimento da ata de reunião (ANEXO 8), que deverá ocorrer entre a equipe pedagógica e os responsáveis, para entender os motivos das faltas, e anotar estes motivos na ficha (ANEXO 9), de modo a acolher o aluno novamente. Isto foi denominado como “Busca Ativa”, de modo que todas as tentativas de contato e reuniões feitas devem constar no Formulário de Notificação Obrigatória de Estudante Ausente (ANEXO 10), juntamente com uma ficha com a descrição das medidas tomadas pela escola (ANEXO 11).

Persistindo as faltas, ou seja, quando for impossível encontrar o estudante, a direção da escola deveria entrar em contato com a rede de apoio. Neste processo deveria ser enviada uma cópia do formulário e uma cópia em branco do Formulário de Encaminhamento à Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente (ANEXO 12). Cada comunidade tem um responsável local que deve receber esta documentação e encaminhá-lo ao Conselho Tutelar.

O Conselho Tutelar deve buscar pelo estudante com as ações que lhe cabem e, persistindo o problema, deve encaminhar o caso ao Ministério Público. Para isso, deve ser feito um encaminhamento, através da ficha que descreve as medidas já tomadas (ANEXO 13). O que se percebe da diferença deste programa para o outro, além de tratar somente do problema do abandono

⁹ “A Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente, preconizada através das disposições legais (Art. 227, da CF de 1988, Art. 86 da Lei nº. 8069/90, Resolução nº. 113 do CONANDA), pressupõe a ação integrada, intersetorial e articulada de várias instituições da área social para prevenir e intervir diante das várias situações de violação dos direitos de crianças e adolescentes, dentre os quais se incluem, por exemplo, o abandono escolar” (SEED, 2013).

escolar, é que ele busca reduzir a burocracia repercutida pela questão das fichas, como já citado, mas nos casos em que cada etapa avança e o problema não é resolvido, a impressão que fica é que a burocracia aumentou (KLEN, 2018, p. 97).

Considerando todas as medidas tomadas neste programa, em 2017 o quadro geral do abandono escolar era o seguinte: 12% de abandono escolar nos anos finais do Ensino Fundamental e 13,2% no ensino médio (QEDU, 2017, s/p). Percebe-se, portanto, uma piora desde a criação do Programa de Combate ao Abandono Escolar, o que gera na agenda política necessidade de mudanças.

Então, em 2018, a SEED publicou a segunda edição do Programa de Combate ao Abandono Escolar, que foi atualizado em função de uma política pública que propiciou o desenvolvimento do Sistema Educacional de Rede de Proteção – SERP, que corresponde a uma ferramenta digital que pode registrar a frequência e fazer os encaminhamentos que antes ocorriam em formulário impressos no sistema digital.

As principais mudanças se referem à possibilidade de inserir os dados de forma digital. O preenchimento de forma online dos formulários ocasionou um processamento mais rápido das informações. Além disso, nos objetivos do programa, o abandono e a evasão escolar são reconhecidos como uma violência contra as crianças e adolescentes, incentivando a conscientização dos servidores da rede de educação sobre a importância da utilização do SERP.

Como o processo de digitalização estava no começo, para as escolas em que o sistema ainda não funcionava, foram disponibilizados os formulários de forma impressa na nova versão. Trata-se de formulários mais detalhados e, desta maneira, mais extensos. Nos anexos, é possível encontrar o Formulário de acompanhamento de faltas injustificadas (ANEXO 14), Formulário de notificação obrigatório de notificação de estudante ausente (ANEXO 15) e Descrição de motivos ou situações que levam ao abandono escolar (ANEXO 16).

A partir de toda esta implementação de tecnologia incentivada pelo SERP, iniciou-se em 2018 a implementação gradual do Registro de Classe Online – RCO nas escolas do estado do Paraná. Através deste sistema é possível registrar as frequências, notas das avaliações e conteúdo. Ele vem para substituir os tradicionais livros impressos de registro de classe.

Na virada de 2018 para 2019, o cenário do abandono escolar no estado do Paraná demonstrou melhora. Segundo a SEED, com relação ao Ensino Médio, a queda foi de 53%, em números absolutos significa que a queda foi de 26.172 para 12.077 alunos. Já no Ensino Fundamental, a redução foi de 49% caindo de 10.654 para 5.338 alunos.

Mesmo os dados apresentando melhorias, em 2019, fazendo uso das ferramentas digitais, o governo do estado lançou o Programa Presente na Escola, que utiliza os dados inseridos pelos professores no RCO para controlar e monitorar as frequências dos estudantes. O **Programa Presente na Escola** nasceu em maio de 2019 através da Resolução nº 2.134/2019, que tem como objetivo combater o abandono escolar da rede estadual nas modalidades de ensino básico, fundamental e médio. Estas ações devem ser orientadas pelo Departamento de Acompanhamento Pedagógico com apoio da Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar e da Diretoria de Tecnologia e Inovações Educacionais.

O Programa Presente na Escola vai ao encontro da ideia de refletir sobre medidas e os motivos pelos quais os estudantes abandonam a escola. Isso decorre de algumas ações como reuniões com a tutoria¹⁰, para discutir medidas para combater o abandono escolar pautadas nas necessidades específicas da escola.

Neste programa, também é enfatizada a importância de a escola buscar pelo aluno através do contato via celular, com amigos e vizinhos, a já citada Busca Ativa. Assim como no projeto anterior, se a escola não conseguir o retorno do estudante, este caso deve ser encaminhado para a Rede de Proteção para que busquem, com os outros órgãos, fazer valer o direito da educação do estudante, fazendo-o retornar à escola. É importante ressaltar que na apresentação deste projeto, os casos em que estes órgãos são acionados são considerados como motivos extraescolares do abandono escolar. Além do objetivo de combater o abandono escolar, também incentiva o acompanhamento

¹⁰ A tutoria é um projeto lançado pelo governo do estado em março de 2019 com o objetivo de “melhorar o processo de ensino e aprendizagem, combater o abandono escolar e diminuir os índices de reprovação na rede estadual de ensino.” (SEED, 2019). Também tem como objetivo fazer formações com a direção e equipe pedagógica e propiciar subsídios para que os professores possam elaborar uma boa aula.

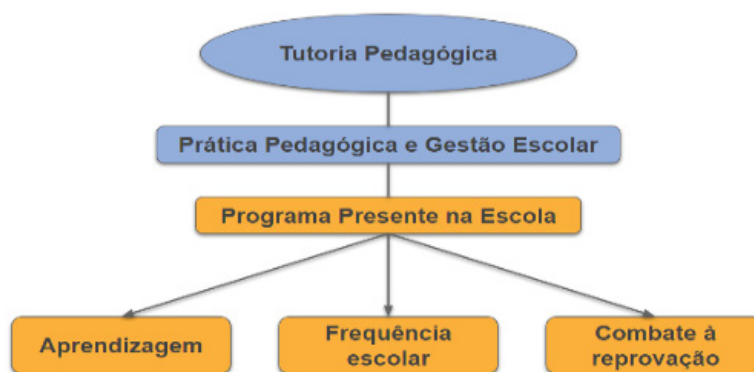
e valorização da aprendizagem dos estudantes e busca combater a reprovação escolar.

Contudo, através de informações iniciais levantadas por esta pesquisa, via *email*, constatou-se que a ideia deste programa é “evitar que os estudantes sejam encaminhados para a Rede de Proteção” (FUNCIONÁRIA DA SEED, 2020). Para que isto ocorra, são consideradas algumas ações:

- 8- Monitoramento por meio de relatório de frequência dos estudantes; II- identificação e compartilhamento de boas práticas; III- Acompanhamento e apoio pedagógico às escolas; IV- Articulação com a rede de proteção, V- Informações aos pais e/ou responsáveis por meio do aplicativo Escola Paraná. (SEED, 2019, s/p).

Ou seja, o Programa Presente na Escola tem o intuito de prevenção, para que o Programa de Combate ao Abandono Escolar somente seja utilizado quando as ações do primeiro não consigam por si só evitar a evasão dos estudantes. Pode-se compreender essa atitude, uma vez que o Programa de Combate ao Abandono Escolar gera, além de muita burocracia com o preenchimento de formulários, a ativação dos órgãos da rede de proteção. A seguir, a Figura 11 apresenta o esquema disponibilizado pela SEED que descreve o movimento entre a gestão escolar e a tutoria.

FIGURA 5 – FLUXOGRAMA QUE EXPLICA A RELAÇÃO DA TUTORIA COM A ESCOLA



FONTE: SEED (2019).

Nesta seção são apresentados os programas e projetos de combate ao abandono escolar, da Rede Estadual do Paraná, que serão analisados nesta dissertação. Na próxima seção exibiremos a entrevista com um servidor que trabalha diretamente com o desenvolvimento dos programas, esta entrevista fará

parte dos dados de análise do contexto de influência. Além disso, no capítulo que trata da análise da produção de texto, iremos analisar e descrever os programas de interesse desse estudo – O Programa de Combate ao Abandono Escolar (2018) e o Presente na Escola (2019).

5.2 ANÁLISE DO CONTEXTO DA INFLUÊNCIA

Nesta seção buscaremos analisar o contexto de influência, considerando que estudamos até aqui. Como salientamos anteriormente, a análise se baseará nas questões orientadoras de Mainardes (2006). Além destes documentos, a análise deste contexto contará com a entrevista realizada com um servidor responsável pelos programas, esta entrevista estará disponível na íntegra no (ANEXO 17).

A entrevista foi realizada no dia 12 de maio de 2021 e teve início às 08 horas e 50 minutos, através da plataforma *Google Meet*, e gravada através da própria plataforma e uma segunda gravação através do *software OBS Studio*, o qual não gravou a voz do entrevistado. A duração da entrevista teve em média 43 minutos.

Como no processo junto ao Comitê de Ética da UFPR, o trâmite foi realizado para entrevistas anônimas, com intuito de situar o leitor, algumas características que não caracterizam o sujeito, serão apresentadas. O entrevistado trata-se de um servidor da rede estadual de educação do Paraná, o qual assumiu o cargo na gestão no início do governo atual (2019). Anteriormente atuava como diretor de escola na própria rede.

No decorrer da análise, serão citados trechos da entrevista em anexo. Para isso, codificamos os parágrafos da mesma, no que se refere à entrevista do gestor, o código dele foi formado por S (de servidor) e o número correspondente do parágrafo. Um exemplo seria: S 25, se trata da entrevista do servidor, parágrafo 25.

Iniciamos a análise reforçando uma fala do gestor da SEED, que para nós se demonstra fundamental, quando questionado sobre as influências nacionais ou internacionais no desenvolvimento dos programas, afirma não as perceber no Programa Presente na Escola. Com relação ao Programa de Combate ao Abandono Escolar, cita os documentos oficiais que influenciaram esses tipos de programa em nível nacional –

S 24. Sobre as influências de outros programas nacionais ou internacionais, o Presente na Escola é algo novo, não tem nenhum modelo parecido. O que fizemos foi aproveitar, uma vez que no estado hoje não se utilizam os livros de chamadas antigos. Agora tem um sistema online, que é o RCO – Registro de classe online. Então o que que foi pensado? [...]

S 26. Sobre o PCAE – Programa de Combate ao abandono Escolar, é um programa muito parecido na maioria das realidades brasileiras, acaba envolvendo ações da Rede de proteção que formada além da escola, o Conselho Tutelar, o CRAS, o CREAS, os agentes de saúde compõem uma parte da rede de proteção. Esse modelo, esses fluxos são muito parecidos, em outros locais, em outros estados também. A diferença é que os outros locais não têm um programa online.

Consideramos importante destacar que, o Programa Presente na Escola é visto como carro chefe do governo do estado atual, foi lançado brevemente, de maneira rápida após o atual governador assumir o governo. Isso será discutido com mais profundidade no capítulo sobre o contexto de produção de texto. Essa brevidade em sua criação, sem utilização de consultas públicas, nos mostra os que os principais sujeitos interessados em seu desenvolvimento, seus representantes, são os gestores do governo atual.

Consideramos importante discutirmos o contexto neoliberal em que temos em nosso país. A partir do que Ball (2004) esclarece que os serviços sociais, como por exemplo a Educação, passam a ser vistos como produtos, que visam ao cumprimento de objetivos de mercado – “por meio de um sistema de recompensas e sanções baseado na competição e na performatividade” (BALL, 2004, p. 1107).

Nesse sentido é que surgiram o estímulo de órgãos mundiais de financiamento, como o Banco Mundial (BM), e de outras formas como organismos de cooperação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A pensar então que, se existe investimentos desses órgãos, surge também a necessidade de levantamento de dados sobre o rendimento escolar, isto é, índice de aprovação/reprovação, evasão e abandono escolar.

A partir disso, temos as leis que passaram a instituir estas avaliações. Inicialmente, devemos observar que no artigo 87 de LDBEN –

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. [...] § 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: [...] IV – integrar todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar (BRASIL, 1996).

No âmbito estadual paranaense, foi criado

Em 2012, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED) criou o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP, avaliando em Língua Portuguesa e Matemática os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3º Ano do Ensino Médio. (PORTAL SAEP, s/p).

Cumprе ressaltar que atualmente as provas são aplicadas para o 6º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1º e 3º ano do Ensino Médio. Ao encontro do desenvolvimento das avaliações

Em 2019, o estado do Paraná, por meio de sua Secretaria de Educação, dá um passo importante para a solidificação do SAEP como uma política educacional, introduzindo avaliações de caráter formativo – Prova Paraná – realizada trimestralmente, e ampliando a avaliação somativa – Prova Paraná Mais – para as redes municipais de ensino do estado. Todas as avaliações aferiram os conhecimentos dos estudantes em Língua Portuguesa – procedimentos de Leitura – e Matemática, sendo desenvolvidas em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação de Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). (PORTAL SAEP, s/p).

Foi definido então, desta forma as avaliações em larga escala no estado do Paraná. Segundo Freitas et. al. (2014), “a avaliação em larga escala [...] é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas” (p. 47).

Não podemos deixar de destacar que nos trabalhos no campo da Educação Matemática, é possível encontrar passagens que abordam este cenário. Fonseca, quando aborda a exclusão escolar, aponta que

Atribuir a um fracasso pessoal a razão da interrupção da escolaridade é um procedimento marcado pela ideologia do sistema escolar, ainda fortemente definida no paradigma do mérito e das aptidões individuais. Justifica o próprio sistema escolar e o modelo socioeconômico que o sustenta, eximindo-os da responsabilidade que lhes cabe na negação do direito à escola. (p. 33, 2018).

Partindo especificamente para os programas em análise, com relação ao Programa Presente na Escola, o gestor reconhece que este foi criado para suprir demandas de leis em âmbito nacional, através da LDBEN e o ECA, artigos estes

que trouxemos em nossa revisão de literatura. Embora assuma as influências destas políticas, não aponta quais programas, de quais estados influenciaram no desenvolvimento deste programa na rede estadual de educação do Paraná.

Então, devemos refletir a fala do gestor em S24. Em um estado que possui um sistema de avaliação, no contexto neoliberal em que as redes de ensino brasileiro convivem, não se pode afirmar que não existem influências internacionais, sobretudo em programas que buscar melhorar índices.

Com isso, no sentido de investigar de forma mais profunda essas influências. Considerando o trabalho de Klein (2018), que fez um levantamento de programas de combate ao abandono escolar em âmbito nacional até o ano de 2017, apresentaremos na tabela a seguir os programas e seus anos de criação que possuem configuração próxima ao PCAE (2018), que podem ser alguns influenciadores.

TABELA 8 – PROGRAMAS SEMELHANTES AO PCAE (2013/2018)

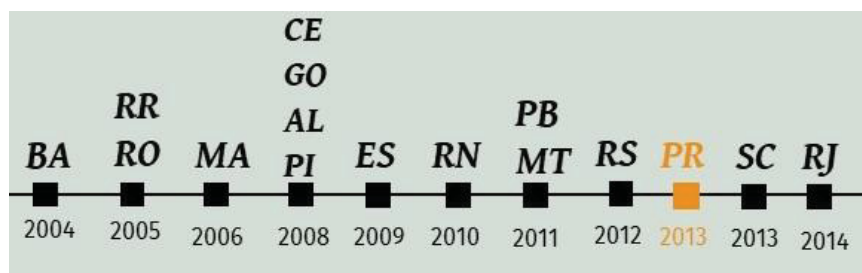
PROGRAMA	ESTADO	ANO
Programa Presente Garantindo o Futuro	BAHIA	2004
Programa de Combate à Evasão Escolar, com o tema, “Escola: por que não ficar aqui?”.	RORAIMA	2005
Projeto “Nenhum a menos”	RONDONIA	2005
Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente na Rede Estadual de Ensino.	MARANHÃO	2006
Presente Na Escola – Ação de Combate à Evasão e a Infrequência Escolar (FICAI).	CEARÁ	2008
Programa de Apoio e Monitoramento ao Aluno Infrequente (AMAI)	GOIÁS	2008
Projeto FICAI	ALAGOAS	2008
Projeto FICAI	PIAUÍ	2008
Programa Pró Escola	ESPÍRITO SANTO	2009
Ficha de Acompanhamento de Aluno Infrequente (FICAI)	RIO GRANDE DO NORTE	2010
Programa de Combate à Evasão Escolar – Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI	PARAÍBA	2011
Projeto FICAI – Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente, Indisciplinado, Infrator	MATO GROSSO	2011
Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI. FICAI <i>online</i>	RIO GRANDE DO SUL	2012
Ficha de Acompanhamento de Aluno Infrequente (FICAI)	PERNAMBUCO	2013
Programa APOIA	SANTA CATARINA	2013
Combate à evasão escolar por meio da FICAI	RIO DE JANEIRO	2014

FONTE: (KLEIN, 2018).

Esta tabela apresenta os projetos que identificamos em nível nacional que possuem semelhanças com o Programa de Combate ao Abandono Escolar do Paraná, como a própria primeira edição do PCAE, lançada em 2013, como abordamos nas seções anteriores. Para situar o leitor, na linha do tempo a

seguir, este programa está destacado, visto que a segunda versão, escopo deste trabalho, é uma continuação da primeira.

FIGURA 6 – LINHA DO TEMPO COM OS PROGRAMAS SEMELHANTES AO PCAE



FONTE: (KLEIN, 2018).

Desta forma, esse levantamento mostra que existem pelo menos 13 precedentes do Programa de Combate ao Abandono Escolar, em sua primeira edição. Em relação a segunda edição, teríamos ao menos 16 referências que puderam ser usadas, ou ainda, ser influência para o desenvolvimento do programa. Vale ressaltar que uma boa pergunta seria – Qual seria o primeiro dos programas? E desta forma entender como seu ciclo como política aconteceu/acontece.

Nos preocupamos em compreender de que maneira as políticas foram pensadas e desta forma, desenvolvidas. Não existem documentos que apontem essas discussões por parte da Secretaria de Educação, para isso, na entrevista questionamos o gestor responsável pelos programas, através do Departamento de Acompanhamento Pedagógico. Com relação ao Programa de Combate ao Abandono Escolar, o gestor não foi assertivo com relação a quais foram as fases, pois ainda não atuava nesse departamento, e após assumi-lo não obteve essas informações. Ao contrário do Programa Presente na Escola, que afirmou ter buscado se iterar do assunto –

S 38. Principalmente o Presente na Escola a criação foi rápida. Cinco meses de discussão, o programa foi lançado. Na verdade, até o governador estava presente no lançamento, então é uma política pública mesmo.

Isso nos indica que não foram grupos da sociedade civil, gestores dos colégios estaduais, entre outros que influenciaram no desenvolvimento da política. Portanto, os grupos de interesse, principalmente no Programa Presente na Escola, estão no âmbito do próprio governo.

Ao analisarmos se os programas produzem desigualdades, o gestor afirma na entrevista que o Programa Presente na Escola prevê o estímulo e valorização de “boas práticas”. Isso de certa forma, mostra que em regiões diferentes, a considerar a equipe diretiva e pedagógica, as ideias que possui, fará variar os resultados das práticas do programa. Além disso, com relação aos dois programas, o gestor afirma que pelas próprias características do estado, os resultados teriam a consequência de ser diferentes –

S44. Os motivos para isso, tem relação que o Paraná é um estado que tem muitas diferenças regionais.

Contudo, ao ser questionado sobre a discussão desses resultados, não são previstas pelo departamento, assessoramento para amenizar as diferenças, ou seja, não existem estratégias que buscam atender aos colégios que possuem características diferentes. O que ocorre, é um aconselhamento através da tutoria, quando se demonstram ações de outras regiões –

S 47. Para amenizar essas diferenças, sempre que fazemos uma análise e identificamos um ponto de atenção, procuramos alguma realidade parecida, que tenha alguma boa prática para poder trazer e disseminar essa boa prática.

Estes fatos apontados, nos evidenciam que desde seu desenvolvimento até os debates a respeito de sua manutenção, não buscam agregar as contribuições dos sujeitos das comunidades escolares. O único tipo de debate apontado pelo gestor se revela somente sobre regras de cálculo de faltas do sistema de acompanhamento de frequência do Programa Presente na Escola –

S 21. Em relação a isso sempre houve momentos de discussão, de debate, a fim de aprimorar os resultados do relatório, para que no relatório as informações sejam coerentes, que não seja um dado que venha de repente, que possa manipular as informações, no sentido de fantasiar uma coisa que não é fidedigna da realidade das nossas escolas.

Nesta seção, buscamos analisar o contexto de influência, utilizando os documentos oficiais levantados, a entrevista do gestor responsável pelos programas dentro da Secretaria de Educação e as questões orientadoras sugeridas por Mainardes (2006). Durante a análise percebemos fatores

importantes, de como os programas, a partir da gestão do governo atual são tratados como políticas públicas. Além disso, podemos perceber que mesmo que previsto em seus textos, não foram feitas consultas públicas tanto para seu desenvolvimento quanto nas discussões de sua manutenção, confirmado pela não identificação de influências por parte do gestor.

Podemos destacar que esses fatos refletem nas políticas públicas, que como percebemos, foram desenvolvidas de forma interna e sem discussões sobre os resultados, para além das sugestões da tutoria. Os programas acabam tendo resultados diferentes em cada colégio, o que poderá ser observado no contexto da prática, no capítulo 7. Não há preocupação em adotar um referencial teórico ou medidas que diminuam esses efeitos, que ocasionam os diferentes resultados ou resultados não desejáveis.

É importante destacar que reconhecemos que existem outros tipos de influências no desenvolvimento de programas, em particular no âmbito estadual. Contudo, considerando o escopo do trabalho, não iremos adentrar a estes detalhes.

Desta maneira, encerramos esta seção que teve como objetivo analisar o contexto de influência. No próximo capítulo continuaremos as análises, agora no que tange ao contexto da produção de texto. Para isso, além de apresentar o contexto, utilizaremos os materiais dos textos oficiais, e a entrevista com o gestor da SEED.

6 . CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTO

O **contexto da produção de texto** engloba fatores para além da escrita de um documento oficial. Este contexto tem grande relação com o contexto da prática, pois o que é desenvolvido nele será materializado numa política a ser aplicada que, portanto, será interpretada pelos sujeitos quando de sua efetivação nas escolas. Além de sua forma escrita, esses textos podem aparecer em outras representações como em registros orais e vídeos.

O contexto da produção de texto é o espaço em que as políticas são traduzidas para discursos e, geralmente, passam a estar melhor articuladas com “a linguagem do interesse público em geral”. (BOWE; BALL; GOLD, 1992, p. 20).

A análise desse contexto pode envolver a análise de textos de políticas e entrevistas com os sujeitos para quem a política é destinada. Destaca-se que a análise dos documentos oficiais deve ser feita de forma crítica, o que pretendemos realizar nessa pesquisa, considerando a profundidade possível para um estudo dessa natureza.

Com relação à análise do contexto de produção de texto, um dos desafios principais refere-se à necessidade da análise crítica dos textos das políticas. Em muitos casos, a análise resulta em uma leitura “ingênua” dos textos e da própria política investigada. Algumas vezes, observa-se a crença de que os textos são coerentes e válidos, resultando em análises “aparentemente neutras” ou que tendem a legitimar as políticas investigadas. A explicitação de um conceito de política e de um posicionamento epistemológico pode auxiliar e enriquecer a análise dos textos. A análise crítica dos textos de políticas envolve: a) identificação da teoria do problema (que deu origem à política) e da teoria da política (seus fundamentos), bem como de possíveis desencontros e fragilidades tanto da teoria do problema quanto da teoria da política; b) análise discursiva dos textos para identificar seus fundamentos, ideologias subjacentes, incoerências, termos que se repetem; c) identificação das redes políticas e sociais envolvidas na formulação da política e dos seus textos; d) fundamentos teórico-epistemológicos explícitos ou implícitos (conceitos, autores), entre outros elementos (MAINARDES, 2018, p.13).

Nesse sentido, apresentam-se questões orientadoras, que foram sugeridas por Mainardes (2006), úteis neste trabalho para a análise do contexto na produção do texto.

TABELA 9 – QUESTÕES ORIENTADORAS PARA ANÁLISE DO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTO

Contexto da produção de texto
1 – Quando se iniciou a construção do texto da política?
2 – Quais os grupos de interesse representados no processo de produção do texto da política? Quais os grupos excluídos? Houve espaço para a participação ativa dos profissionais envolvidos na construção dos textos?
3 – Como o texto (ou textos) da política foi (foram) construído (s)? Quais as vozes “presentes” e “ausentes”?
4 – Houve a intenção de buscar consensos na construção do texto (escrito ou não)? Como eles foram atingidos?
5 – Quais são os discursos predominantes e as ideias-chave do texto? Que intenções, valores e propósitos eles representam?
6 – É possível identificar interesses e opções não explicitados (ocultos) no texto?
7 – Há no texto da política influências de agendas globais, internacionais ou nacionais; de autores estrangeiros ou de compromissos partidários?
8 – Como é a linguagem do texto? É possível identificar o estilo do texto (<i>writerly</i> , <i>readerly</i> , a combinação de ambos os estilos)?
9 – Há inconsistências, contradições e ambiguidades no texto?
10 – Quem são os destinatários (leitores) do texto elaborado?
11 – Além do texto ou textos principais, houve a produção de textos secundários (subsídios, orientações, manuais, diretrizes)?
12 – Os textos são acessíveis e compreensíveis?

FONTE: Mainardes (2006).

O contexto da produção de texto e o contexto da prática possuem forte relação, no capítulo a seguir apresentaremos este contexto e outros que o compõe. No contexto da prática, encontraremos os contextos de resultados e efeitos, além da teoria da atuação.

6.1 ANÁLISE DO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTO

Para nos auxiliar na análise desse contexto, nas seções seguintes, destinadas à análise de cada um dos programas, iremos buscar descrever como funciona cada um deles. Para isso, utilizaremos as entrevistas¹¹ e documentos oficiais.

6.1.1 O PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR (2018)

Destacamos que esse programa se trata de uma segunda edição. A primeira edição foi desenvolvida em 2013, já essa em análise foi escrita em 2018, com o objetivo de atender cláusulas do Termo de Cooperação Técnica¹² firmado em 2012.

O texto traz a sua justificativa, pautado principalmente no direito à Educação, e realça a importância de se conhecer os motivos pelos quais os estudantes abandonam a escola –

Devido ao número expressivo e crescente de casos de abandono e evasão escolar e tendo em vista suas causas, que são motivadas por diversos fatores (históricos, sociais, culturais, educacionais, entre outros), os quais ferem os direitos da criança e do adolescente, tornou-se necessário criar mecanismos para prevenção e combate a esta realidade. (SEED, p. 3, 2018).

As cláusulas do termo, especificamente estabelecem que a secretaria de educação deveria desenvolver um programa informatizado para o acompanhamento de frequência e das respectivas ações de busca ativa. O programa informatizado que foi desenvolvido é o Sistema Educacional de Rede de Proteção, o SERP, que foi definida:

como um conjunto social constituído pelos sujeitos, organizações governamentais e não governamentais articuladas e construídos com o objetivo de garantir os direitos gerais e específicos da população infante-juvenil. Esta rede é indicada em diversas disposições legais e implica na ação integrada, intersetorial, e articulada das instituições no

¹¹ Todas as entrevistas estão textualizadas em anexo.

¹² Esse documento e os outros citados, foram abordados na seção 5.1.

âmbito social para prevenir e intervir perante as diversas situações de violação dos direitos de crianças e adolescentes, dentre os quais se inclui, por exemplo, o abandono e a evasão escolar. (SEED, p. 14, 2018).

Em sua cartilha, o programa prevê já em sua introdução que o programa deve contar com a participação de vários sujeitos, como:

[...] estudantes, funcionários, professores, equipes pedagógicas e diretivas e também das Instâncias Colegiadas (Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF (ou similares), Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmio Estudantil) para a mobilização da comunidade escolar, visando ao retorno do estudante infrequente às atividades escolares.

Além disso, prevê a participação do pedagogo nas reuniões da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente; a integração da escola com os diferentes órgãos e serviços que buscam garantir os direitos da criança e do adolescente; e o acionamento do Conselho Tutelar e do Ministério Público no contato com as famílias quando extrapoladas as possibilidades da escola. Todos concentrando esforços para prevenir, identificar as causas da infrequência e promover o retorno dos estudantes com faltas recorrentes e injustificadas. (SEED, p. 9, 2018).

Com relação a essa participação de outros entes no desenvolvimento do programa, como pesquisas ou consultas para além dos órgãos internos da Secretaria de Educação do Paraná, foi possível perceber na entrevista com o gestor da SEED, que o processo para o seu desenvolvimento foi feito de forma interna, ainda que o gestor não tenha participado do desenvolvimento deste programa.

Como dito, o objetivo geral deste texto era o de cumprir as cláusulas do Termo de Cooperação Técnica e atender as exigências de documentos oficiais como a Constituição Federal, o ECA e a LDBEN. O objetivo geral definido pelo programa cita a necessidade de prevenir o abandono escolar e promover o regresso dos estudantes que abandonaram a escola.

Os objetivos apresentados no texto para além da execução do programa, abrange o interesse em fazer um levantamento de dados sobre os motivos que levam um estudante a abandonar a escola – “A SEED tem ressaltado junto aos Núcleos Regionais de Educação e às escolas, a relevância de se refletir sobre os motivos que levam ao abandono e à evasão” (SEED, p. 9, 2018). Além do interesse identificado nessa frase, essa versão do programa mantém o anexo da

versão anterior que tinha como objetivo identificar o motivo que levou o estudante a abandonar a escola, quando determina que – “O anexo III – Motivos/Situações – é o referencial para consulta antes do preenchimento dos formulários (anexo I e II)” (SEED, p. 44, 2018).

Como citado anteriormente, além dos interesses que destacamos, o programa vem para preencher algumas lacunas que faltavam com relação ao cumprimento de leis, abordamos esses documentos na revisão de literatura, por exemplo, o texto da política cita o artigo 86 do ECA e o artigo 246 do Código Penal. Mesmo que o gestor da SEED não reconheça que existem influências nacionais, internacionais ou de autores, verificamos que esse tipo de projeto é comum no território brasileiro, pois através dele é possível atender exigências do ECA e da LDBEN (por exemplo o artigo 5º, inciso III da LDBEN).

O programa também prevê que fossem feitos debates com a comunidade escolar para buscar ações locais de combate ao abandono escolar, como previsto no artigo 4º do ECA. A ideia destas consultas é para que as ações utilizadas para combater o abandono escolar sejam pautadas na realidade da comunidade que cerca o colégio.

O texto da política é apresentado como um passo a passo de como executar o programa. O primeiro passo afirma que – “Cabe aos professores, ao constatarem a ausência não justificada nos casos previsto em lei, do estudante por 05 (cinco) dias consecutivos ou 07 (sete) dias alternados (em até 60 dias, independente do período avaliativo)” (SEED, 2018, p. 18) comunicar à equipe pedagógica da situação do estudante. Além disso, define-se as estratégias de como fazer retornar o estudante que estava em situação de abandono e também as ações após seu retorno, isso se chama busca ativa¹³.

As ações preveem o envio de carta registrada, a ida até o endereço do estudante, com o intuito de convocar a família para reuniões buscando o retorno do aluno. Mas, como confirmado pelo gestor do programa, não existem subsídios financeiros para que tais ações possam se efetivar.

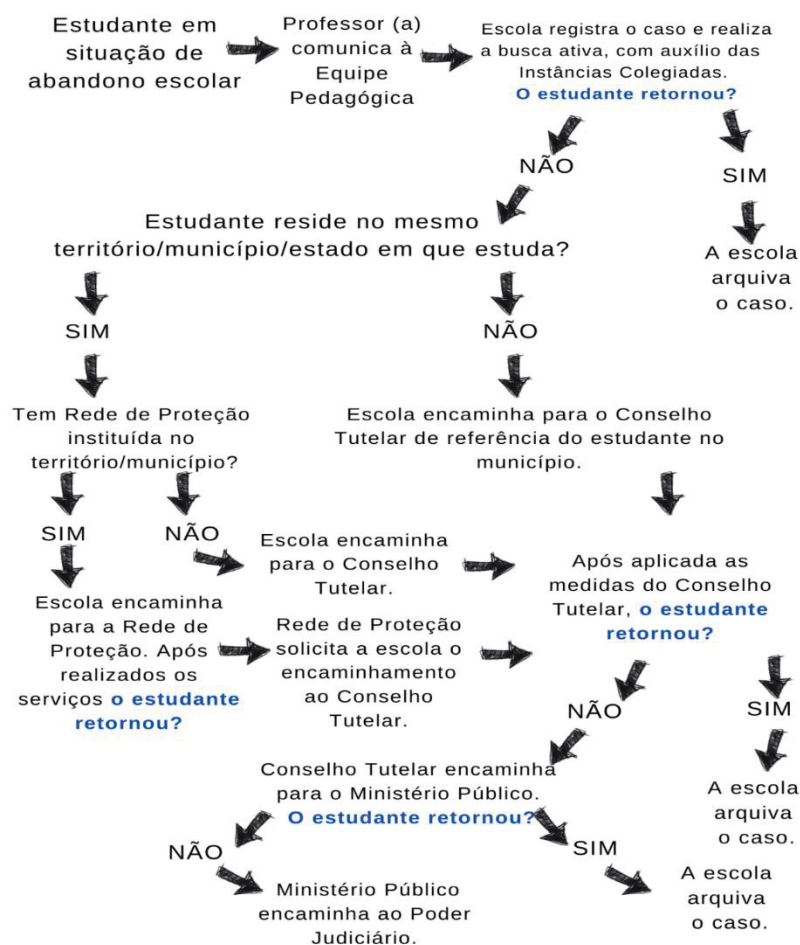
¹³ Entende-se por “busca ativa” todas as ações realizadas pela escola para promover o retorno do estudante em situação de abandono escolar: telefonema, mensagem de texto, e-mail, carta registrada, bilhete via comunidade, reunião extraordinária e visita domiciliar. (SEED, p. 12, 2018).

Além da falta de investimentos do governo, temos outros fatores que dificultam esse trabalho. O gestor dos programas aponta na entrevista que falta por parte da escola um melhor registro de como as ações foram executadas. Por exemplo, se não foi possível o contato telefônico, a sugestão é que se anote os horários das ligações, ainda assim, a indicação é de que sejam feitas ligações em horários diferentes do dia.

Após a identificação das faltas através dos professores é que se inicia a busca ativa por parte da escola. Sendo negativas as respostas das ações, a escola deveria encaminhar o caso à Rede de Proteção, não havendo Rede de Proteção, a escola deveria seguir o passo seguinte, que é encaminhar ao Conselho Tutelar e o passo seguinte seria encaminhar a situação ao Ministério Público. Nesse tempo da busca, se fossem verificados problemas de violência, saúde, dentre outros, o estudante seria encaminhado à, por exemplo, Unidade Básica de Saúde, Assistência Social etc.

Para ilustrar a sequência de ações previstas pelo programa, na imagem a seguir disponibilizaremos o fluxograma apresentado no texto do programa.

FIGURA 7 – FLUXOGRAMA DOS PASSOS DO PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR



FONTE: SEED (2018).

De material complementar a essa política, foi lançado o Programa Presente na Escola. Como essa política também é de interesse da análise desse estudo, sua análise será feita na seção a seguir.

Esta seção teve como objetivo apresentar e analisar com relação ao contexto da produção de texto o Programa de Combate ao Abandono Escolar (2018). Foi possível fazer a análise nos baseando nas questões orientadoras, através da entrevista do gestor da SEED e nos documentos oficiais que tratam da política.

A análise demonstra pontos relevantes para o surgimento da política, que é o próprio contexto das políticas educacionais brasileiras, que buscaram atender exigências do ECA e da LDBEN, apresentadas no capítulo 3 deste trabalho. Além disso, discutimos acerca dos sujeitos representados na política,

sendo eles seus criadores e para quem foi endereçada, compreendendo que o programa foi desenvolvido de forma interna, sem consultas públicas.

Esse fato nos fez buscar inconsistências do que está apresentado no texto, escrito com ajuda da contraposição da fala do gestor. Desta forma, as apresentamos, e concluímos que na maioria, a principal falta é a que se relaciona com a consulta com a comunidade escolar em geral.

Por fim, como o programa se trata de um fluxo de ações, buscamos ilustrar por meio de um fluxograma o seu andamento. Como dito, existe um programa que foi criado para ser complementar ao Programa de Combate ao Abandono Escolar (2018) que é o Programa Presente na Escola, que será analisado na sequência.

6.2 O PROGRAMA PRESENTE NA ESCOLA

No capítulo do contexto da influência comentamos sobre o Programa Presente na Escola, principalmente sobre seu lançamento e objetivo. Reforçamos que foi lançado através de uma resolução e foi criado com o objetivo de ajudar na prevenção do abandono escolar.

O desenvolvimento desse programa foi realizado de forma rápida e interna, isso foi afirmado pelo gestor do programa. Essa foi uma política de governo, lançada logo que o novo governador Ratinho Júnior (Partido Social Democrático – PSD) assumiu. Desta forma, os sujeitos envolvidos no desenvolvimento do programa foram de departamentos internos da secretaria de educação, sem consultas externas.

Portanto, com relação ao público-alvo do programa, para além dos estudantes, é tido como ferramenta de formação dos gestores da escola, pois o programa prevê a tutoria¹⁴. A tutoria ocorre uma vez por semana, sendo conduzida por um representante do núcleo regional, chamado de tutor. Nessas reuniões, o tutor repassa informações, pedidos¹⁵ e faz análise sobre os dados do abandono escolar, esses são gerados pelo sistema do Registro de Classe Online.

¹⁴ Encontros presenciais semanais, acompanhamento pedagógico e formações continuadas com foco no desenvolvimento pedagógico são os pilares do novo projeto de Tutoria Pedagógica da Secretaria da Educação do Paraná, que tem como objetivo melhorar o processo de ensino e aprendizagem, combater o abandono escolar e diminuir os índices de reprovação na rede estadual de ensino. (SEED, 2019).

¹⁵ Temos um exemplo fornecido pelo gestor da SEED, que estará disponível no ANEXO 17.

A Tutoria Pedagógica foi um projeto lançado pelo governo estadual em abril de 2019, ou seja, um mês após o lançamento do Programa Presente na Escola. O intuito desse projeto é complementar e otimizar os programas – Programa de Combate ao Abandono Escolar e o Programa Presente na Escola.

A principal discussão apontada sobre o programa é com relação aos parâmetros de análises. O gestor comenta que foram necessárias adequações sobre o que considerar como falta, ou ainda, qual aula utilizar como parâmetro para o cálculo de faltas.

A ideia central do programa, que pôde ser identificado na fala do gestor, é que as ações de combate ao abandono, através do acompanhamento de frequência e valorização de boas práticas, fossem feitas de forma padronizada em toda a rede estadual. Isso é reforçado através das reuniões com a tutoria, em que as ações definidas pela SEED são repassadas inicialmente pelo tutor, e em seguida repassadas para os gestores das escolas.

Além disso, esse programa é citado como o “carro chefe” desta gestão do Governo (entrevista do professor). Isso é confirmado pelo gestor da SEED quando afirma que este programa é de uma atitude visionária da secretaria, por ser uma novidade.

Assim como no outro programa, o Presente na Escola é uma política que busca atender exigências provenientes de documentos oficiais como o ECA e a LDBEN. Esse programa tem o intuito de facilitar os processos, para que sejam feitos de forma mais rápida, pois, uma vez por semana os dados da escola são debatidos com o tutor. De certa forma, a probabilidade de uma não identificação de caso de abandono é menor.

Como essa política não tem um texto oficial, o que existe é uma página no *site* da SEED, onde ficam as boas ações identificadas pelo programa, um local de identificação de perguntas frequentes e um local de contato do tipo “fale conosco”¹⁶. A política chegou nas escolas através de repasses, ou seja, a direção do colégio foi comunicada sobre as novas ações que o programa demandaria. Com isso, o setor pedagógico tomou ciência, uma vez que esses são os principais participantes da reunião com a tutoria. E são eles, os

¹⁶ A pesquisadora utilizou esse contato, preenchendo as informações de contato, enviando questões em maio de 2020, até o momento não foi recebido nenhum tipo de resposta.

pedagogos que dão ciência aos professores das novas medidas que deverão ser desenvolvidas.

Esse processo foi problemático, o próprio gestor assume (contudo, em forma de crítica aos diretores), que os diretores ficaram inseguros com essas medidas, já que não existe um documento oficial explicativo sobre o programa. Além disso, inicialmente o programa foi visto como fiscalizador dos professores e da escola, pois anteriormente não existia um acompanhamento tão próximo das ações da escola, como atualmente com a visita semanal de uma pessoa representante da SEED – o tutor. Contudo, atualmente, segundo as entrevistas, essa impressão mudou.

Como citado na seção anterior, essa política surgiu para apoiar o Programa de Combate ao Abandono Escolar (2018). Nesse sentido, os documentos de apoio ao Presente na Escola é o Programa de Tutoria Pedagógica que citamos anteriormente e os documentos de orientação semanal utilizados nela.

Como o Programa Presente na Escola não possui nenhum tipo de texto oficial, se baseia nas orientações da tutoria pedagógica e reforça as ações do Programa Presente na Escola, sobre sua acessibilidade, ficamos com as falas das entrevistas – o gestor faz a crítica pela cobrança de um texto oficial por parte dos diretores de escola. Já a diretora afirma que as instruções semanais vindas da tutoria mudam com frequência o que dificulta a execução. Contudo, como tivemos acesso a um modelo de um texto semanal feito para a tutoria, podemos afirmar que como no texto do Programa Presente na Escola, é apresentado como um passo a passo de ações a serem executadas.

As seções deste capítulo foram destinadas a descrever e analisar o contexto de produção de texto dos programas que são objetos deste estudo – O Programa de Combate ao Abandono Escolar (2018) e o Programa Presente na Escola. As análises foram feitas a partir das questões orientadoras sugeridas por Mainardes (2006).

Podemos verificar que a análise é mais fluída quando existe um texto oficial da política, para que a partir dela, seja possível contrastar com o que está escrito, o que se pretende com a política quando foi desenvolvida. Ao analisar o Programa Presente na Escola sentimos essa dificuldade, a falta de um texto oficial resulta na dificuldade de compreensão do que se espera a política, o que

demonstra também a importância de ouvir alguns sujeitos envolvidos em sua criação, desenvolvimento e execução.

Na próxima seção nos debruçaremos a descrever o contexto da prática e fazer sua análise. A análise será feita a partir de questões orientadoras baseadas no que obtivemos até aqui dos documentos oficiais e entrevistas.

7 . CONTEXTO DA PRÁTICA

Como mencionado anteriormente, o contexto da produção de texto tem forte relação com o **contexto da prática**, pois é nele que os documentos produzidos, serão distribuídos, portanto, devem ter fácil interpretação, isto é, devem ser acessíveis para aqueles que os receberão. Contudo, Ball destaca que nem sempre isto ocorre – “Na verdade, textos de políticas são frequentemente mal escritos, os quais criam dificuldades enormes para aqueles que devem fazer algo com eles” (AVELAR, 2016, p. 7). Além da qualidade da escrita, os autores destacam a influência de outros fatores na leitura do texto, segundo os quais:

Este contexto da prática é onde ocorrem as leituras dos textos, é onde se desenvolvem interpretações e recriações, pautadas na história, valores, propósitos e valores dos sujeitos. [...] onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. (BALL; BOWE, 1992, p. 22).

A análise desse contexto demanda do pesquisador a inserção nos espaços onde essa política é desenvolvida, a qual poderá ocorrer através de observações, pesquisa etnográfica e, até mesmo, entrevista com os profissionais envolvidos, pais, alunos etc. (MAINARDES, 2018, p. 14).

Na área educacional, Ball considera os professores como os principais atores desse contexto, pois entende que é destes sujeitos que se exige grande criatividade, para traduzir as palavras dos textos oficiais em algo viável no ambiente escolar – “a política é feita pelos e para os professores, eles são atores e sujeitos e objetos da política (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p.13¹⁷ apud PAVEZI, 2018, p. 2).

¹⁷ BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: **Editores UEPG**, 2016.

Antes mencionou-se que o contexto da prática abrange o contexto de **resultados/efeitos**. Este contexto se preocupa com a justiça social¹⁸, igualdade e liberdade individual. As políticas nesse sentido deveriam ser analisadas baseadas em seu impacto para com as desigualdades existentes. E para esta análise sugere-se que se reúnam dados abrangentes, relacionados às mudanças na estrutura e na prática (MAINARDES, 2018, p. 4).

Além disso, o contexto de resultados/efeitos é dividido em efeitos de 1º ordem e efeitos de 2º ordem. Brevemente, os efeitos de 1º ordem – “referem-se a mudanças na prática ou na estrutura e são evidentes em lugares específicos ou no sistema como um todo”, já os de 2º ordem – “referem-se ao impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidades e justiça social” (MAINARDES, 2006, p. 54).

No contexto da prática, é onde deve-se interpretar e recriar as políticas escritas nos documentos oficiais. Para isso, Ball aprofundou a ideia na **teoria da atuação**, no livro *How schools do policy* (2012), a qual vem para contribuir na expansão da análise do contexto da prática (MAINARDES 2018, p. 10).

Nesta teoria, há dois conceitos centrais, a interpretação e a tradução. Antes de continuar a discussão acerca da interpretação e tradução, considera-se pertinente abrir um parêntese aqui para compreender a distinção entre tática e estratégia. Para isso, recorre-se a Michel de Certeau, autor francês que fez esta diferenciação e definiu os dois conceitos em seu trabalho *A invenção do cotidiano* (1980), e alguns artigos que abordam estes temas, como Sarti e Pereira (2010) e Silva et al. (2011).

A “interpretação trata da estratégia e a tradução trata de táticas, mas elas são intimamente relacionadas e sobrepostas” (BALL; BRAUN; MAGGUIRE, 2012, p. 45-47¹⁹, apud HOSTINS; ROCHADE, p. 80). A tradução é uma leitura inicial, que possibilita aos sujeitos se aproximarem dos sentidos apresentados pela política, é “um fazer sentido da política – o que este texto significa para nós? O que temos que fazer? Nós temos que fazer alguma coisa?” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 68).

¹⁸ Em entrevista a Maguire (2009), Ball define – “O conceito básico que sustenta tudo é o conceito de poder. Assim, eu vejo a justiça social através da opressão de poder, vejo as políticas de distribuição e reconhecimento em termos de lutas de poder” (p. 307).

¹⁹ BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. *How schools do policy*. Abingdon: Routledge. 2012.

Para Certeau (1980), a diferença entre tática e estratégia

[...] remete a duas opções históricas em matéria de ação e segurança [...] as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. (p. 102).

Para melhor compreender estes conceitos, discorre-se agora sobre as estratégias. Na perspectiva certeausiana, as estratégias se relacionam com um sujeito detentor de um tipo de poder (próprio, aquele que possui algo). O serviço oferecido por este próprio funciona como uma base para a gestão de suas relações com o exterior, isto é, podem-se perceber tipos específicos de saber, que são lugares teóricos. Para Silva et al. (2011), as estratégias são “como forma de convencimento, de argumentação e intimidação dos fortes sobre os fracos” (p. 68).

Contudo, ainda segundo Silva et al. (2011), nos trabalhos de Certeau fica evidente que ele não aponta submissão entre os sujeitos que não elaboram as estratégias, pois estes mesmos sujeitos executam bricolagens, artimanhas, caças furtivas como forma de resistência moral e política. (p. 65). É nesse sentido que Certeau define a tática.

A tática é um movimento que se dá “dentro do campo do inimigo” (CERTEAU, 1980, p. 100). Ela seria então a resposta, dos fracos sobre os fortes. É através delas, em certo instante preciso do tempo que o fraco faz uma intervenção a fim de torná-la favorável a ele. Ao contrário da estratégia, a tática é definida pela ausência do poder. É nesse sentido que podem-se compreender as traduções dos atores das políticas públicas, como táticas.

Fecha-se aqui o parêntese que teve como objetivo compreender a diferença entre estratégia e tática. Com o objetivo de que nos parágrafos a seguir, se possa compreender de maneira mais clara a função da tradução e interpretação.

A interpretação é um passo crucial para a efetivação da tradução. No sentido de que é a partir dela que podem ocorrer situações que os formuladores da política não esperavam – “A questão é que os atores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas,

selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal-entendidas, réplicas podem ser superficiais etc.” (BOWE et al., 1992, p. 22).

Na tradução tem-se uma espécie de peça teatral, onde cada sujeito dá vida aos papéis propostos pela política. Onde os sujeitos performam²⁰ seu papel, “é uma espécie de ‘terceiro espaço’ entre a política e a prática. É um processo iterativo de fazer textos institucionais e colocar esses textos em ação, literalmente “atuar” sobre a política” (MAINARDES, 2018, p. 6).

Nesse cenário, o sujeito considera os limites do seu meio, faz a reordenação das ações conforme sua interpretação, e as possibilidades que seu ambiente possibilita. O que nem sempre é uma tarefa fácil, fato reforçado por Ball em entrevista à Mainardes, uma vez que “Políticas, principalmente educacionais, são pensadas e em seguida escritas com relação às melhores escolas possíveis [...] com pouco reconhecimento de variações de contexto, em recursos ou em capacidades locais” (MAINARDES, 2009, p. 306).

Essa variação de contexto será muito importante nessa pesquisa, uma vez que a região de interesse específico dessa pesquisa é de grande fragilidade social. Uma das discussões pertinentes a este estudo, é entender como se dão as políticas e as adaptações necessárias para que o que está no documento seja encenado. Para este estudo, é importante entender como isto ocorre.

Assim como apresentam-se as questões orientadoras para análise dos contextos de influência e estratégia política, apresentam-se a seguir as questões que se referem ao contexto da prática e resultados/efeitos.

TABELA 10 – QUESTÕES ORIENTADORAS: CONTEXTO DA PRÁTICA E RESULTADOS/EFEITOS

Contexto da prática
1 – Como a política foi recebida? Como está sendo implementada?
2 – Como os professores, diretores, pedagogos e demais envolvidos interpretam os textos? Há mudanças, alterações e adaptações do texto da política para a concretização da política? Há variações no modo pelo qual o texto é interpretado, nos diferentes espaços observados na pesquisa?
3 – Há evidências de resistência individual ou coletiva?
4 – Os profissionais envolvidos na implementação têm autonomia e oportunidades de discutir e expressar dificuldades, opiniões, insatisfações, dúvidas? Recebem algum tipo de pressão? E suporte?
5 – Há contradições, conflitos e tensões entre as interpretações expressas pelos profissionais que atuam na prática e as expressas pelos formuladores da política e autores dos textos da política?
6 – Quais são as principais dificuldades identificadas no contexto da prática? Como os professores e demais profissionais lidam com elas? Há a reprodução ou criação de desigualdades?

²⁰ Para Ball “performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que emprega julgamento e comparação como meio de incentivo, controle, atrito e mudança baseados em recompensas e sanções (ambos materiais e simbólicos)” (BALL, 2013, p. 216).

7 – Como são as relações de poder dentro do contexto da prática (escola, por exemplo) e no relacionamento dos profissionais que atuam na escola com os órgãos educacionais oficiais e dirigentes educacionais? Há formas de opressão, mecanismos de pressão, silenciamentos? Há espaços de vivências democráticas e emancipatórias?
8 – O contexto da prática tem influenciado o contexto da produção do texto?
Contexto dos resultados/efeitos
1 – Qual o impacto da política para os alunos (ou receptores da política) em geral?
2 – Qual o impacto da política para grupos específicos tais como: classe social, gênero, raça/etnia, localidade (urbana/rural; áreas carentes/mais desenvolvidas), características pessoais dos alunos, ritmos de aprendizagem, pessoas portadoras de necessidades especiais?
3 – Há consequências inesperadas? Quais?
4 – Há dados oficiais sobre o impacto da política? O que eles mostram?
5 – Quais as diferenças e semelhanças entre os dados oficiais e o que foi observado no contexto da prática pelo pesquisador? É possível identificar disparidades entre dados estatísticos oficiais e dados qualitativos obtidos por meio de observações, depoimentos?
6 – Há efeitos de primeira ordem (mudanças na estrutura e na prática)? Quais são?
7 – O que pode ser considerado como efeitos de segunda ordem? Como eles podem ser analisados?
8 – Até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social?

FONTE: (MAINARDES, 2006).

Na seção a seguir, buscaremos analisar o contexto da prática, através da caracterização do lugar de estudo, além de utilizar a visão da direção do colégio e de um professor de Matemática. Para isso, cada uma destas ferramentas será apresentada nas seções seguintes.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA: O CIC

A Prefeitura de Curitiba conta com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Este instituto é responsável por realizar levantamentos de dados sobre os bairros curitibanos, e os divulga em seu *site*. O último levantamento, feito em 2013, apresenta alguns dados que serão abordados nesta seção, para que possam auxiliar na compreensão da realidade da região CIC.

Primeiramente, é importante ressaltar que a cidade de Curitiba é dividida em regionais, e o bairro CIC está situado na Regional CIC. Segundo os dados divulgados no documento – Retrato da Regional CIC, em 2010 a população do bairro CIC era de 144.206 habitantes (IPPUC, 2013, p. 5). Entrando nas especificidades do bairro, o CIC, dentro de sua regional, é o bairro que apresenta maior número de ocupações irregulares, são 51 ocupações, com 12.286 domicílios e 46.302 habitantes (IPPUC, 2013, p. 8). Também é o bairro que apresenta maior índice de homicídios dolosos, segundo os dados, em 2010 foram registrados 122 homicídios e em 2012 com uma pequena queda,

registraram-se 98, representando 24% do total de ocorrências do município (IPPUC, 2013, p. 9).

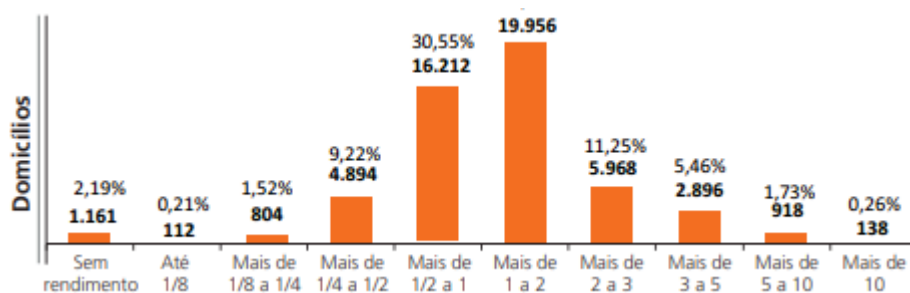
No sentido de compreender a caracterização social, a Regional CIC possui 123 organizações que fazem atendimentos. Dentre essas estão associação de moradores, clubes, entre outros, as quais amparam os cidadãos e auxiliam no levantamento de suas necessidades, para que sejam reivindicadas aos órgãos superiores. Já no que tange à ação social, o bairro conta com “três Associações, quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade de atendimento CRAS, um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), um Conselho Tutelar, uma Instituição de Longa Permanência, dois Liceus de Ofícios e cinco Redes Sociais, totalizando 18 equipamentos destinados à ação social no bairro” (IPPUC, 2013, p. 30).

Abordando o viés econômico, os dados de 2010 apontam que a Regional CIC teve média salarial de R\$ 2.124,40, aproximadamente 44% menor que o rendimento médio do município, especificamente o Bairro CIC teve média de R\$ 2.139,49. Com relação ao indicador que representa domicílios em situação de extrema pobreza – “Este indicador refere-se aos domicílios particulares permanentes, com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (setenta reais)” (IPPUC, 2013, p. 17).

Sobre a educação, das 114 instituições de educação da regional, divididos em 22 particulares e 92 públicos – 79 municipais e 13 estaduais, 102 estão no bairro CIC, “sendo 49 creches/pré-escolas, 35 escolas do Ensino Fundamental, 16 unidades de educação integral vinculadas à escola, uma faculdade e uma universidade” (IPUCC, 2013, p. 26).

Com o intuito de explorar mais características sobre os estudantes da região, através do mesmo estudo da Prefeitura de Curitiba, do IPPUC, destacamos que os dados do gráfico a seguir têm como base o salário mínimo, na época o valor era de R\$ 788. É possível perceber que a região apresenta variação das rendas, isto é, identificamos domicílios sem renda até com renda superior a 10 salários mínimos.

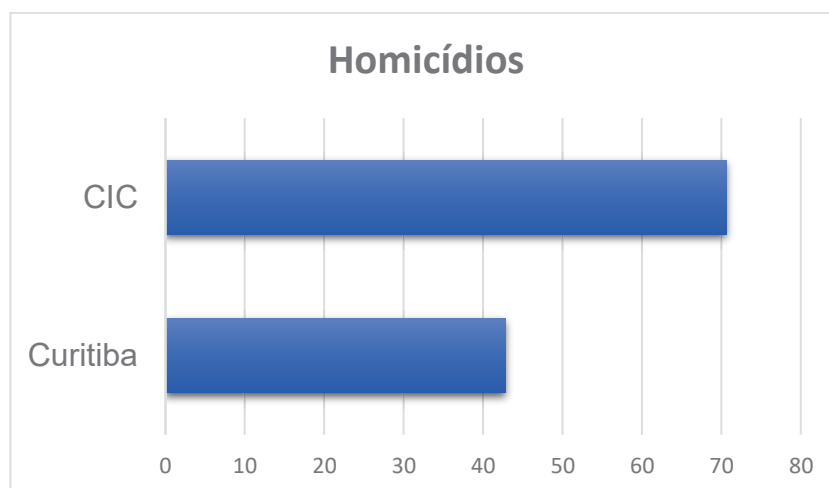
GRÁFICO 1 – RENDA POR DOMICÍLIOS



FONTE: IPPUC (2015)

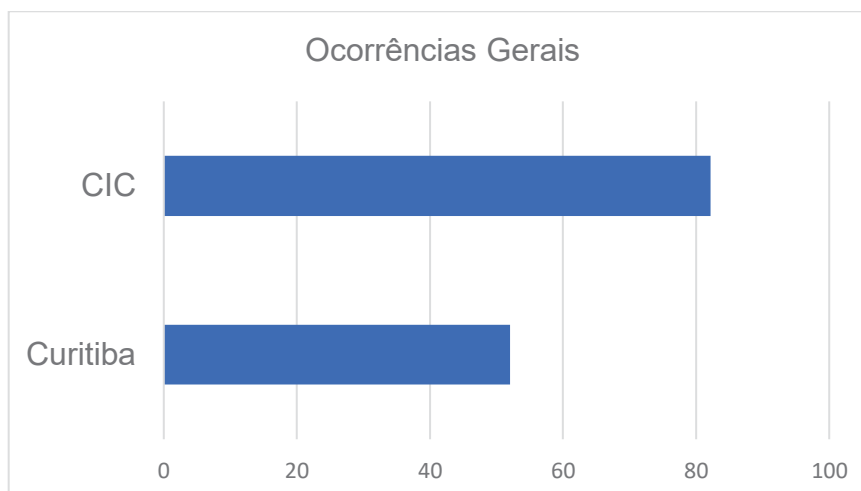
Além disso, destacamos a questão de segurança. Como será possível ver nos gráficos a seguir, os dados médios da região superam a média geral do município de Curitiba (a média é calculada a cada 100.000 habitantes).

GRÁFICO 2 - MÉDIA DE HOMICÍDIOS



FONTE: IPPUC (2015)

GRÁFICO 3 - MÉDIA DE OCORRÊNCIAS GERAIS



FONTE: IPPUC (2015)

O intuito desta seção era de conhecer mais sobre a região, para auxiliar na análise do contexto da prática. A partir disso, pudemos identificar que com relação à média de abandono escolar da região CIC nos anos finais do Ensino Fundamental (3,3%) a média ficou abaixo, isto é, 1,2%. Já com relação ao ensino médio, a média da regional é de 8,15% e do colégio ficou acima da média, com 9%.

Além disso, pudemos verificar que a região possui problemas com segurança pública. Nos dois dados divulgados pelo estudo, tanto os dados de homicídios e ocorrências gerias são maiores que a média do município.

Como o intuito deste trabalho é estudar os programas quando encenados em um colégio da região CIC, sentiu-se a necessidade de fazer um levantamento sobre este colégio. Considerando a justificativa com os dados levantados, selecionamos o Colégio Estadual Marli Queiroz Azevedo, que será apresentado na seção a seguir.

7.1.1 O COLÉGIO ESTADUAL MARLI QUEIROZ AZEVEDO

A instituição escolhida para a realização desta pesquisa foi o Colégio Estadual Mari Queiroz Azevedo, que fica localizado na Rua Cyro Correia Pereira, 3506 - Cidade Industrial de Curitiba. Entrou em funcionamento em 2006, foi construído em 2005 a partir das demandas locais, uma vez que o bairro passava por uma grande expansão.

Segundo dados do *site* da SEED, o colégio possui 30 turmas de Ensino Fundamental, com total de 978 alunos. No que se refere ao ensino médio são 17 turmas com total de 624 estudantes. Além disso existem 2 turmas de Atividade Complementares que atendem 46 alunos.

Sobre a infraestrutura do colégio, no PPP de 2012 foram informados: “20 salas de aulas, refeitório, laboratório Física/Química/Biologia, laboratório de Informática, biblioteca, sala de múltiplo uso, sala de apoio, secretaria, sala de direção, sala de vice direção, sala da equipe pedagógica, cozinha, sala de professores, 6 banheiros para alunos, 2 banheiros para professores, casa de caseiro, quadra poliesportiva/aberta e pátio aberto e coberto” (COLÉGIO ESTADUAL MARLI QUEIROZ AZEVEDO, 2012, p. 18).

Além disso, buscam-se mostrar certas características do colégio. O cenário do abandono escolar do referido colégio será apresentado na tabela a seguir, o ano de referência dos dados é de 2018

TABELA 11 – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR POR TURMA

Ensino Fundamental				
Ano escolar	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Taxa de abandono (%)	0,4	0,5	0,9	3,4
Média Total (%)	1,3			
Ensino Médio				
Série escolar	1º Série	2º Série	3º Série	4º Série
Taxa de abandono (%)	11,7	7,3	7,8	-
Média Total (%)	9,0			

FONTE: INEP (2018)

Com isso, encerra-se esta seção. Para além desses documentos, para analisar o contexto da prática, utilizaremos duas entrevistas, com a direção do colégio e com um professor de Matemática, disponíveis na íntegra nos (ANEXO 19) e (ANEXO 2010), respectivamente.

Assim como na entrevista do gestor dos programas, os sujeitos das entrevistas do professor e da direção devem permanecer em anonimato, como consta no Comitê de Ética e Pesquisa da UFPR. Contudo, iremos apresentar algumas informações, que não identificam os mesmos.

As entrevistas foram gravadas através da plataforma *Google Meet*, e gravada através da própria plataforma e uma segunda gravação através do *software OBS Studio*. A entrevista do docente, foi realizada no dia 25 de agosto de 2021 e teve início às 20 horas e 50 minutos, a duração da entrevista teve aproximadamente 31 minutos. Já a da direção foi no dia 13 de agosto durou em média 44 minutos.

O professor, como dito leciona a disciplina de matemática. Além de lecionar, também trabalha como diretor de uma escola da rede estadual do Paraná. Formado em Licenciatura em Matemática pela UFPR no ano 2000, além disso, é professor do quadro próprio do estado desde 2003, isto é, há 13 anos.

Com relação a diretora da escola, é formada em História pela Universidade Federal do Paraná. Vale o destaque que a mesma chega ao Colégio Estadual Marli Queiroz Azevedo como interventora, no ano de 2009, aos anos seguintes, foi eleita pela comunidade como diretora.

Assim como na análise do contexto de influência, serão feitas citações das entrevistas, que estão em anexo. Para referenciar, identificamos os parágrafos. Para a direção foi adotado a letra “D” seguido do número correspondente, por exemplo, D 50 – entrevista da direção e parágrafo 50. O mesmo para a entrevista do professor, utilizando-se a letra “P”.

7.2 A ANÁLISE DO CONTEXTO DA PRÁTICA

Podemos identificar ao longo das análises feitas até aqui, que somente o Programa de Combate ao Abandono Escolar possui uma cartilha explicando o programa, as ações que deveriam ser tomadas, passando por diversos órgãos. Já o Programa Presente na Escola foi lançado através de uma resolução, isso ocasionou problemas em sua chegada nas escolas.

São dois fatores que se sobressaem ao abordar a chegada do programa, o primeiro com relação a falta de documentos que normalizassem as ações previstas pelo novo programa, isso foi destacado pelo gestor dos programas, em forma de crítica aos gestores dos colégios, quando diz –

S 59. Estamos trabalhando no sentido de amenizar isso, porque tem coisas que são atribuições óbvias, não tem necessidade de escrever um documento e o núcleo tem que assumir o seu papel, o núcleo é o que gere a escola, então o núcleo tem autoridade sobre a escola, então a gente trabalha nesse sentido, as vezes tem um pouco de insegurança, mas também já algo que estamos evoluindo, conseguindo desenvolver mais.

Além disso, esse fato acarretou em desconfiança dentro das instituições, principalmente por parte dos professores, pois no Presente na Escola, são previstas ações em que os registros deveriam ser feitos no horário da aula. E além disso, a visita da tutoria, algo novo, foi visto como um fator fiscalizador dentro da escola. Uma vez que não existia nenhum tipo de acompanhamento com tal proximidade, uma visita semanal de um agente da Secretaria de Educação causou estranheza.

Esse fato pôde ser observado em diversas falas, como na do gestor, quando afirma que –

S 58. Sobre a interpretação dos textos, no começo, caracterizou muito a ideia de fiscalização “- Ah, a SEED quer ver qual professor está fazendo a chamada, qual que não está.

Corroborar com isso a fala do professor de Matemática –

P 25. Isso aconteceu quando começou o Presente na Escola, eles tinham esse sentimento de que o tutor ia fiscalizar a escola [...].

Contudo, afirma que com o passar do tempo, as ações da tutoria passaram a não ser mais consideradas como fiscalizadoras,

P 25. [...] mas eu entendo o tutor como sendo um parceiro, porque assim, eu vejo que na tutoria eles estão juntos no mesmo barco, vamos dizer assim, e eles entendem as aflições da escola, os problemas da escola.

Após termos buscado compreender de que maneira as políticas chegaram na instituição escolar, é importante que consigamos perceber de que maneira elas foram encenadas. Para isso, nas entrevistas foi possível compreender algumas adaptações ou ações que são feitas e que não estão previstas na política em si.

Inicialmente, é importante destacar que no Colégio Estadual Marli Queiroz Azevedo, algumas medidas previstas nos programas, já eram feitas. Como por exemplo o acompanhamento de frequência dos estudantes, isso é reforçado na fala da direção, quando afirma –

D 15. [...] nós já tínhamos o Programa Presente na Escola, só que não online, a equipe pedagógica, toda manhã, em todas as salas a gente fazia a chamada.

É interessante ressaltar que esse trabalho mecânico ainda é feito pelo colégio, fato afirmado pelo professor de Matemática –

P 13. Ainda aqui no Marli eu vejo ainda acontecer a chamada porta a porta, mas nós professores fomos informados da importância e da responsabilidade [...].

Nesse sentido, existem outras ações que já eram desenvolvidas pela escola, que se misturam com os programas. Em ambos os programas é prevista a busca ativa. Como vimos nos outros contextos, não são feitas discussões para atualização ou aprimoramento. Com isso, a direção afirma que –

D 12. [...] nós ligamos pelo whatsapp, procuramos facebook.

Essas ações, que utilizam ferramentas atualizadas de contato social, é uma ideia particular do colégio.

Além desta, existem outras adaptações que são apontadas pela diretora. Uma das ações que a própria escola determinou é que fosse selecionado um responsável pelo acompanhamento do Programa Presente na escola –

D 19. As adequações para implementação do programa, foi que na verdade, a gente teve que ter uma pessoa que ficasse atento no Presente na Escola. Antes, cada pedagoga tinha as suas turmas e fazia essa verificação, então nós adequamos, nós temos um responsável para que faça essa verificação.

A diretora justifica a adaptação pela necessidade de que fosse levado a sério, desta maneira esse funcionário seria responsável por acompanhar a frequência e distribuir as tarefas vindas da tutoria. Questionada sobre qual funcionário exerce essa função, não obtivemos uma resposta clara, como poderá ser verificado no fragmento a seguir:

D. 20 Na verdade, você ter um programa e não ter uma pessoa responsável, você tem que ter alguém que diz “- tal pessoa, você vai fazer”, então ela sabe que aquilo é a função, e para coisas funcionarem, elas têm que estar detalhadas e as pessoas têm que saber o que elas vão fazer, a responsabilidade delas, isso mesmo. Se chegar um programa você simplesmente o deixar aberto – veio o programa e ninguém é dono de nada, ele não vai funcionar. A pessoa responsável é da equipe, da nossa equipe gestora, nós temos a equipe gestora, é um membro da equipe gestora.

Além disso, a direção afirma que o colégio passa por processos de reestruturação desde o ano de 2009, pois tinha sido depredado e poucos pais mantinham seus filhos estudando na instituição. Desta forma, foi iniciado um resgate minucioso dos alunos, que é feito até os dias atuais, considerando que foi uma ação de sucesso. E assim, outra ferramenta de combate ao abandono escolar, foi a de separar estudantes por turno, conforme sua idade –

D 10. [...] nós dividimos ensino médio pela manhã, Ensino Fundamental a tarde e ensino médio à noite. E no outro ano colocamos todos os alunos fora da faixa etária à noite. Ficou com fundamental a noite e com todas as séries, para que eles pudessem ficar com pessoas da idade deles, para que não levassem outras crianças, os pequenos de 10 anos com os que tinham 14 ou 15 anos no que na época era 6°

série passou a ser 5º ano, para que eles pudessem se distanciar, para que cada um pudesse pensar de acordo com sua faixa etária.

Ao identificarmos essas ações que surgiram por iniciativa da equipe do colégio, é importante refletirmos sobre como tais medidas poderiam ter sido utilizadas como influência no desenvolvimento dos programas. O olhar minucioso para cada estudante, a identificação das necessidades, o que está acontecendo nas suas vidas, para que as ações dos órgãos competentes fossem assertivas, poderiam ser englobadas nos programas, transformando esta ideia em algo geral e não uma exceção.

Nesse sentido, avançamos com o objetivo de compreender como os programas chegaram à instituição. Tendo como plano de fundo o Programa Presente na Escola, como dito aconteceram resistências, outra que destacamos foi a exigência do preenchimento do Registro de Classe Online no momento da aula, em tempo real –

P 13. [...] nós professores fomos informados da importância e da responsabilidade que cairia em nossas costas, veio assim, “- olha, de acordo com a resolução tal, você tem que fazer, sob pena de...” entende, então temos que fazer.

Abordando as principais dificuldades encontradas na execução dos programas, podemos destacar alguns fatores, como a cobrança por parte da Tutoria Pedagógica em nome da SEED. Nas entrevistas, os entrevistados apontam as cobranças de novas ações em curto espaço de tempo como algo inviável –

D 46. [...] para nossa escola a tutoria ela faz um repasse, geralmente do que a secretaria quer, para discussão. Eu vejo assim que é repasse, um momento para discussão nessa tutoria pedagógica, mas que podem até levar o que nós pensamos, que muitas vezes a gente pensa diferente, que não é bem aquilo, as vezes você implementa e quer que a gente faça, mas acho que o que falta um pouco, que eu acredito enquanto tutoria, nesses programas, é que eles deem um tempo para que ele dê um resultado. A cobrança é muito imediata, eles são muito imediatistas, eles não sabem as dificuldades que você tem, ele tem que dar um tempo, ele nem acaba de fazer aquilo e já está pedindo outra coisa, ele já modifica o programa, alguma coisa no meio do caminho, então essas mudanças, você acostuma, o professor acostuma e de repente “pow” mudou.

Essa fala da direção, corrobora com a fala do professor de Matemática que é diretor de outro colégio da rede, reafirma que a quantidade de tarefas ordenadas aos gestores de colégios é grande,

P 26. Eles entendem, eles querem achar soluções para os problemas, claro que eles precisam levar vários dados para a secretaria de educação, esse que é o grande problema. Eu fiz o curso de direção e nossa, a quantidade de incumbências que nós temos para fazer é absurda, eu disse assim “- gente, se eu for fazer tudo isso acabou. Não vou sair da minha sala”. Ainda mais diretor da tarde, de Ensino Fundamental tem que estar no corredor, mas a gente tem que fazer aquela agenda nossa - O que eu vou fazer no primeiro horário? No segundo horário?

Ao decorrer das análises, em todos os contextos, destacamos a falta de debates com a comunidade escolar, professores e gestores de colégios. Essas falas reforçam a carência dessas discussões. É importante refletirmos que seria minimamente interessante que a cada reunião semanal, que para além das novas ações e discussões sobre o relatório de frequência, fossem realizados debates sobre quais das ações foram efetivas ou não. Esses fatos demonstram que não existe ou existe pouca interferência dos sujeitos do contexto da prática no contexto de influência.

Foi possível identificar que essas tensões com cobranças de ações novas, e a falta de documentos formais geraram conflitos também entre direção e professores, como percebido na fala citada anteriormente em P13, do professor de Matemática.

Outro fator já citado que gera conflito, é a necessidade de realizar a chamada online durante a aula, segundo a direção a escola possui internet para os professores, que, portanto, não seria esse o motivo da não realização da chamada, além disso, afirma que os professores do colégio são cobrados –

D 28. Nós, conversamos sempre com o professor, várias vezes - se você se dispõe a trabalhar nessa escola, você vai ter que dar o melhor, que é para isso que você se colocou aqui, para dar o melhor. Aquele que não quer dar o melhor, no outro ano ele vai para outra escola.

Nesta mesma perspectiva, o professor relaciona este fato como gosto/estilo do professor,

P 14. Para mim é natural, mas tem gente que gosta para deixar para depois. A gente sabe que é um registro de controle do Estado, a gente sabe que eles estão preocupados com isso, com o percentual, principalmente num período de pandemia.

Com relação aos resultados dos programas, a diretora afirma que o índice de abandono escolar é praticamente nulo. É perceptível em sua fala que relaciona o sucesso dos programas com as ações que eram realizadas antes da implementação dos programas –

D 10. Mas na escola, nós sempre resgatamos, esse resgate era diário e como sempre foi, então nós temos pouca evasão, a maioria é do turno do noturno.

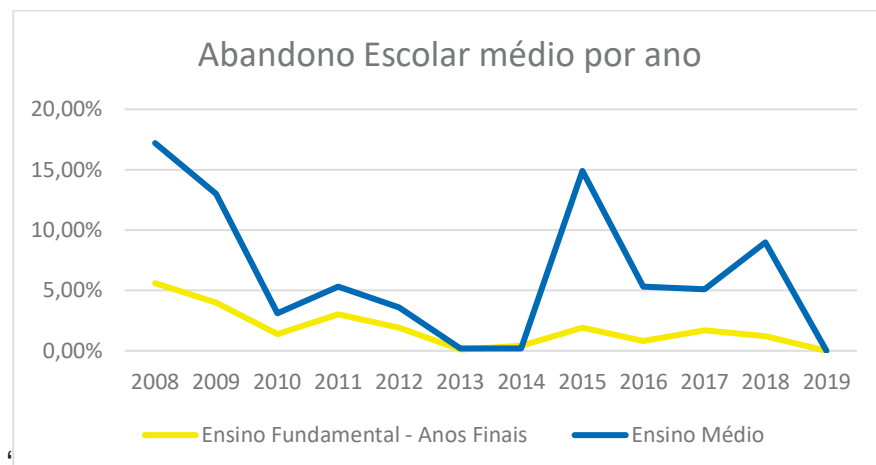
Contudo, mesmo com essas ações próprias dos colégios, que podemos considerar como subterfúgios próprios, que tem objetivo de aprimorar a atuação dos mesmos, identificamos dificuldades na fala da direção. Para ela, a troca constante de funcionários prejudica o ciclo de ações que foram previstas.

D 31 Foi aquela que eu disse, a troca de alguns profissionais que não são constantes na escola, todo ano tem essa dificuldade, todo momento traz essa dificuldade, até que ele venha, que ele entenda o que tem que fazer.

Assim como o professor cita a dificuldade da falta de agentes educacionais (como inspetores) o que facilita a encenação dos programas. Contudo, ele cita esse fato no contexto da pandemia, que será discutido em seções seguintes.

Abaixo será possível verificar um gráfico com os índices de abandono escolar, desde o ano de 2008, separados por Ensino Fundamental e Médio, no que se refere ao Colégio Estadual Marli Queiroz Azevedo. Insta observar que os programas em análise nesta pesquisa, o Programa de Combate ao Abandono Escolar foram lançados em 2018 e o Programa Presente na Escola em 2019.

FIGURA 8 – ABANDONO ESCOLAR MÉDIO POR ANO (2008-2009)



FONTE: SEED (2021).

Este gráfico nos mostra que após a direção atual do colégio iniciar sua gestão, em 2009, os índices passaram a diminuir. Em 2013 foi lançada a primeira edição do PCAE, que refletiu também na diminuição dos índices, que depois aumentaram novamente. Desta forma, com os dois programas em vigor, a segunda edição do PCAE e o Programa Presente na Escola, o índice em 2019 chegou a zero, contudo, devemos lembrar que o colégio anteriormente a chegada dos programas já realizava ações no sentido de combater o abandono escolar. Com relação aos índices de 2020, estes não foram lançados oficialmente, existe uma prévia divulgada pela Secretaria de Educação, que demonstra que se manteve o índice em 0%.

Nesta seção buscamos analisar o último contexto proposto nesta pesquisa, o contexto da prática. Procuramos responder as questões orientadoras de Mainardes (2006). Na análise utilizamos as entrevistas realizadas, tanto com a direção do colégio, como com o professor de Matemática. Durante as entrevistas, um fator chamou atenção, e não poderia ser diferente, já que essa pesquisa se iniciou em 2020, durante a pandemia devido ao COVID-19 e, portanto, destinaremos um capítulo desta dissertação para discutir o contexto da prática em tempos de pandemia.

7.3 CONTEXTO DA PRÁTICA: EM TEMPOS DE PANDEMIA

Considerando as grandes mudanças que ocorreram no cotidiano mundial, devido à pandemia decorrente da COVID-19, que chegou ao nosso país

no início do ano de 2020. Período esse que passou pelo desenvolvimento desta pesquisa, consideramos relevante desenvolver esta breve seção para discutir alguns dos impactos da pandemia nos programas em análise.

Mesmo que não houvesse dentro das questões orientadoras, nos três contextos, perguntas que abordassem diretamente este tema, foram feitas citações sobre a pandemia na fala dos três sujeitos entrevistados. Nesse sentido, as falas identificadas remetem principalmente ao contexto da prática.

As falas da diretora foram impactantes, pois revelaram problemas internos do colégio, que nenhum programa cogitaria em abordar. Considerando a região que se situa o colégio, como apresentados anteriormente, ela afirma –

D48. Foi muito forte e aconteceram muitos abusos também, de vários tipos de violência, dentro da nossa comunidade com alunos, com a família, entre eles, acho que não só aqui, mas é, no mundo inteiro. Porque a violência, ainda mais para a parte que é mais fragilizada, que somos nós as mulheres ou então qualquer um. Então assim, muitos abusos, que as pessoas ficaram com vergonha, mas você acaba descobrindo quando os pais vêm aqui, por hematomas e um monte de coisa, um monte de coisa que eles não vão falar.

Sendo assim, buscamos na fala do servidor, ou ainda em materiais dos programas, ações que corroborassem na melhora dessas situações indicadas pela direção. Contudo, não identificamos algo contundente, o mesmo afirmou que houver mudanças na forma de interpretar o programa.

S55. Na pandemia o programa Presente na Escola teve um momento digamos que não podíamos ter um olhar somente para ele, precisamos de um algo a mais, então, foi criado esses outros programas temporariamente para trazer essas informações e complementar para que tivéssemos ainda a possibilidade de usá-lo como instrumento de gestão, e deu certo. Hoje conseguimos ter uma visão de inclusive saber quais alunos estão nas reuniões do *Google meet*, quais alunos estão no impresso, e quais alunos não estão participando de nenhuma forma.

Além disso, o servidor cita mudanças em algumas ações para com as atividades presenciais e remotas. Para isso, foram feitas formas diferenciadas para atender os alunos sem acesso à *internet*, por sua vez, não era possível por parte dos professores realizarem o preenchimento da chamada em tempo real-

S56. Para os alunos que não frequentam, é feita a busca ativa. Elaboramos um diagnóstico do SERP, nesse diagnóstico conseguimos ter uma visão muito boa de se a escola está registrando os casos. Por

exemplo, se ao olhar e verificar que 10 alunos não estão frequentando na escola, e olho no SERP e tem 5 casos registrados “- Epa a escola não está fazendo adequadamente”, fazemos esse cruzamento de informações. Para não perder a agilidade.

Ou seja, o que podemos verificar que as ações diferenciadas, por parte dos programas de combate ao abandono escolar, foram os de criar formas de manter os programas funcionando. Além disso, pode-se perceber uma certa fiscalização sobre os colégios. Sobre os problemas específicos de cada colégio, como os que a direção citou, o professor corrobora com isso (já que atua como diretor de outro colégio). Principalmente quanto à saúde dos funcionários –

P27. Hoje por exemplo, faltaram 5 professores na escola que eu sou diretor, com metade, hoje eu falei para a tutora que estava hoje lá no colégio, que 5 professores faltaram, nós estamos com metade dos agentes educacionais que poderiam cuidar, porque foram cortados os agentes PSS, então assim, infelizmente o governo, nesse caso está fazendo vistas grossas em relação a isso. O problema que está na escola, parece que ninguém está vendo, então está tudo bem, porque está intramuros e o que está acontecendo do grande problema é o adoecimento da equipe, eu digo adoecimento da equipe quando digo – professores, funcionários, pedagogas. Eu estou vendo uma equipe adoecida, o excesso, a carga excessiva. Então é uma coisa que me deixa preocupado, gera os atestados, eu vejo os professores pedindo atestado e de repente pegam licença e quando não faleceram de covid-19, porque muitos colegas meus faleceram de covid-19, então assim, é um momento difícil, esses dois últimos anos foram muito difíceis. Muito complicadíssimos.

Com todas essas falas, podemos perceber que existem demandas que a pandemia trouxe para dentro do colégio. Como visto, as ações próximas, que são provenientes da tutoria, abordam questões gerais do estado. Ou seja, não são feitos debates, ações que buscam sanar as dificuldades individuais, mesmo nesta situação extrema de pandemia.

Desta forma, encerramos esta seção, a qual não poderíamos deixar de abordar. A pandemia ainda é um problema da nossa sociedade, ainda que com melhoras, com a vacinação finalmente acontecendo. Os próximos passos de recuperação de alunos e a retomada do ensino presencial, deverá ser motivo de grandes debates e tema de futuros trabalhos.

8 E A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA?

Este capítulo é destinado a clarificar a pertinência deste trabalho no campo da Educação Matemática, já que até aqui não realizamos discussões profundas que envolvem a área. Nesse sentido, é importante destacar que no

início, como dito na introdução do trabalho, que o interesse inicial era de desenvolver um trabalho de Equações Diferenciais Aplicadas no contexto do abandono escolar na região CIC, isto é, seria um trabalho que uniria a Educação Matemática com a Matemática Aplicada.

Como não foi possível realizar este trabalho, devido à pandemia, foi necessário discutir novas ideias. E desta forma, chegamos a esta pesquisa - estudar os programas de abandono escolar na rede estadual de ensino do estado do Paraná, através do método do Ciclo de Políticas.

Portanto, através das novas discussões para esse novo trabalho, chegamos a uma nova hipótese - quais as percepções de um professor de matemática sobre o abandono escolar? E é isto que buscaremos discutir neste capítulo, baseando-nos na entrevista do professor de Matemática.

Inicialmente, nossa hipótese é que teríamos um discurso conteudista, do não estudo, da falta de interesse e desenvolvimento dos estudantes. No entanto, tivemos a feliz surpresa de um discurso de um professor/diretor bastante coerente e que, não via em sua própria disciplina o motivo de abandono.

Contudo, devemos refletir, isso sempre foi assim? Isso tem mudado? Para auxiliar-nos nestas reflexões, buscamos trabalhos que abordam este tema, ou seja, a relação do abandono escolar e a disciplina de Matemática. As primeiras buscas foram feitas na Biblioteca de Teses e dissertações da CAPES, em seguidas partimos para uma busca geral na *internet*, onde pudemos encontrar entrevistas, trabalhos de conclusão de curso e artigos. Na tabela a seguir, apresentaremos os documentos identificados²¹:

TABELA 12 – TIPO DE DOCUMENTO E REFERÊNCIA

Tipo de documento	Referência
Artigo	DELAI, V. M. et. al. Evasão Escolar e a disciplina de Matemática: a realidade no primeiro ano do Ensino Médio noturno do Colégio Estadual Santo Agostinho – Palotina – PR. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. 2008.
Dissertação	ROSA, S. R. Matemática, Evasão Escolar e Educação de Jovens e Adultos: que relação é essa? Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Passo Fundo. 2010.

²¹ Sentimos a necessidade de justificar a falta de método para selecionar estes trabalhos, primeiramente não houve resultados em quantidade suficiente no banco de teses, razão pela qual se buscou ampliar a busca para apreender uma percepção mais ampla da relação matemática e fracasso escolar, mesmo que isso resultasse em produções de menor fôlego teórico.

Trabalho de Conclusão de Curso	BORLIN, D. A disciplina de Matemática e o fracasso escolar na 5ª série de uma escola municipal de Florianópolis . 2009. TCC (graduação). Departamento de Matemática, Florianópolis. 2009.
Artigo	COSTA, F. C. Reprovação e Abandono Escolar: causas do insucesso na disciplina de Matemática . Ifes Ciência. v. 5. n. 2019.
Entrevista	PEREIRA, T. Índice de abandono escolar alcança 6,1% no ensino médio [Entrevista concedida ao Portal Edição do Brasil] Daniel Amaro. 2019. Disponível em: http://edicaodobrasil.com.br/2019/09/06/indice-de-abandono-escolar-alcanca-61-no-ensino-medio/ , acesso em: 09 de dez. 2021.
Artigo	LIMA, N. L. As causas do Abandono Escolar no primeiro ano na escola de Ensino Médio . Portal Brasil Escola. 2014. Disponível em: < https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/as-causas-abandono-escolar-no-primeiro-ano-na-escola-ensino-medio-maria-marina-soares.htm >, acesso em: 09 de dez. 2021.
Livro	FONSECA, M. C. F. R. Educação de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FONTE: A autora (2021).

Há um certo senso comum, ilustrado pela coordenadora de projetos do Todos pela Educação – Thatiane Pereira, de que a matemática é utilizada como exemplo de disciplina que exige de o aluno carregar competências de ano a ano, e, por isso, é um dos motivos que podem levar estudantes a abandonar a escola. Nesse sentido, para ela existe a possibilidade de o aluno não conseguir acompanhar mais os conteúdos e desiste (EDIÇÃO DO BRASIL, 2019, s/p).

Neste mesmo sentido, o artigo de Costa (2019), analisa a relação da dificuldade de aprendizagem da disciplina de matemática e a possível relação com o abandono escolar. Nele o autor conclui que a reprovação influencia no abandono escolar. Isto é, seja a reprovação no caso em que o aluno não se sente parte da turma (por ser mais velho, não ter amigos), ou ainda, corrobora com a ideia da entrevista anterior, em que o aluno não consegue acompanhar o decorrer do desenvolvimento da disciplina e abandona.

Já o trabalho de Borlin (2009), que faz a análise direta da média dos alunos na disciplina de matemática e o abandono escolar, demonstra que embora possua certa relação com a disciplina, não é uma situação de causa e efeito. Para ele, a matemática não é a única disciplina que coloca dificuldades e, portanto, não é a responsável direta pelo abandono escolar. Nesse sentido, Rosa (2010), analisa a mesma relação, no contexto da Educação de Jovens e Adultos. Para ela, a matemática também não é a única responsável – “O fracasso escolar, resultando em baixa autoestima, no sentimento de incapacidade de aprendizagem, e a falta de interação no ambiente escolar também contribuíram para o baixo rendimento na disciplina de matemática.” (ROSA, 2010, p. 88).

Para a reversão do quadro, a autora indica que é necessário que seja considerado os contextos dos estudantes. Além disso, que as práticas em sala de aula estimulem os estudantes, fazendo com que as disciplinas façam sentidos para o aluno como cidadão.

No trabalho de Delai et. al. (2008), os autores iniciam afirmando que “É senso comum considerar a matemática uma das disciplinas que contribuem para o afastamento dos alunos do colégio” (p. 1). O trabalho segue apontando que a disciplina é considerada difícil e é tratada desta forma, tanto pelos alunos quanto pelos professores.

Fonseca (2018), problematiza essa relação afirmando que –

Não é raro tornar-se o fracasso em matemática como causa da evasão escolar. Por mais infeliz que tenha sido, porém, a experiência ou o desempenho do sujeito no aprendizado da matemática, dificilmente essa acusação na verdade, procede. Na realidade, os que abandonam a escola o fazem por diversos fatores, de ordem social e econômica principalmente, e que, em geral extrapolam as paredes da sala de aula que ultrapassam os muros da escola. (p.32).

No decorrer do trabalho de Delai, que conta com entrevista de estudantes, os autores passam a perceberem que a relação de causa e efeito ficou ultrapassada por parte dos estudantes. Já por parte dos professores, foi possível ainda identificar que pensam da maneira apontada inicialmente. Enfim, foi concluído que “[...] a disciplina de matemática é um motivo insignificante para a evasão destes alunos.” (Delai et al. 2008, p. 22).

Este trabalho que é fruto de um programa do Governo do Estado do Paraná, o PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional, corrobora com as falas do professor entrevistado em nossa pesquisa, quando afirma que:

P 47. Não acredito que a disciplina de Matemática influencia no abandono, eu acredito que a disciplina de Matemática é intrinsicamente difícil perante outras, mas eu vejo também a atenção que se dá a disciplina de Matemática ela é bem grande. Em toda escola, por exemplo fala muito da questão da Matemática, é muito o olhar da Matemática e da Língua Portuguesa, as duas. E a Matemática hoje nós podemos trabalhar de várias formas. Nossa, tem tanta coisa boa para trabalhar.

Então, podemos perceber que existe avanço no olhar para com a disciplina de matemática. Principalmente nestas últimas discussões, a matemática não é tratada como a vilã ou então, como a rainha das disciplinas.

Outra fala do entrevistado, nos chama atenção, quando questionado a fatores que levam ao abandono escolar, para ele –

P 36. Além do fator econômico, acredito que o descrédito que a Educação tem perante a vida dos adolescentes, hoje eles analisam que estudar não vale a pena, isso dos alunos do ensino médio, porque eles se deslumbram aquele mundo do comprei, estou trabalhando, ganhando 1000 reais por mês e resolvido.

Esta fala, vai ao encontro do que afirma Lima (2014) – “A longa espera de recompensa futura é seguramente a maior causa da falta de motivação para os estudos. É sabido que o prêmio pelo esforço e dedicação aos estudos será recebido na idade adulta ou na velhice, muito longe do planejamento imediatista comum a maioria dos jovens” (p. 4). Este e outros trabalhos que foram abordados neste capítulo mostram que o abandono escolar é um problema complexo.

Nesse sentido, Fonseca aponta que é necessário que a escola faça sentido para o estudante, aponta esse fato como um dos principais motivos para o abandono escolar. Para a autora “Deixam a escola sobretudo, porque não consideram que a formação escolar seja assim tão relevante que justifique enfrentar toda essa gama de obstáculos à sua permanência ali” (FONSECA, p. 33, 2018)

Não é mais possível apontar as dificuldades no aprendizado da matemática como única culpada pelo abandono escolar. Existem diversos cenários que podem influenciar no abandono escolar. Devemos considerar que é relevante futuros estudos que reiterem essa posição, que aprofunde a discussão da não relação da disciplina de matemática com o abandono escolar.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou ampliar a compreensão acerca do problema do abandono escolar, considerando os programas vigentes na rede estadual de ensino do Paraná. Os programas atuais são – o Programa de Combate ao

Abandono Escolar, em sua segunda edição, de 2018 e o Programa Presente na Escola, de 2019.

O trabalho iniciou-se com o objetivo de analisar estes programas através do método do Ciclo de Políticas de Ball (2009). Para isso, buscamos nos interar sobre as versões que existem do método, tendo sido utilizada a versão de 2009, que conta com os seguintes contextos: Contexto de Influência e Estratégia Política; Contexto de Produção de Texto; Contexto da Prática e o Contexto de Resultados e Efeitos. Ao estudar o método, nos deparamos com os trabalhos de Mainardes, que discute e usa o método de Ball, foi através Mainardes (2006) que encontramos as perguntas orientadoras utilizadas para estruturar as entrevistas que foram realizadas.

Para construir o panorama em que as políticas públicas que tratam do abandono escolar, realizamos uma revisão de literatura. Destacamos neste processo, nosso interesse em identificar qual termo – evasão ou abandono escolar são utilizados pelos autores, e principalmente os sentidos dados a eles. Em alguns trabalhos ocorreu de não ser discutido, ou ainda, ser tratado como sinônimos e por fim, em um deles feita diferenciação.

Para esclarecer esta questão, recorremos a documentos oficiais e outros referenciais teóricos. E ao decorrer das discussões, concluímos que possuir as definições claras sobre os indicadores, é fundamental. É através deles que as novas políticas e as atualizações das existentes serão baseadas.

A partir disso, interessamo-nos em perpassar pelas políticas do direito à Educação, e por sua vez, o combate ao abandono escolar. Isto foi feito através dos documentos oficiais e autores que discutem estas leis. Foi possível concluir que as políticas públicas educacionais voltadas ao abandono escolar, deveriam considerar diversos aspectos da vida do estudante em sua construção. Desta forma, atendendo às especificidades dos estudantes, considerando as diferenças socioeconômicas, culturais, emocionais etc. Remetendo a qualidade educacional, é preciso que sua avaliação seja compreendida como um conjunto de fatores mensuráveis e não-mensuráveis, considerando as desigualdades do sistema educacional, para que se tenha um diagnóstico preciso.

Ao usar o método de Ball, fez-se necessário definir os conceitos de Política, Política Pública e Estado. Ao estudar o mesmo, é indicado que estes conceitos fossem definidos. Para isso, utilizamos autores da área para a sua

compreensão. Além disso, buscamos compreender as aproximações da teoria (que Ball considera ser pluralista), com outros autores, como Weber, Bourdieu, Foucault e Berstein.

Após o apanhado teórico, que auxiliou na compreensão das leis que amparam o combate ao abandono escolar, além dos conceitos presentes no método de Ball, partimos para as análises.

Iniciando pelo Contexto de Influência, que marca as disputas entre os diversos sujeitos de interesse pela política e que possui forte relação com o Contexto de Estratégia Política, que busca identificar as atividades sociais e políticas que são necessárias para lidar com as desigualdades criadas e reproduzidas. Para realizar esta análise, além dos referenciais já citados, foi feito um apanhado geral das políticas de combate ao abandono escolar na rede estadual do Paraná.

Partindo para o Contexto de Produção de Texto, ambos os programas em análise foram apresentados de forma minuciosa. E ao fazer as análises destes documentos, nos valem das entrevistas realizadas. Podemos verificar que a análise é mais fluída quando existe um texto oficial da política, para que a partir dela, seja possível contrastar com o que está escrito, o que se pretende com a política quando foi desenvolvida. Ao analisar o Programa Presente na Escola sentimos essa dificuldade, a falta de um texto oficial resulta na dificuldade de compreensão do que se espera a política, o que demonstra também a importância de ouvir alguns sujeitos envolvidos em sua criação, desenvolvimento e execução.

Por fim, no Contexto da Prática, buscamos apresentar a região e o colégio em que nos aprofundamos neste estudo, ou seja, a região CIC, mais precisamente o Colégio Estadual Marli Queiroz Azevedo. Para além dos dados, utilizamos principalmente nesta análise, as entrevistas da direção e do professor de matemática. Foi possível perceber divergências e convergências nos discursos dos sujeitos, incluindo o gestor.

Além disso, como este trabalho foi desenvolvido durante a pandemia, não é possível que este fator passasse despercebido. Desta forma, adentramos um pouco neste tema, através das falas dos sujeitos entrevistados. Destacamos a necessidade de um olhar sensível para os profissionais, que estão cansados e

até mesmo adoecidos. Chamamos atenção que o retorno gradual das aulas vem sendo possível, no momento em que a vacinação em nosso país avançou.

Este trabalho passou por diversas mudanças em seu decorrer, em função da pandemia que estamos passando. Isso nos levou a uma preocupação, por se tratar de uma dissertação dentro de um programa de Educação Matemática – Qual seria a sua relevância dentro deste campo? Refletindo sobre isso, buscamos refletir sobre a relação da disciplina de Matemática e o abandono escolar.

Para isso, realizamos uma breve revisão de literatura, em artigos, trabalhos acadêmicos e notícias que trataram deste tema. E conseguimos concluir que não é mais possível apontar as dificuldades no aprendizado da matemática como única culpada pelo abandono escolar. Existem diversos cenários que podem influenciar no abandono escolar. Devemos considerar que é relevante futuros estudos que reitem essa posição, que aprofunde a discussão da não relação da disciplina de matemática com o abandono escolar.

Discutir os motivos que levam o estudante ao abandono escolar, foi de interesse desta autora desde a graduação. Nesse sentido, a discussão acerca da relação entre abandono escolar e a disciplina de matemática expande e reforça a curiosidade sobre o estudo do tema, no sentido de investigar esses motivos.

Como dito, esta dissertação foi escrita durante a pandemia da COVID – 19, trouxe com isso mais desafios no tornar-se pesquisadora. Contudo, ao fim, a pesquisa trouxe crescimento na discussão sobre o abandono escolar, o qual a autora estuda desde a graduação.

Foi possível perceber que as políticas em vigor no estado do Paraná se assemelham a outras políticas de outros estados brasileiros. O Programa Presente na Escola é tido como inovador, contudo, podemos perceber que este também possui semelhanças com outros.

O método de Ball, junto com as perguntas orientadoras de Mainardes (2006) nos possibilitou percorrer os programas antes de sua elaboração, até seus efeitos e resultados após sua encenação. Através das entrevistas realizadas, podemos compreender um pouco das especificidades do colégio. É importante destacar que mesmo com a Tutoria Pedagógica, que busca de certa forma

equiparar as diferenças, as instruções normativas, são as mesmas em todo estado.

Seria necessário que fossem feitos debates, discussões, de maneira a tornar estes programas efetivos para cada região e instituição de ensino. Podemos perceber por parte da direção, que como instituição realizam subterfúgios para fazer os programas efetivos na realidade deles. Devemos refletir como isso é visto por parte da gestão dos programas, para eles, indicar uma ação efetiva de outra região, é suficiente para amenizar as diferenças de resultados.

Os programas em vigor foram desenvolvidos sem debates, conversas ou outros tipos de consultas, seja pela comunidade escolar ou com outros órgãos que pudessem agregar aos programas, mesmo que no PCAE ações como essas tenham sido previstas, pelo que conseguimos captar nesta pesquisa, isso não está nos planos da gestão. Esse modo de criação nos indica que os programas se tratam de uma política de governo e não uma política de estado.

Por fim, destacamos nuances singulares na atuação da política, em particular no que diz respeito às pressões sofridas pelos atores, que se viam obrigadas ao preenchimento de relatórios diversos. A falta de diálogo inicial resultou em um sentimento de vigilância pelo tutor, em detrimento do papel orientador que esse deveria exercer desde o início do programa. Finalmente, destacamos a extrapolação da problemática do abandono e evasão para além da sala de aula. Trata-se de um compromisso que deve ser compartilhado também com toda a comunidade escolar e em particular demais funcionários da escola, cuja rotatividade deve ser evitada.

Destaca-se como inovação o Registro Online de Classe, que, ao requerer do professor o registro em aplicativo próprio, permite à direção, de forma imediata detectar possíveis casos de abandono e iniciar a busca ativa. Compreende-se que tal registro, se por um lado, pode acarretar uma nova burocracia, tem a rapidez da resposta à possíveis casos de abandono uma potencialidade a ser ressaltada.

Além de várias informações relevantes, a entrevista com a direção do colégio, nos permite afirmar que parte das ações previstas pelos programas já eram realizadas, e, portanto, não é possível atribuir o sucesso à redução da evasão às políticas públicas analisadas. Por outro lado, dada a riqueza da experiência compartilhada tanto pelo professor como pela diretora, compreende-

se que o debate com a comunidade envolvida é imprescindível para diminuir equívocos de interpretação e comunicação e servem de guia para a personalização necessária das ações públicas nas realidades tão diversas das escolas brasileiras em geral e paranaenses em particular. Essa devida construção, em diálogo, de políticas públicas, pode auxiliar a diminuir as desigualdades, pauta absolutamente urgente em nosso país.

O problema do abandono escolar no Brasil é latente há anos, que exclui e por consequência segrega mais ainda a nossa sociedade. A nossa sociedade que hoje almeja títulos, certificados e diplomas. Para o futuro, acredito ser necessário refletir e compreender as consequências desta exclusão na vida desses sujeitos. Como pesquisadora, esta pesquisa me trouxe outros diversos questionamentos, dúvidas e incertezas, por outro lado, me trouxe uma certeza, ela é o início de uma longa trajetória. Trajetória esta que exige resiliência e autoconhecimento. Além de compreender mais sobre o problema de pesquisa, me trouxe maior compreensão sobre mim, como humana e como pesquisadora. Foi uma breve aventura, se considerarmos o tempo, mas profunda, se considerarmos o aprendizado.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001.
- AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em Política Educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 24, p. 1-18, 2016.
- ALAVARSE, O.M.; MAINARDES, J. Fluxo escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWAMDSZNADJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BALL, S.J. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L.H. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998b. p. 121-137.
- BALL, S.J. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L.H. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998b. p. 121-137.
- BDTD Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Brasil. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vu_nd/. Acesso em 21 fev. 2019.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S. K. *Investigação Qualitativa em Educação Matemática: uma introdução à teoria e aos métodos*. Lisboa: Porto Editora, 1994 ou 1989.

BORJA, S. F. M. I; MARTINS, O. M. A. **Evasão escolar: desigualdade e exclusão social**. Revista Liberato, Novo Hamburgo, v. 15, n. 23, p. 01-104, jan./jun, 2014.

BORLIN, D. A disciplina de Matemática e o fracasso escolar na 5º série de uma escola municipal de Florianópolis. 2009. TCC (graduação). Departamento de Matemática, Florianópolis. 2009.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies**. In: Policy sociology. London: Routledge, 1992.

BRANDÃO, Zaia. Fluxos Escolares e Efeitos Agregados pelas Escolas. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 71, p. 41-48, jan. 2000.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

CASTRO, Vanessa Gomes de; TAVARES JÚNIOR, Fernando. Jovens em Contextos Sociais Desfavoráveis e Sucesso Escolar no Ensino Médio. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 239-258, jan./mar. 2016

COSTA, M.; KOSLINKI, M. C. Entre o mérito e a sorte: escola, presente e futuro na visão de estudantes do ensino fundamental do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação, v. 11 n. 31 jan./abr. 2006, p. 133-201.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2014.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, Formação dos professores e Globalização: Questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COLÉGIO ESTADUAL UNIDADE POLO. **Projeto Político Pedagógico**, Ibiporã, 2020. Disponível em: https://www.unidadepolo.com.br/wpcontent/uploads/2020/01/ppp_2020_unidade_polo.pdf. Acesso em: 18 de mar. 2021.

COLÉGIO ESTADUAL MARLI QUEIROZ AZEVEDO. **Projeto Político Pedagógico**, Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.ctamarliazevedo.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/9/690/13627/arquivos/File/PPP_2012_MARLI_QUEIROZ_AZEVEDO.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.

QEDU . Disponível em: <https://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento>. Acesso em: 08 out. 2019.

COSTA, F. C. Reprovação e Abandono Escolar: causas do insucesso na disciplina de Matemática. Ifes Ciência. v. 5. n. 2019.

CRUZ, ALINE A. As contribuições do Programa Bolsa Família para redução do abandono escolar. Dissertação (mestrado profissional). Programa de Pós-Graduação em Gestão de avaliação da Educação Pública, 2017.

DELAI, V. M. et. al. Evasão Escolar e a disciplina de Matemática: a realidade no primeiro ano do Ensino Médio noturno do Colégio Estadual Santo Agostinho – Palotina – PR. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. 2008.

DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **Instituto Universitário de Lisboa**, Lisboa: CIES-ISCTE, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/1319>. Acesso em: 19 mar. 2021.

FERNANDES, Luana de Mendonça et al. Preditores do desempenho escolar ao final do ensino fundamental: histórico de reprovação, habilidades sociais e apoio social. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 215-228, mar. 2018.

FONSECA, M. C. F. R. Educação de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

GOMES, Candido Alberto. Desserialização escolar: alternativa para o sucesso? Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n. 46, p. 11-38, mar. 2005.

HOSTINS, R. C. L.; ROCHADEL, O. Contribuições de Stephen Ball para o campo das políticas educacionais. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 61–84, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11947>. Acesso em: 16 dez. 2020.

INEP. **Nota técnica nº 8/2017/CGCQTI/DEED**. Brasília, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Retrato das Regionais**. Curitiba, 2013. Disponível em: https://www.ippuc.org.br/visualizar.php?doc=https://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D391/D391_005_BR.pdf. Acesso em 18 mar. 2021.

IVES, M. F. **Consolidação e Redação das Leis – Lei Complementar no 95/98 e Decreto no 2.954/99 – Aplicação à Lei no 9.756/98 sobre processamento de Recursos nos Tribunais**. Revista Jurídica Virtual. 1ª ed. Brasília, 1999.

KLEN, R. A. D. **Política de combate à evasão escolar no Paraná (2005-2017): análise das inter-relações entre formuladores e atores no contexto da produção e da prática na Rede Estadual de Ensino em São José dos Pinhais**. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR). 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/57998/R%20-%20D%20-%20ROSANA%20APARECIDA%20DEA%20KLEN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LIMA, N. L. As causas do Abandono Escolar no primeiro ano na escola de Ensino Médio. Portal Brasil Escola. 2014. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/as-causas-abandono-escolar-no-primeiro-ano-na-escola-ensino-medio-maria-marina-soares.htm>>, acesso em: 09 de dez. 2021.

LÜDKE, Menga. O professor e a pesquisa. Campinas: Papirus, 2001a. A complexa relação entre o professor e a pesquisa. In: ANDRÉ, M. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001b. p. 27-54.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (MG, 2002 a 2006)**. 2009. 131 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UNB, Brasília, DF, 2009.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 12, n. 16, ago. 2018.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 01 dez. 2020.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan. /abr. 2009.

OLIVEIRA, P. R; ARAUJO, C. G. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 28, Jan /Fev /Mar /Abr 2005.

PARANÁ. FICA comigo: Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Assessoria de Relações Externas e Interinstitucionais. Curitiba: SEED – PR, 2005. 32p.

_____. Programa de Combate ao Abandono Escolar no Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. 2013. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate_abandono_escolar/pograma_combate_abandono_escolar.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

_____. Programa FICA Comigo: enfrentamento à evasão escolar. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba: SEED – PR, 2009. 40 p.

_____. Termo de Convênio de Cooperação Técnica. Secretaria de Estado da Educação. Associação de Conselhos Tutelares. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná. Associação dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Estado do Paraná. Ministério Público do Paraná. Tribunal de Justiça. Associação dos Municípios do Paraná. 2005. Disponível em: http://www.educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/dwnld/termos_de_cooperacao/edu_tc_fica.pdf . Acesso em: 25 nov. 2020.

_____. Termo de Convênio de Cooperação Técnica. Secretaria de Estado da Educação. Associação de Conselhos Tutelares. Ministério Público do Paraná. Tribunal de Justiça. 2012. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Convenios/Diversos/Ministerio_Publico/MINISTERIO_PUBLICO.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

_____. Programa Presente na Escola. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba: SEED – PR, 2019. Disponível em: <<http://www.presentenaescola.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

_____. Núcleos Regionais de Educação. Curitiba, 2019. Disponível em <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=557>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. Tutoria Pedagógica: novo projeto ajuda escolas estaduais no desenvolvimento da gestão escolar e ações pedagógicas. Curitiba, 2019. Disponível em: < www.educacao.pr.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2022.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional. Curitiba, 2021. Disponível em: < <https://www.fundepar.pr.gov.br/Noticia/Escolas-estaduais-destaques-no-ultimo-Ideb-sao-homenageadas-no-Palacio-Iguacu>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PAVEZI, M. Contribuições da teoria da atuação: análise a partir de uma pesquisa sobre políticas de Educação Especial no contexto da prática. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1-19, 2018.

PEREIRA, F. H. M.; SARTI, M. F. A leitura entre táticas e estratégias? Consumo cultural e práticas epistolares. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 195-217, mai./ago., 2010.

PEREIRA, T. Índice de abandono escolar alcança 6,1% no ensino médio [Entrevista concedida ao Portal Edição do Brasil] Daniel Amaro. 2019. Disponível em: <http://edicaodobrasil.com.br/2019/09/06/indice-de-abandono-escolar-alcanca-61-no-ensino-medio/>, acesso em: 09 de dez. 2021.

RAMOS, SANTOS, V. A implementação do projeto Avançar em uma escola da rede estadual de Manaus – Amazonas. Dissertação (mestrado profissional). Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Básica. 2016.

ROSA, S. R. Matemática, Evasão Escolar e Educação de Jovens e Adultos: que relação é essa? Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Passo Fundo. 2010.

RYAN, M.M. **Handbook of US labor statistics 2011**: employment, earnings, prices, productivity and other labor data. 14 ed. Lanham: Bernan Press, 2013.
SILVA e col. Michel de Certeau e a Educação. **Caderno de Prod. Acad.-Cient.**, Vitória, v. 17, n. 2, jul. /dez. 2011.

SAGRILO, JOSÉ, C. O programa de prevenção e combate à evasão escolar (PPCEE) como agente de inclusão educacional: uma análise dos resultados (2011-2014). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. 2016.

SARAIVA, A. M. A. Dicionário de Verbetes. Disponível em: <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=391> . Acesso em: 18 de julho de 2013.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Caderno do 1º ciclo - ensino fundamental**. São Luís: SEMED, 2009.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. DE L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, 29 jun. 2017.

SILVA, F. A. L. Possíveis influências dos projetos de intervenção realizados na escola estadual Antônio Martins dos Espíritos Santo nas taxas de abandono escolar no ensino médio. Dissertação (mestrado profissional). Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 2017.

SILVA, E. M. **Educação científica e cultura política democrática: um estudo sobre o processo de recontextualização de elementos de formação política na prática do ensino de Ciências nas séries iniciais**. Tese (Doutorado) - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ). 2019. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/11/Edgar-Miranda-da-Silva.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SILVANO, PAULO, C. O processo de implementação do Programa Educação Integral em Tempo Integral numa escola da Rede Estadual de Minas Gerais. Dissertação (mestrado profissional). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 2018.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais**, Salvador, 2012. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

VITELLI, FERREIRA, R. Políticas Públicas estaduais e os indicadores de qualidade no Ensino Médio: correlações e consequências. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. 2017.

ANEXOS**ANEXO 1 - CONTROLE INTERNO DE FREQUÊNCIA – 2005****Controle Interno de Frequência**
(preenchimento pelo professor)

Nome do aluno: _____	
Série / Turma / Turno: _____	
Disciplina: _____	
Nome do Professor: _____	
Data das Faltas: _____	Total das Faltas: _____
Motivos das Faltas: _____	
Iniciativas desenvolvidas pelo Professor: _____	

Data da comunicação: _____	Assinatura do Professor: _____

FONTE: SEED (2005)

ANEXO 2 – FICHA FICA - 2005

1. DADOS DA ESCOLA

Estabelecimento: _____

Endereço: _____

Município: _____ Telefone: _____

Rede Estadual () Rede Municipal ()

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Aluno(a): _____

Sexo: _____ Data de nascimento: _____ CGM: _____

Filiação: _____ e _____

Endereço residencial: _____

Ponto de referência: _____ Telefone para contato: _____ Responsável Direto: _____

Nome e endereço da Parente ou Conhecido: _____

A família e/ou o aluno estão inseridos em algum Programa Social? _____ Qual? _____

3. HISTÓRICO DA SITUAÇÃO ESCOLAR

Série/Turma/Turno: _____ Datas das faltas: _____

Disciplina: _____ Nome do(s) Professor(es) e data da comunicação: _____

_____ Data do recebimento e Assinatura do(a) Pedagogo(a): _____

4. MEDIDAS TOMADAS PELA ESCOLA

De que forma e data de Convocação do Responsável: _____

_____ Data de comparecimento do responsável: _____

Motivos das faltas (vide Anexo III): _____

Ações desenvolvidas pela escola: _____

Data e assinatura do(a) Diretor(a): _____

Data do encaminhamento da FICA ao Conselho Tutelar: _____

Data do recebimento e assinatura do(a) Conselheiro(a) Tutelar: _____

5. ATENDIMENTO E MEDIDAS APLICADAS PELO CONSELHO TUTELAR:

Retornando o aluno – data de devolução da Fica à escola: _____

Não retornando - data de encaminhamento ao Ministério Público _____

Data e assinatura do Cons. Tutelar: _____

Data de recebimento e assinatura do Promotor: _____

6. SÍNTESE DO ATENDIMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Retornando o aluno à escola - data de devolução da FICA à escola e Comunicação do Conselho Tutelar em _____

Não retornando (providências adotadas): _____

Data e assinatura do(a) Promotor(a) de Justiça: _____

7. REGISTRO DE CONHECIMENTO DA ESCOLA E ENCAMINHAMENTO À SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Retorno da FICA em: _____

Encaminhamento à Secretaria da Educação em: _____

Data e assinatura do(a) Diretor(a): _____

FONTE: SEED (2005).

ANEXO 3 – LISTAGEM DOS MOTIVOS DAS FALTAS - 2005

Em relação a dificuldades com:

1. Família

- 1.1. Proibição ou resistência quanto a frequência do aluno a escola, apresentada pelos pais ou responsáveis.
- 1.2. Transferência de moradia.
- 1.3. Morte na família.
- 1.4. Conflitos familiares determinados por consumo de álcool ou de substâncias entorpecentes.
- 1.5. Problemas de saúde mental de um dos pais.
- 1.6. Problemas de saúde de algum membro da família.
- 1.7. Limitações de ordem material (falta de uniforme, de material escolar, etc).

2. Aluno

- 2.1. Consumo de álcool ou de substâncias entorpecentes.
- 2.2. Doença crônica.
- 2.3. Acidente que implique impossibilidade de locomoção.
- 2.4. Situação de trabalho infantil.
- 2.5. Gravidez precoce.
- 2.6. Situação de abuso/exploração sexual.
- 2.7. Defasagem série/idade.
- 2.8. Indisciplina.
- 2.9. Repetência.
- 2.10. Envolvimento do aluno em práticas infracionais (ex: furtos, agressões físicas, porte ilegal de arma, ameaças, etc.)
- 2.11. Aluno submetido a medida socioeducativa.

3. Escola

- 3.1. Defasagem série/idade.
- 3.2. Ameaças de terceiros contra o aluno.
- 3.3. Situações de discriminação contra o aluno.
- 3.4. Conflito com o professor ou direção da escola.
- 3.5. Falta de acompanhamento pedagógico.
- 3.6. Ausência de professor.

4. Ausência de políticas públicas

- 4.1. Falta de transporte escolar.
- 4.2. Dificuldade de acesso à escola.
- 4.3. Violência no entorno da escola.
- 4.4. Falta de infra-estrutura para situações especiais – rampas e banheiros apropriados para cadeirantes, entre outros.
- 4.5. Inexistência de oferta de modalidade de ensino específica para o atendimento da necessidade do aluno.

5. Outros

(especificar na ficha Anexo II)

FONTE: SEED (2005).

ANEXO 4 – CONTROLE INTERNO DE FREQUÊNCIA - 2009

CONTROLE INTERNO DE FREQUÊNCIA
(preenchimento pelo professor)

Nome do aluno:	
Série / Turma / Turno:	
Disciplina:	
Nome do professor:	
Data das Faltas:	Total das Faltas:
Motivo das Faltas:	
levantamento das possíveis formas de contato com o aluno ☐ funcionários ☐ colegas de turma ☐ outros professores ☐ direção/ equipe pedagógica ☐ outros	
Informações levantadas	
Motivo das Faltas:	
Data da comunicação:	Assinatura do professor:

FONTE: SEED (2009).

ANEXO 5 – FICHA FICA - 2009

Ficha de comunicação do aluno ausente - FICA

1. DADOS DA ESCOLA

Estabelecimento: _____ Cód. do Estab: / / / / / / / / / /

Endereço: _____

Município: _____ Telefone: / / / / / / / / / /

Rede Estadual () Rede Municipal ()

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Aluno(a): _____

Sexo: () masc () fem Data de nascimento: / / CGM: / / / / / / / / / /

Filiação: _____ e _____

Endereço residencial: _____

Bairro: _____ Município: _____

CEP: / / / / / / / / / / Zona Urbana () Zona Rural ()

Ponto de referência: _____ Telefone para contato: / / / / / / / / / /

Nome e endereço de Parente ou conhecido: _____

3. SITUAÇÃO ESCOLAR - ANO LETIVO / / / / /

() Ensino Fundamental Série / / () Ensino Médio Série / / () EJA () Ed. Especial

Datas das faltas: / / . / / . / / . / / . / / . / / . / / .

Turno: () Manhã () Tarde () Noite.

Data da Comunicação: / / . Data do recebimento: / / .

Nome e Assinatura do(a) Pedagogo(a): _____

4. MEDIDAS TOMADAS PELA ESCOLA

Forma de convocação do responsável:

() Telefone () Correspondência via correio () Aviso por escrito por vizinhos () Recado verbal

() Visita domiciliar () Outros: _____

O responsável compareceu? () Não () Sim: Data do comparecimento: / / .

Se a família e/ou o aluno estão inseridos em algum programa social, assinale qual ou quais com um "X".

() Bolsa Família () Agente Jovem () BPC () Cesta Básica () Vale Transporte

() Recursos de Saúde () Leite das Crianças () PETI () Outros: _____

Motivos das faltas (vide anexo III): /

Ações desenvolvidas pela escola:

(continua)

() Diálogo com o responsável e resolução do problema. () Encaminhamento do aluno/família para Programas Sociais. () Inserção do aluno em atividades extra-curriculares (Ex: Contraturno) () Encaminhamento para avaliação biopsicossocial. () Outros: _____

Data e assinatura do (a) Diretor(a): __/__/__. _____

Em caso de não resolução do problema: Data do encaminhamento da FICA ao Conselho Tutelar: __/__/__.

5. MEDIDAS APLICADAS PELO CONSELHO TUTELAR:

Data do recebimento pelo Conselho Tutelar: __/__/__. Ass. do Conselheiro(a) Tutelar: _____

() Orientação, apoio e acompanhamento temporários.

() Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

() Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

() Abrigo em entidade. () Inclusão em programa comunitário ou oficial à família, à criança e ao adolescente.

() Encaminhamento dos pais ou responsável a cursos ou programas de orientação. () Outro(s) Qu al(ais)? _____
O aluno retornou à escola? () Sim : Data __/__/__. () Não

Data e assinatura do Conselho Tutelar: __/__/__. _____

Retornando o aluno - data de devolução da Fica à escola: _____

Não retornando-data de encaminhamento ao Ministério Público: _____

Data e assinatura do Cons.Tutelar: _____

6. SÍNTESE DO ATENDIMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO:

Data de recebimento e assinatura do Promotor: __/__/__. _____

Providências tomadas: _____

O aluno retornou à escola? () Sim: data de devolução da FICA à escola e comunicação do Conselho Tutelar:

() Não: Instauração de procedimento específico () Sim () Não

Data, Nome e assinatura do (a) Promotor (a) de Justiça: __/__/__. _____

Data, Nome e assinatura do Responsável pela Escola: __/__/__. _____

7. REGISTROS DE CONHECIMENTO DA ESCOLA E ENCAMINHAMENTO À SEED

Retorno da FICA em: __/__/__. Encaminhamento à Secretaria da Educação em: __/__/__.

FONTE: SEED (2009).

ANEXO 6 – LISTAGEM DOS MOTIVOS DAS FALTAS - 2009

LISTAGEM DOS MOTIVOS DAS FALTAS
(a ser utilizado no campo nº 04, da Fica)

1. Transferência de moradia/escola/cidade.
2. Morte na família.
3. Conflitos familiares determinados por consumo de álcool ou de substâncias entorpecentes, pelo aluno/família/separação dos pais/prisão/violência física/violência doméstica/ desestrutura familiar.
4. Problemas de saúde mental de um dos pais/ problemas de saúde do aluno/ família/ doenças crônicas/ acidente que implique impossibilidade de locomoção.
5. Limitações de ordem material (falta de uniforme, de material escolar, etc...).
6. Situação de trabalho infantil.
7. Gravidez precoce/casamento.
8. Situação de abuso/ exploração sexual.
9. Defasagem idade/série.
10. Indisciplina.
11. Repetência.
12. Envolvimento do aluno em práticas infracionais (ex. furtos, agressões físicas, porte ilegal de arma, ameaças, etc...).
13. Aluno submetido à medida socioeducativa.
14. Ameaças de terceiros contra o aluno.
15. Situações de discriminação contra o aluno.
16. Conflito com o professor ou direção da escola.
17. Falta de acompanhamento pedagógico.
18. Ausência de professor.
19. Falta de transporte escolar.
20. Dificuldade de acesso à escola.
21. Violência no entorno da escola.
22. Falta de infra estrutura para situações especiais-rampas e banheiros apropriados para cadeirantes, entre outros.
23. Inexistência de oferta de modalidade de ensino específica para o atendimento da necessidade do aluno.
24. Outros:(especificar na ficha anexo II).

FONTE: SEED (2009).

ANEXO 8 – ATA DE REUNIÃO - 2013

Para ser preenchido pela Equipe Pedagógica na presença dos pais ou responsáveis.

Nome do(a) Estudante: _____
Ano/Série: _____ Turma: _____ Turno: _____ Data: ____/____/____.
Horário: _____ Representante da Escola: _____
Local: Escola () Residência do (a) estudante () Outro: _____

Responsáveis legais que compareceram/foram visitados:

Motivo da ausência do(a) estudante (Consultar ANEXO VII):

Compromissos acordados:

Declaro que as informações descritas são verdadeiras e assumo o compromisso acima registrado, reconhecendo minhas obrigações legais junto ao menor no que se refere ao direito à educação básica.

Assinatura do(s) pais ou responsáveis do(a) estudante:

Assinatura do(s) representante(s) da escola:

ANEXO 9 – LISTA DE MOTIVOS E BAIXA FREQUÊNCIA - 2013

Tabela de Motivos Baixa Frequência - 2013

COM VÍNCULO ESCOLAR		
Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno	Doenças	68a. Falta de uniforme/calçado/boupa adequada
1a. Doença/problemas físicos	51a. Gravidez de risco (justifica tempo para o motivo 1)	68b. Falta "sem domínio" dos filhos/relação familiar precária
1b. Doença/problemas psicológicos/mentais	51b. Não é gravidez de risco	68g. Família desconhece as regras da escola e os autos
1c. Pós-parto/gravidez de risco/TPM	Situação de rua	68h. Aluno com deficiência/necessidades especiais sem apoio/estimulação para permanecer na escola
Doença na família/óbito na família/óbito do aluno	52a. A escola sabe que o aluno conta com o acompanhamento da rede de proteção local (Cons. Tutela/CRAS/CREAS)	Envolvimento com drogas/atos infracionais
2a. Óbito do aluno	52b. A escola não sabe se conta com acompanhamento da rede de proteção social	70a. A escola sabe que foi encaminhado aos órgãos competentes
2b. Doença de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola	Negligência dos pais ou responsáveis	70b. A escola não sabe se houve encaminhamento adequado
2c. Óbito de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola	53a. A escola examinou a questão com as famílias	Violência Doméstica
Fatos que impedem o deslocamento/curso do aluno à escola	53b. A escola não abordou esta questão com as famílias	71a. A escola sabe que a criança já foi encaminhada à rede de proteção social
4a. Enchimento	Trabalho infantil	71b. A escola não sabe se a criança foi encaminhada à rede de proteção social
4b. Falta de transporte	54a. A escola sabe que o aluno conta com atenção da rede local de proteção e/ou participa do PETI	SVE - SEM VÍNCULO ESCOLAR
4c. Estradas intransitáveis	54b. A escola não sabe se o aluno conta com acompanhamento da rede de proteção local	Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar por uma das situações abaixo caracterizadas
4d. Violência na área onde mora	Motivo da baixa frequência não foi informado	72a. Inexistência de ensino fundamental na comunidade em que mora
4e. Incidência de pessoa para levar à escola	55a. A escola não procurou saber o motivo junto à família	72b. Inexistência do ensino médio no território onde mora
4f. Grande distância entre a residência e a escola	55b. A escola esclarece que a família não informou o motivo	72c. Inexistência de serviços educacionais para acompanhar/cuidar/corresponder/tutorar
4g. Outro	55c. A escola, apesar de solicitada, não informou o motivo	72d. Inexistência de serviços educacionais em situação de internação/privação de liberdade
Consulta o Ensino Médio	55d. Não foi identificado motivo adequado nesta tabela	72e. Inexistência da escola indígena no território onde mora
6a. Sabe-se que ingressou no Ensino Superior	Violência/Agressividade no ambiente escolar	72f. Concluiu o ensino fundamental/ EJA e inexistiu oferta imediata da etapa seguinte
6b. Sabe-se que ingressou no Ensino Técnico Profissionalizante ou outro curso	66a. A escola está atuando no enfrentamento da situação	72g. Beneficiário concluiu o Ensino Médio
6c. Não se sabe se houve continuidade nos estudos	66b. A escola ainda não está atuando no enfrentamento da situação	72h. Inexistência de atendimento educacional especializado para beneficiário com deficiência/necessidade educacional específica
Suspensão escolar	Trabalho do Jovem	73. Inexistência de transporte/cooção acessível à escola para beneficiário com deficiência/necessidade especial
7a. Com tarifas domésticas	67a. Emprego formal (a partir de 16 anos)	73. Questões de residência da família para que o beneficiário com deficiência/necessidade especial frequente a escola
7b. Sem tarifas domésticas	67b. Estagiário sem vínculo empregatício	73c. Inexistência de acessibilidade no ambiente escolar para o beneficiário com deficiência/necessidade especial
EJA Semipresencial	67c. Trabalho informal	73. Negativo da escola em receber a criança com deficiência/necessidade especial alegando falta de vaga
8a. Com acompanhamento regular	Exploração/Abuso Sexual	73m. Transferência em andamento / pendente – permanecendo sem solução/ocorr. após o encerramento de 02 (dois) períodos de coleta, o beneficiário será lançado como Não Localizado no município de origem do cadastro familiar
8b. Sem acompanhamento regular	68a. A escola sabe que a rede de proteção local já foi acionada/comunicada	73n. Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar foi encontrado, mas não quer mais estudar
Situação coletiva que impede a escola de receber seus alunos	68b. A escola não sabe se a rede de proteção foi acionada/comunicada	73o. Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar foi identificado em condição de óbito (falecido)
8a. Faltas escolares	Desinteresse/Desmotivação pelos estudos	73p. Beneficiário com dados errados impedindo a identificação pela escola (nome errado/dato de nascimento errado/NIS duplicado)
8b. Greve	69a. A escola vem agindo para identificar as causas dessa situação	
9a. Colunidade pública que atingiu a escola ou exigiu o uso do espaço como abrigo	69b. A escola não tem procurado identificar as causas dessa situação	
9d. Escola sem professor	Abandono Escolar/ Desistência	
9e. Reforma geral da escola	69a. Escola vem agindo para identificar as causas desse comportamento	
9f. Escola fechada por situação de violência	69b. Escola não tem conseguido agir em relação a esse situação	
9g. Falta de merenda escolar	Questões sociais, educacionais ou familiares	
9h. Outro	69a. Separação dos pais	
Participação em jogos estudantis/atividade escolar extra-classe	69b. Necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência)	
10a. Considerada atividade escolar	69c. Viagem com a família (trabalho sazonal/agricultura temporária/colheita/outros)	
10b. Não é considerada como atividade escolar	69d. Casamento do(a) Aluno(a) – Atualizar cadastro familiar	
Presença/abuso/Discriminação no ambiente escolar/bullying		
11a. A escola está agindo no enfrentamento do problema		
11b. A escola ainda não está agindo no enfrentamento do problema		
Ausência de aulas por respeito às questões sociais, culturais, étnicas ou religiosas:		
12a. Indígenas		
12b. Ciganos		
12c. Ciganos		
12d. Outras religiões		
12e. População de rua		

FONTE: SEED (2013).

ANEXO 10 – FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ESTUDANTE AUSENTE

Município de atuação: _____

Data de recebimento pelo Conselho Tutelar: ____/____/____

Região de atuação do Conselho Tutelar: _____

Nome do Conselheiro Tutelar: _____

E-mail Institucional: _____

Medidas aplicadas ao(a) estudante:

() Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.

() Orientação, apoio e acompanhamento temporários.

ESPECIFICAR: _____

() Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento instituição de ensino formal - Ensino Fundamental e/ou Médio.

() Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

ESPECIFICAR: _____

() Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

ESPECIFICAR: _____

() Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

ESPECIFICAR: _____

Medidas aplicadas aos pais ou responsável:

() Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

ESPECIFICAR: _____

() Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

ESPECIFICAR: _____

() Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

ESPECIFICAR: _____

() Encaminhamento a cursos ou programas de orientação aos pais ou responsáveis.

ESPECIFICAR: _____

() Obrigação de matricular a criança ou adolescente e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.

() Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.

ESPECIFICAR: _____

(continua)

() Advertência.

ESPECIFICAR: _____

Promoveu a execução de suas decisões mediante:

() Requisição de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

ESPECIFICAR: _____

() Encaminhamento ao Ministério Público notícia de fato que constituiu infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

ESPECIFICAR: _____

() Encaminhamento à autoridade judiciária os casos de sua competência.

ESPECIFICAR: _____

() Expedição de notificações.

ESPECIFICAR: _____

() Assessoramento ao Poder Executivo local para a elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

ESPECIFICAR: _____

() Representação, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no [art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal](#).

ESPECIFICAR: _____

Se o (a) estudante retornou à Escola - Devolução do Formulário à Instituição de Ensino

Data de devolução: ____/____/____

Assinatura do(a) Conselheiro(a) Tutelar de Referência:

Se o(a) estudante não retornou à Escola - Encaminhamento ao MP-PR

Data de encaminhamento: ____/____/____

Assinatura do Conselheiro Tutelar de Referência:

FONTE: SEED (2013).

ANEXO 11 - FORMULÁRIO DE MEDIDAS TOMADAS PELO ESTABELECIMENTO ESCOLAR - 2013

Para ser preenchido pela Equipe Pedagógica e/ou Professores.

Nome do(a) estudante: _____

Ano/Série: _____ Turma: _____ Turno: _____ Data: ____/____/____.

Medidas:

1. ☐ () Diálogo mediante convocação dos pais ou responsáveis, com registro em ata.
2. ☐ () Visita domiciliar.
3. ☐ () Encaminhamentos à Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.
4. ☐ () Estratégias de acolhimento e de estímulo à aprendizagem escolar.
5. ☐ () Realização de reuniões periódicas com os pais ou responsáveis, para buscar em conjunto a solução dos problemas que motivam as faltas e reverter à situação.
6. ☐ () Ações educativas junto aos(as) estudantes, pais ou responsáveis, de modo a desenvolver a compreensão da importância da educação.
7. ☐ () Ações educativas junto aos pais ou responsáveis que favoreçam a efetiva participação no coletivo escolar e a compreensão da importância do acompanhamento sistemático da vida escolar dos filhos.
8. ☐ () Encaminhamentos do(a) estudante à Sala de Recursos e/ou Centros de Atendimento Especializados.
9. ☐ () Discussão e deliberação em Conselho de Classe, visando o enfrentamento das causas e das consequências das dificuldades dos (as) estudantes em relação ao processo pedagógico.
10. ☐ () Elaboração do Plano de Trabalho Docente, durante as horas atividade dos professores e mediado pela Equipe Pedagógica, com vistas a rever os encaminhamentos metodológicos, bem como os processos de avaliação e de recuperação de estudos, viabilizando proposições diferenciadas e personalizadas para o processo de ensino e aprendizagem.
11. ☐ () Encaminhamento para avaliação educacional sob orientação da equipe de Educação Especial do Núcleo Regional de Educação.
12. ☐ () Providências junto ao SAREH para atendimento pedagógico hospitalar.
13. ☐ () Realização de reuniões com Conselho Escolar e a APMF, pautando a mediação de aprendizagem dos estudantes e definindo suportes necessários.
14. ☐ () Utilização de metodologias específicas de trabalho pedagógico voltado a necessidades educativas especiais e, inclusive, adaptações curriculares.
15. ☐ () Outros: _____

DESCRIPTIVO:

RESULTADOS OBTIDOS:

Assinatura do(s) representante(s) da escola:

FONTE: SEED (2013).

ANEXO 12 – FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO À REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E ADOLESCENTE - 2013

Para ser preenchido pelo Representante da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente na presença dos pais ou responsáveis (a "porta de entrada" para Rede de Proteção deve ser definida em cada município, podendo ser qualquer das indicadas no item 2.2 ou outro equipamento que venha a ser criado).

1. DADOS DA ESCOLA

Instituição de Ensino: _____
 Código da Instituição de Ensino: ____/____/____/____/____/____
 Caracterização: Rede Estadual () Rede Municipal () Escola Particular () Escola Especial ()
 Endereço: _____ Nº _____
 Município: _____ Telefone: (____) _____
 Núcleo Regional de Educação: _____

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) ESTUDANTE

Nome do(a) estudante: _____
 Ano/Série: _____ Turma: _____ Turno: _____ Data: ____/____/____.
 Horário da visita: _____ Endereço Residencial: _____
 Bairro: _____ Município: _____
 CEP: _____ Zona: Urbana () Rural ()
 Ponto(s) de referência: _____
 Nome da Mãe: _____
 E-mail da Mãe: _____
 Telefones da Mãe (residencial, comercial, celular e para recados): () _____ - _____ / _____ - _____
 Nome do Pai: _____
 E-mail do Pai: _____
 Telefones do Pai (residencial, comercial, celular e para recados): () _____ - _____ / _____ - _____
 Nome do Responsável: _____
 E-mail do Responsável: _____
 Telefones do Responsável: () _____ - _____ () _____ - _____ () _____ - _____

Programas e serviços: _____

Resultados obtidos: _____

FUNÇÃO/INSTITUIÇÃO	NOME	ASSINATURA

OBSERVAÇÃO: Este FORMULÁRIO deverá retornar à escola de origem depois que as medidas cabíveis forem tomadas.

FONTE: SEED (2013).

ANEXO 13 – MEDIDAS APLICADAS PELO CONSELHO TUTELAR - 2013

Município de atuação: _____

Data de recebimento pelo Conselho Tutelar: ____/____/____

Região de atuação do Conselho Tutelar: _____

Nome do Conselheiro Tutelar: _____

E-mail Institucional: _____

Medidas aplicadas ao(a) estudante:☐ Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.☐ Orientação, apoio e acompanhamento temporários.

ESPECIFICAR: _____

☐ Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento instituição de ensino formal - Ensino Fundamental e/ou Médio.☐ Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

ESPECIFICAR: _____

☐ Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

ESPECIFICAR: _____

☐ Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

ESPECIFICAR: _____

Medidas aplicadas aos pais ou responsável:☐ Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

ESPECIFICAR: _____

☐ Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

ESPECIFICAR: _____

☐ Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico:

ESPECIFICAR: _____

☐ Encaminhamento a cursos ou programas de orientação aos pais ou responsáveis.

ESPECIFICAR: _____

☐ Obrigação de matricular a criança ou adolescente e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.☐ Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.

ESPECIFICAR: _____

(continua)

() Advertência.

ESPECIFICAR: _____

Promoveu a execução de suas decisões mediante:

() Requisição de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

ESPECIFICAR: _____

() Encaminhamento ao Ministério Público notícia de fato que constituiu infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

ESPECIFICAR: _____

() Encaminhamento à autoridade judiciária os casos de sua competência.

ESPECIFICAR: _____

() Expedição de notificações.

ESPECIFICAR: _____

() Assessoramento ao Poder Executivo local para a elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

ESPECIFICAR: _____

() Representação, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no [art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal](#).

ESPECIFICAR: _____

Se o (a) estudante retornou à Escola - Devolução do Formulário à Instituição de Ensino

Data de devolução: ____/____/____

Assinatura do(a) Conselheiro(a) Tutelar de Referência:

Se o(a) estudante não retornou à Escola - Encaminhamento ao MP-PR

Data de encaminhamento: ____/____/____

Assinatura do Conselheiro Tutelar de Referência:

ANEXO 14 – CONTROLE INTERNO DE FREQUÊNCIA 2018

Formulário a ser preenchimento pelos professores, quando identificados 05 (cinco) dias consecutivos ou 07 (sete) dias alternados de faltas. Os professores da Educação de Jovens e Adultos devem consultar o Anexo IV.

Nome do Estudante: _____
Ano/Série: _____ Turma: _____ Turno: _____

[illegible]

Formulário a ser preenchimento pelos professores, quando identificados 05 (cinco) dias consecutivos ou 07 (sete) dias alternados de faltas. Os professores da Educação de Jovens e Adultos devem consultar o Anexo IV.

Observações sobre o comportamento do estudante (sinais de alerta, dinâmica pessoal e social, etc.)
--

10

Encaminhamentos efetuados pela equipe pedagógica (constando data e discriminação do encaminhamento).

MOUL

DESPACHO AO DIRETOR

Comunico por meio desta ao diretor desta instituição de ensino a infrequência do estudante _____, conforme motivos descritos nesta ficha.

Assinatura do pedagogo:

FONTE: SEED (2018).

ANEXO 15 – NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ESTUDANTE AUSENTE - 2018

ESPECIFICAR: _____

() Advertência.
ESPECIFICAR: _____

Promoveu a execução de suas decisões mediante:

() Requisição de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
ESPECIFICAR: _____

() Encaminhamento ao Ministério Público do Estado do Paraná notícia de fato que constitui infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
ESPECIFICAR: _____

() Encaminhamento à autoridade judiciária os casos de sua competência.
ESPECIFICAR: _____

() Expedição de notificações.
ESPECIFICAR: _____

() Assessoramento ao Poder Executivo local para a elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
ESPECIFICAR: _____

() Representação, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220º, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.
ESPECIFICAR: _____

Se o(a) estudante retornou à Escola - Devolução do Formulário à Instituição de Ensino.
Data de devolução: ____/____/____
Assinatura do(a) Conselheiro(a) Tutelar de Referência: _____

Se o(a) estudante não retornou à Escola - Encaminhamento ao Ministério Público do Estado do Paraná
Data de encaminhamento: ____/____/____
Assinatura do(a) Conselheiro(a) Tutelar de Referência: _____

FONTE: SEED (2018).

ANEXO 16 – LISTA DE MOTIVOS PARA O ABANDONO ESCOLAR - 2018

Diversos podem ser os motivos que levam um estudante à situação de abandono escolar. As causas podem ser sociais/ econômicas, culturais, familiares, pedagógicas/ escolares, de saúde, legais ou de deslocamento; os motivos listados a seguir foram divididos por estes sete eixos. É importante observar que situações de preconceito, discriminação e violência, por exemplo, acontecem dentro e fora do ambiente escolar, por isso aparecem no eixo social/ econômico e, também, no eixo pedagógico/ escolar. Caberá à escola, por meio da equipe pedagógica, investigar e classificar o motivo que levou o estudante à situação de abandono.

Convém ressaltar que o(s) motivo(s) apontado(s) no registro do campo de faltas do sistema SERP é considerado apenas uma suspeita. Somente por meio da reunião realizada na presença dos pais ou responsáveis, é possível fazer um levantamento da causa que levou o estudante ao abandono escolar. Sendo assim, o(s) motivo(s) indicado(s) no campo faltas não precisa(m) obrigatoriamente coincidir com o(s) motivo(s) indicado(s) na reunião extraordinária ou domiciliar.

SOCIAL / ECONÔMICO

- Bullying (intimidação entre pares).
- Cyberbullying (intimidação entre pares pela internet).
- Estudante com deficiência e sem apoio/ estímulo para permanecer na escola.
- Estudante em situação de rua.
- Falta de uniforme/ calçados/ roupas adequadas.
- Preconceito e discriminação de gênero e identidade de gênero contra o estudante.
- Preconceito e discriminação étnico-racial contra o estudante.
- Preconceito e discriminação religiosa contra o estudante.
- Preconceito e discriminação sexual contra o estudante.
- Preconceito e discriminação social e econômica contra o estudante.
- Preconceito e discriminação territorial contra o estudante³⁶.
- Suspeita de envolvimento do estudante com substâncias psicoativas.
- Suspeita de situação de abuso, exploração sexual e violência sexual.
- Suspeita de violência doméstica (física, psicológica).
- Trabalho (emprego formal, estágio).
- Trabalho informal.
- Trabalho sazonal (agricultura temporária/colheita/coleta de lixo/outros).
- Violência (na comunidade/ no entorno da escola).

CULTURAL

- Ausência às aulas por respeito às questões culturais.
- Ausência às aulas por respeito às questões religiosas.

(continua)

- Estudante em situação de itinerância (ciganos, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros).

FAMILIAR

- Casamento / União estável.
- Conflitos familiares.
- Consumo de álcool ou substâncias psicoativas por familiar.
- Estudante com deficiência e sem apoio/ estímulo dos familiares para permanecer na escola.
- Falta de estímulo e apoio familiar e/ou responsável ao estudante.
- Gravidez de risco/ pós-parto.
- Morte na família (pai, mãe, avós, tios, outros).
- Necessidade de cuidar de familiares.
- Negligência dos pais ou responsáveis (proibição ou resistência contra a frequência do estudante à escola, apresentada pelos pais ou responsáveis).
- Separação dos pais.
- Transferência de moradia, escola e/ou cidade.

PEDAGÓGICO / ESCOLAR

(Situações que acontecem no ambiente escolar e/ou ligadas às questões pedagógicas)

- Alfabetização e letramento não consolidados.
- Ausência de planejamento do professor para as aulas diárias.
- Bullying (intimidação entre pares).
- Conteúdos escolares trabalhados de forma desconexa da realidade e entre as disciplinas do currículo.
- Cyberbullying (intimidação entre pares pela internet).
- Defasagem idade/ano.
- Dificuldade de aprendizagem.
- Dificuldade de relacionamento com equipe pedagógica/ direção/ funcionários da escola.
- Dificuldade de relacionamento com outros estudantes.
- Dificuldade de relacionamento com professores.
- Dificuldades do professor na gestão de sala de aula, ligadas às relações interpessoais e da organização da coletividade.
- Dificuldade na inclusão do estudante com deficiência.
- Falta de acompanhamento pedagógico.
- Fragilidade do professor no domínio do objeto de estudo da disciplina e dos conteúdos.
- Práticas pedagógicas pouco motivadoras.

- Preconceito e discriminação de gênero e identidade de gênero no ambiente escolar contra o estudante.
- Preconceito e discriminação étnico-racial no ambiente escolar contra o estudante.
- Preconceito e discriminação religiosa no ambiente escolar contra o estudante.
- Preconceito e discriminação sexual no ambiente escolar contra o estudante.
- Preconceito e discriminação social e econômica no ambiente escolar contra o estudante.
- Preconceito e discriminação territorial no ambiente escolar contra o estudante.
- Repetência.
- Violência/ agressividade no ambiente escolar.

SAÚDE

(Questões de saúde, sem amparo legal, envolvendo a criança/ adolescente e/ou seus familiares, que interferem na frequência do estudante à escola)

- Conflitos familiares determinados por consumo de álcool ou substâncias psicoativas pelo estudante e/ou família.
- Doença na família (pai, mãe, irmãos, tios / outros).
- Gravidez de risco/ pós-parto.
- Suspeita de envolvimento do estudante com substâncias psicoativas.
- Suspeita de situação de abuso/ exploração sexual e violência sexual.
- Suspeita de violência doméstica (física, psicológica).
- Tratamento de doença do estudante (problemas físicos/ psicológicos/mentais, doenças crônicas).

LEGAL

(Suspeita de ato infracional ou de crime que impede a frequência do estudante à escola)

- Suspeita de ato infracional cometido pelo estudante - furtos, agressões físicas, porte ilegal de armas, ameaças de/a terceiros e venda de drogas.

DESLOCAMENTO

(Fatos que impeçam o deslocamento do estudante à escola)

- Enchente.
- Estradas intransitáveis.
- Falta de acessibilidade do estudante com deficiência ao ambiente escolar.
- Falta de pessoas para levar à escola.
- Falta de transporte.
- Grande distância entre residência, ponto de ônibus e escola.
- Intempéries do mar.
- Percurso em propriedades particulares onde há animais de médio e grande porte.

FONTE: SEED (2018).

ANEXO 17 – A VOZ DO GESTOR: ENTREVISTA COM UM SERVIDOR RESPONSÁVEL PELOS PROGRAMAS

Para a realização da entrevista utilizamos as perguntas sugeridas por Mainardes (2006) no que se refere ao contexto da influência, ao analisar as questões orientadoras, construímos 12 questões a serem feitas para o entrevistado, para o mesmo as perguntas além de lidas, foram projetadas através da plataforma em slides:

1.
 - Quais foram os principais motivos para a criação dos programas?
 - Quando se iniciou a regulamentação do texto de cada um dos programas?
 - Através de quais meios os textos foram escritos? (reuniões, consultas, debates, etc.)
2. No processo de elaboração dos textos, quais pessoas eram pensadas como público alvo?
3.
 - Houveram divergências no processo de elaboração dos programas?
 - Se sim, como eram resolvidos? (consenso, votação, etc.)
4.
 - Você vê influências de outros programas (brasileiros, estrangeiros) na criação dos programas?
 - Se sim, como elas foram utilizadas?
5. Você vislumbra influências de organismos nacionais e internacionais?
6.
 - Você conseguiria retomar as principais fases da criação dos programas, antes da sua constituição?
 - Se sim, poderia nos dizer quantas versões foram escritas?
7.
 - Outros grupos da sociedade civil participam/participaram da elaboração dos programas?
 - Se sim, quais?
 - Existiu algum tipo de consulta aberta? Para quais públicos?
8. Após a implementação dos programas os resultados alcançados variam de região para região? Em sua opinião, quais são os motivos para isso?
9. Considerando a pergunta anterior, vocês definem estratégias para buscar amenizar as diferenças de resultados?
- 10.

- Estes programas/seus resultados são debatidos?
- De acordo com estes debates há perspectiva de alterações? Quais?

11. Perceberam dificuldades de interpretação dos textos pela comunidade escolar?

12. Além dos textos principais, houve a produção de textos secundários (subsídios, orientações, manuais, diretrizes)?

Antes de iniciar a entrevista, a carta de apresentação foi lida ao entrevistado, cujo texto era:

Esta entrevista é parte de uma dissertação de mestrado, da aluna Leticia Menegusso, que é orientada pelo Prof. Dr. Emerson Rolkouski, no curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática.

A dissertação tem como objetivo analisar os programas de combate ao abandono escolar em vigor na rede estadual de educação do Paraná. A pesquisa utiliza-se de uma orientação metodológica que se intitula - Ciclo de Políticas.

O entrevistado terá a garantia de anonimato. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador. Após a realização da entrevista, o entrevistado receberá o Termo de consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética CAAE: 43881421.0.0000.0102, para a autorização do uso da entrevista na dissertação.

Após a leitura desta carta, foi solicitada a permissão para gravar a entrevista, a qual será transcrita a seguir, para que nas análises seja possível citar fragmentos da entrevista, cada parágrafo recebeu um código, neste caso é o número referente ao parágrafo, precedido da letra S (servidor):

S1. Entrevistadora: Quais foram os principais motivos para a criação dos programas? Quando se iniciou a regulamentação dos textos de cada um dos programas? E através de quais meios os textos foram escritos (reuniões, consultas, debates), podendo ser mais de uma.

S2. Entrevistado: A pergunta remete ali a falar um pouco de, de como foram criados os programas, os motivos, as justificativas. Há muitos anos, mais precisamente, em dois mil e sete ou dois mil e oito, a rede estadual passou a discutir um pouco mais sobre o abandono escolar. Já que é um problema que vem aumentando, em toda rede, em todas as redes públicas de ensino. Então foram chamados todos os equipamentos da rede de proteção, via Ministério Público para discutir, suas funções – Quem que faz o quê? A escola tem que ir chegar até qual ponto? Fazer qual ação? O que Conselho Tutelar tem que fazer? Quais ações? Enfim, o Ministério Público vai fazer o quê?

S3. Então nesse sentido, foi discutido e criado o que nós chamamos de PCAE – que é o Programa de Combate ao abandono Escolar. Esse programa, o PCAE, originou uma cartilha, e essa cartilha, explica detalhadamente o fluxo de ações para combater o abandono escolar, mais precisamente relacionado a situação quando o estudante apresenta 5 dias de falta consecutivas ou 7 dias de faltas alternadas, no período de 60 dias. Então a partir desse caderno, que descrevia

o fluxo, ficou subentendido todas as ações, da escola, do Conselho Tutelar, o CRAS, entre outros equipamentos da rede, até chegar no Ministério Público, caso não tenha solução.

- S4. Por algum período, de 5 a 7 anos mais ou menos, todo processo era registrado via fichas, então por exemplo: a escola identificava um caso de abandono, e não conseguia resgatar esse aluno. Mas resgatar a partir do quê? Da ligação, contato telefônico, carta registrada. O programa prevê que o diretor faça visita domiciliar, vá até a casa do estudante, é uma ação bem complexa, porque muitos diretores têm resistência, pois devem usar o próprio automóvel, próprio combustível etc. E nesse sentido se não fosse possível resgatar o aluno, o caso é encaminhado ao Conselho Tutelar. Então, as vezes o processo demorava muito para acontecer, e por vezes, chegava no fim do ano e o estudante acabava reprovando por falta ou já era caracterizado como um estudante que abandonou a escola naquele momento.
- S5. Para facilitar o fluxo esse mesmo caderno, de Combate ao Abandono Escolar, que possibilitou que houvesse a criação de um programa informatizado, interligando todos os equipamentos da rede de proteção, junto a escola, de modo que as ações fossem tomadas com mais rapidez. Então foi criado em 2015, o SERP, que é o sistema que a escola registra os casos de abandono, bem como as ações que ela promoveu para tentar resgatar esse aluno, ao mesmo tempo que a escola registrou, o Conselho Tutelar já recebe, o promotor consegue enxergar os casos.
- S6. Então de 2016 ou 2017 houve a padronização, em que toda rede estadual passou a utilizar esse sistema, esse SERP. No qual os casos de abandono escolar são registrados e as ações também. Então, por exemplo, o aluno João faltou 5 dias, a escola imediatamente inicia a busca ativa, fazendo contato com a família, ação que é registrada no SERP “- O estudante faltou tais dias, é a ação que a escola fez foi essa: busca ativa 1, busca ativa 2”. Até fazer o encaminhamento necessário, as pessoas enxergavam algumas dificuldades, as vezes até o professor comunicar o diretor, o pedagogo que o estudante estava faltando já havia passado 15 dias, 20 dias ou até mais tempo, e isso também fazia com que o processo atrasasse.
- S7. Fazia com que os encaminhamentos ficassem mais demorados e nesse sentido, nessa nova gestão - Que sempre visa diagnósticos mais rápidos, foi criado em 2019 o Programa Presente na Escola, então esse programa tem teor de prevenção. Por que que ele é um programa de prevenção? Porque automaticamente o diretor recebe todos os dias no seu e-mail um relatório com percentual de frequência de todas as turmas e também uma lista com os alunos mais faltosos nos últimos cinco dias. Então nesse relatório, ao olhar, é possível saber sobre qual aluno é necessário iniciar a busca ativa. Isto é, fazer todas as ações previstas no Programa de Combate ao Abandono escolar, então esse programa foi criado em junho de 2019.
- S8. Com o programa foi possível perceber um avanço significativo no percentual de frequência dos estudantes, tanto no Ensino Fundamental, quanto no ensino médio, porque ficou muito fácil para o diretor - todo dia ele chega na escola, abre o e-mail dele, e está lá o relatório. Então ele consegue enxergar qual turma tem menos alunos frequentando, consegue visualizar, que dia da semana os alunos estão faltando mais, e já na lista dos alunos faltosos, aparece o nome do aluno e a quantidade de dias que ele faltou nos últimos 5 dias e quando chega na quantidade 5 já é um aluno que entra na busca ativa, já é um aluno infrequente que tem risco de abandonar a escola.
- S9. Unindo os dois programas, foi criada a Coordenação de Frequência, Aprovação na SEED que é responsável, tanto pelo Programa Presente na Escola, que visa uma tomada de decisão mais rápida, encaminhamentos mais precisos para a rede de proteção, quanto o SERP que é a última instância. Quando a escola esgotou todas as possibilidades e não consegue mais resgatar esse estudante.
- S10. A coordenação foi criada justamente para fazer esse acompanhamento porque não existia antes. O que foi uma surpresa porque esse Programa Presente na Escola foi lançado no dia 29 de maio de 2019, então houve uma cerimônia, com todos os diretores, a promotora que é responsável pela Educação participou. Aconteceu que 7 dias depois aconteceu o convite para assumir a coordenação do programa.
- S11. De lá para cá, a gente conseguiu ajustar algumas coisas e melhorar, aprimorar os relatórios, para que as informações fossem diretas, mais rápidas, no sentido de o diretor ter a possibilidade de fazer os encaminhamentos que são necessários.
- S12. É legal, porque trabalhamos esse relatório em série histórica, então é possível ver, por exemplo, em dez dias como que está a frequência da escola - se aumentou, se diminuiu. O que é interessante, porque por exemplo, sexta-feira à noite, é o dia que os alunos mais faltam, então sempre sexta-feira está “vermelhinho”, através de legendas, de percentuais, tem o verde escuro,

que é quando a frequência está acima de 95% que é o natural, o esperado que aconteça, tem o verde um pouquinho mais clarinho que é quando está de 90 a 95%, e o amarelo que é entre 85 e 90% e por fim, o vermelho que é abaixo de 85% de frequência.

- S13. Então, ao visualizar o relatório, e perceber os sinais “vermelhinhos” identifica-se os pontos de atenção. Então por exemplo, sexta-feira à noite é um dia que sempre está vermelho e os diretores buscam sempre com seus professores no sentido de motivar esses alunos realizar ações. Às vezes eles mudam o horário da escola, ações que ajudam a melhorar a frequência, principalmente nesses dias em que aparece “vermelhinho” no relatório.
- S14. O objetivo do relatório é ser bem visual, ao olhar, perceber onde está o ponto de atenção e também compacto porque as vezes os diretores falam “- ah, mas não tem como trazer mais informações sobre coisas mais minuciosas?”. O objetivo é ser algo fácil de visualizar, então não pode ser um relatório com 10 páginas, deve ser uma coisa que em 2 ou 3 páginas seja possível enxergar a realidade da sua escola.
- S15. Entrevistadora: No processo, de elaboração dos textos, nas regulamentações, quais os sujeitos considerados como público-alvo?
- S16. Foi previsto que a escola fosse a responsável pelas ações da busca ativa, pela maioria das ações. Então, quando se pensou em criar as ações do Programa Presente na Escola, o foco foi o estudante, no sentido de que ele tenha assistência rápida e possa receber juntamente com a escola ou equipamento da rede a orientação e a assistência para que ele entenda a importância de permanecer participando das atividades escolares. Então, o público-alvo seria dar subsídios aos gestores para que eles consigam promover as ações previstas no caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar, com foco em trazer os estudantes para a escola.
- S17. A secretaria, nessa gestão, trabalha com três pilares: um dos itens é melhorar a frequência dos estudantes, o segundo melhorar a aprendizagem e o terceiro reduzir a reprovação. Mas o principal é melhorar a frequência, porque o aluno frequentando a chance de ele ter um rendimento maior, de ter um aprendizado maior existe. É uma consequência da participação desse estudante.
- S18. Entrevistadora: Houveram divergências no processo de elaboração dos programas?
- S19. Entrevistado: Elas são focadas nas regras de cálculo do relatório. Porque, por exemplo – o quê que significa aluno estar presente na escola? Significa ele estar presente em todas as aulas? Ou se ele estiver em duas aulas eu já posso caracterizar? Então sempre houve esse debate, essa discussão.
- S20. Qual que é a regra de cálculo, a gente considerar presente aquele que tem pelo menos duas presenças nas 5? Ou aquele que teve pelo menos 5 presenças? O que pode acontecer? O aluno vai à escola, mas ele precisa ir ao médico, ficou 4 aulas e na última aula saiu. Então não vou caracterizar esse aluno presente?
- S21. Em relação a isso sempre houve momentos de discussão, de debate, a fim de aprimorar os resultados do relatório, para que no relatório as informações sejam coerentes, que não seja um dado que venha de repente, que possa manipular as informações, no sentido de fantasiar uma coisa que não é fidedigna da realidade das nossas escolas. Então assim, já discutimos e mudamos a regra de cálculo algumas vezes, enfim, houve uma série de mudanças justamente pensando em que os dados sejam apresentados da forma mais fidedigna possível.
- S22. Atualmente, considera-se que o aluno está presente na escola, se, pelo menos, na chamada que o professor registou na primeira ou segunda aula ele teve presença registrada em pelo menos uma aula. Sempre pensamos dessa forma, pois, se ele respondeu em uma aula, teve uma participação na escola naquele momento e a nossa referência é sempre a primeira e segunda aula. Por que a primeira e a segunda? Na primeira pode acontecer de o aluno chegar atrasado, então talvez não seja a melhor referência, mas a segunda se o aluno chegou atrasado, se ele foi embora mais cedo, na segunda aula ele estará, então colocamos como referência a segunda aula, justamente para ter uma aula com mais alunos presentes, é a nossa referência, então para que o relatório apresente os dados completos, lá na escola, em todas as turmas precisa ter o registro de chamada, pelo menos na primeira ou na segunda aula. Às vezes acontece de o professor não conseguir fazer o registro, acontecendo isso, aparece no relatório o percentual de lançamento, de registro, dependendo desse percentual a frequência não é fidedigna também. De qualquer forma, nas formações sempre é explicado isso para os gestores, de modo que eles compreendam a importância e as regras que obtiveram como resultado aqueles percentuais.
- S23. Entrevistadora: Você vislumbra influências de organismos nacionais e internacionais

- S24. Entrevistado: Sobre as influências de outros programas nacionais ou internacionais, o Presente na Escola é algo novo, não tem nenhum modelo parecido. O que fizemos foi aproveitar, uma vez que no estado hoje não se utilizam os livros de chamadas antigos. Agora tem um sistema online, que é o RCO – Registro de classe online. Então o que que foi pensado?
- S25. Se tem um programa que registra a frequência online, é muito fácil a partir da programação de computadores gerar dados de acordo com a base de dados desse programa, digamos assim que fomos muito oportunistas em utilizar uma base de dados que estava ali escondida, e pensarmos em qual a melhor forma de utilizar essa base dados. Mas de fato não existe nenhum precedente, pelo menos aqui no Brasil em relação a um programa que coloque de maneira tão rápida dados referentes a frequência dos estudantes.
- S26. Sobre o PCAE – Programa de Combate ao abandono Escolar, é um programa muito parecido na maioria das realidades brasileiras, acaba envolvendo ações da Rede de proteção que formada além da escola, o Conselho Tutelar, o CRAS, o CREAS, os agentes de saúde compõem uma parte da rede de proteção. Esse modelo, esses fluxos são muito parecidos, em outros locais, em outros estados também. A diferença é que os outros locais não têm um programa online.
- S27. Um sistema próprio que faz os registros chegarem mais rápido nos equipamentos. Em outros lugares continua funcionando da forma tradicional, por exemplo: a escola faz um ofício, envia para o Conselho Tutelar, e acaba sendo um pouco mais demorado. Então o Paraná, conseguiu correr bem a frente, evoluímos muito rápido na questão desses sistemas online. E agora, como curiosidade, vai ser implantado em alguns municípios o programa piloto, na implantação do SERP, para que fique tudo unificado.
- S28. Por exemplo, Conselho Tutelar, hoje do estado ele recebe os casos via sistema online, e das escolas municipais recebe pela via escrita ainda, então o estado ofereceu aos municípios que utilizem, sem custo nenhum o nosso sistema. Vai unificar e padronizar os encaminhamentos. Isso é muito importante, faz com que o fluxo funcione de maneira efetiva.
- S29. Sobre a influência de organismos internacionais, na verdade essa gestão da secretaria tem uma identidade muito própria. Acabamos sendo pioneiros, e acabamos não se envolvendo com outras realidades até porque cada local, cada estado tem sua realidade própria, então isso, acontece. Desde os programas, como outras ações, por exemplo, com a pandemia o nosso estado foi o primeiro que pensou em uma forma de oferecer as aulas pela tv, enfim, de uma forma que os alunos, uma maioria pelo menos, noventa e oito por cento tem possibilidade de acompanhar as aulas de alguma forma. Então não, se eu fosse responder de uma forma mais objetiva, não vislumbro essa influência.
- S30. Com relação as fases de criação dos programas, até mesmo antes de suas constituições, as discussões e suas versões, cheguei na secretaria, e assumi a coordenação quando o programa já estava pronto. Procurei me contextualizar, conversar com algumas pessoas, enfim, tenho algumas informações, mas elas são superficiais.
- S31. A gestão, o nosso secretário assumiu em janeiro e logo que assumiu já chamou algumas equipes para uma conversa no sentido de pensar nesse programa. Na ocasião foram chamadas pessoas envolvidas com o departamento que faz todo o estudo dos dados escolares, matrículas, e foi chamada as pessoas relacionadas ao departamento de tecnologia. Por meio das conversas e de algumas ideias, que o próprio secretário trouxe, foi definido esse programa, mas o que aconteceu no primeiro momento? Ele ficou muito técnico, ele não tinha um olhar pedagógico.
- S32. E aí que ficou muito claro para a secretaria que as ações para manter o estudante participando das atividades escolares depende muito dos encaminhamentos pedagógicos, e por isso que nós do Departamento de Acompanhamento Pedagógico viemos a estar à frente da condução justamente pelo teor pedagógico que ele tem.
- S33. Entrevistadora: Você conseguiria retomar as principais fases da criação dos programas, antes da sua constituição?
- S34. Entrevistado: Sobre a informação sobre as versões que ele teve, é parecido com o que tem hoje, o formato do relatório, a versão do programa não muda muito, mudava algumas regras, mas não perdeu aí essência, os objetivos, a intencionalidade a qual do período que foi criado.
- S35. Com relação aos documentos que normalizam o Programa Presente na Escola, existe uma resolução que foi assinada pelo secretário no sentido de oficializar esse programa como algo que toda a rede deve utilizar, não é uma opção, é uma obrigatoriedade - a análise dos relatórios diariamente. E no site do programa, ele tem um site específico, com informações, boas

práticas e também tem um FAC com as principais dúvidas que as pessoas trazem, a respeito dele. É o que se tem em modo público.

- S36. Entrevistadora: Outros grupos da sociedade civil participaram/participam da elaboração dos programas? Se sim, quais? E se existiu algum tipo de consulta aberta? Para quais públicos? Para a elaboração.
- S37. Entrevistado: Sobre as discussões com outros grupos da sociedade civil, não ocorreram, na verdade não, foi né uma ação que foi discutida internamente. Na secretaria nesse caso não houve consulta. A secretaria já fez consultas, para outros programas, para tomar outras decisões, mas não, em relação ao programa não, foi bem interno mesmo.
- S38. Principalmente o Presente na Escola a criação foi rápida. Cinco meses de discussão, o programa foi lançado. Na verdade, até o governador estava presente no lançamento, então é uma política pública mesmo. Todo mundo que faz parte da rede, que tem algum envolvimento conhece o programa, já utilizou em algum momento. A gente trabalha em paralelo a este programa, temos um programa chamando – Tutoria Pedagógica. Hoje todas as escolas da rede recebem semanalmente a visita de um tutor, o objetivo desse programa é a formação em serviço, então esse tutor vai para a escola, se colocando de maneira propositiva com o diretor, fazendo com que os diretores desenvolvam sua gestão de maneira mais efetiva, não vai para fiscalizar, para ensinar.
- S39. Para pensar na evolução, no desenvolvimento da gestão, e uma das primeiras ações que acontecem, todas as visitas, fazer um balanço do relatório de frequência. Então, é uma ação diária assim, não tem como em algum momento o diretor esquecer do programa Presente na Escola. Temos certeza que é algo que chegou para ficar mesmo, não vai ser extinto em nenhum momento.
- S40. A tutoria acontece uma vez na semana, todos os núcleos regionais de educação têm uma quantidade de tutores suficiente para que cada tutor seja responsável por 7 escolas, então cada tutor é responsável em fazer essa visita em 7 escolas, indo semanalmente na escola. Para conversar com diretor é usado um roteiro de trabalho feito semanalmente, o roteiro é elaborado pelo Departamento de Acompanhamento Pedagógico e toda sexta-feira às 9h da manhã, sempre acontece, como regra uma reunião de orientação do roteiro que será desenvolvido na próxima semana.
- S41. O trabalho é bastante interligado, os tutores da SEED, temos 8 tutores gerais da SEED que fazem a formação com os chefes de núcleo que vai repassando, um fluxo que vai passando, que vai chegar lá na ponta que é a escola. É um programa que no começo houve resistência. Todo mundo achava que o tutor na escola iria fiscalizar o que o diretor estava fazendo, mas agora essa visão mudou, porque o tutor auxilia e fortalece a gestão na escola. Atualmente todo mundo gosta, não tem um diretor que se incomode com a visita do tutor, ele se sente seguro, sempre que possui uma dúvida, ele pergunta para o tutor “- como que eu faço? Você tem alguma sugestão?”. Então é um trabalho que foi criado nessa gestão e tem feito a diferença na condução das escolas.
- S42. É um canal direto e que nunca existiu - um programa de acompanhamento tão efetivo que envolvesse todas as escolas. E assim, toda escola tem um tutor, mesmo aquela escola distante, no sítio, na zona rural. O tutor vai lá uma vez por semana. Fizemos alguns encaminhamentos para que os núcleos providenciassem automóveis à disposição dos tutores, então é um trabalho que veio para fortalecer mesmo.
- S43. Entrevistadora: Após a implementação dos programas os resultados alcançados variam de região para região? Em sua opinião, quais são os motivos para isso?
- S44. Entrevistado: Os motivos para isso, tem relação que o Paraná é um estado que tem muitas diferenças regionais. Então, por exemplo, algumas cidades de interior, de comunidades indígenas, o que acontece? Em alguns períodos do ano, eles saem para fazer vendas de artesanatos que produzem, então é um período que diminui muito a frequência dos estudantes nessas regiões. Temos outras regiões que predomina a atividade de agricultura e acontece a mesma coisa, principalmente no Ensino Médio, tem um período que eles trabalham na colheita de alguma coisa que plantaram.
- S45. E legalmente isso não poderia acontecer, é como se a criança ou o adolescente estivesse sendo privado do direito à educação que ele tem, mas é uma escolha das famílias. O que a escola faz? - O encaminhamento de busca ativa para que esse estudante não falte, então por conta disso a gente vê muita diferença. Se eu pegar o núcleo regional de Paranaguá que também é um dos núcleos que tem muito ponto de atenção para nós, porque tem muitos adolescentes que vão trabalhar no porto. Existem comunidades que por exemplo, que as escolas

ficam na ilha, então quando chove muito, não dá para ir de barco. Então é por conta das características regionais mesmo, se considerarmos a região de Curitiba, a região metropolitana, nas regiões mais periféricas existe um problema muito grave de violência, e muitos estudantes acabam se afastando da escola por isso. É por conta da característica do estado.

S46. Entrevistadora: Considerando a pergunta anterior, vocês definem estratégias para buscar amenizar as diferenças de resultados?

S47. Para amenizar essas diferenças, sempre que fazemos uma análise e identificamos um ponto de atenção, procuramos alguma realidade parecida, que tenha alguma boa prática para poder trazer e disseminar essa boa prática. Então, um exemplo que deu certo, uma vez percebemos que uma escola de Almirante Tamandaré, bem de periferia, a frequência começou a subir, olhamos, e “nossa tem alguma coisa boa aí”, fomos até a escola, conversamos com a diretora que falou - “a pedagoga criou um mecanismo e está trazendo os alunos de volta para a escola, então foi uma ideia que disseminamos no estado todo. Ela criou um bilhete e sempre que o aluno faltava um dia, a família recebia esse bilhete, a pedagoga levava na casa de alguns estudantes. Quando não conseguia pedia para algum colega levar. Sempre dava certo nesse sentido, a família tinha que justificar o porquê o estudante faltou aquele dia, e assinar ainda. E o que aconteceu? Eles estavam de “saco cheio” de estar justificando o porquê eles faltavam e para não justificar mais, eles passavam ir para a escola - veja que situação.

S48. Mas assim, foi positivo, por que ela descobriu os motivos assim. Por exemplo, as vezes aparecia “- ah, não fui para a escola porque fui no salão com a minha mãe” - olha que absurdo, ou então “- ah, não fui porque não estava afim” - é a frase que muitas vezes eles falam. Então, ela conseguiu além de trazer os alunos novamente, conseguiu entender um pouco a característica daquela realidade, o porquê eles não estavam indo mais para a escola.

S49. Nós até convidamos para vir aqui na SEED, fizemos uma web, ela mostrou o bilhete, enfim e é uma prática que pode ser adotada em qualquer lugar, em qualquer local. Verificamos outras realidades que quando tem muitos alunos faltando os próprios colegas, tem um programa “- adote um colega” e um colega tenta convencer o que está faltando a retornar.

S50. São ações simples que não dependem de recursos e que funciona. Então, o que que a gente faz? A gente busca as boas práticas e leva como ideia, o nosso objetivo é sempre ser propositivo, e levar possibilidades, e normalmente funciona.

S51. Na SEED, a nossa visão sempre é do todo, então, é fácil quando verificamos no relatório só “verdinho”, vai subindo os dados “- Opa, vamos conversar que ali tem alguma coisa boa! ”. Nós viajamos, fazemos visitas nos núcleos regionais, vamos nas escolas. Então o trabalho dessa gestão veio com a ideia de que “- Ninguém fica aqui na SEED, tem que sair, tem que trabalhar externamente”, justamente para buscar coisas boas e levar possibilidades.

S52. Entrevistadora: Estes programas/seus resultados são debatidos? De acordo com estes debates há perspectiva de alterações? Quais?

S53. Entrevistado: Sobre a discussão dos resultados, a pandemia trouxe necessidade de discussão de tudo, então, por exemplo, agora que os estudantes não vão para escola, questão central “- Como que eu vou olhar para o relatório?”, sendo que o professor não consegue nem fazer a chamada diariamente, não tem algo tão certo, tão fidedigno ao que está acontecendo. Então assim, como parte dos estudantes participam das aulas online, das reuniões do *Google meet*. Então, foi criado um outro programa à parte, usamos a plataforma, e ali aparece automaticamente os estudantes que participaram das reuniões no *Google meet*.

S54. Sai um relatório e com base nesses dados, o professor pega o relatório e faz o registro no livro de chamada online, para alimentar o relatório do Presente na Escola. Então dessa forma, verificamos a necessidade de ter algo a mais. E aí já partindo dos estudantes que participam das aulas de material impresso, eles pegam o material impresso, entregam na escola e com base na entrega os professores atribuem a presença e registram no sistema também.

S55. Na pandemia o programa Presente na Escola teve um momento digamos que não podíamos ter um olhar somente para ele, precisamos de um algo a mais, então, foi criado esses outros programas temporariamente para trazer essas informações e complementar para que tivéssemos ainda a possibilidade de usá-lo como instrumento de gestão, e deu certo. Hoje conseguimos ter uma visão de inclusive saber quais alunos estão nas reuniões do *Google meet*, quais alunos estão no impresso, e quais alunos não estão participando de nenhuma forma.

S56. Para os alunos que não frequentam, é feita a busca ativa. Elaboramos um diagnóstico do SERP, nesse diagnóstico conseguimos ter uma visão muito boa de se a escola está registrando os casos. Por exemplo, se ao olhar e verificar que 10 alunos não estão frequentando

na escola, e olho no SERP e tem 5 casos registrados “- Epa a escola não está fazendo adequadamente”, fazemos esse cruzamento de informações. Para não perder a agilidade.

S57. Entrevistadora: Perceberam dificuldades de interpretação dos textos pela comunidade escolar?

S58. Entrevistado: Sobre a interpretação dos textos, no começo, caracterizou muito a ideia de fiscalização “- Ah, a SEED quer ver qual professor está fazendo a chamada, qual que não está”. A comunidade interpretou dessa forma, mas ao passar do tempo, sempre que trabalhamos nas formações com gestores, com os tutores, as pessoas compreenderam a proposta, a intencionalidade pedagógica de cada programa. De não fiscalizar, e sim que é para levar possibilidades de ferramentas de gestão para que o gestor consiga promover decisões mais assertivas. Então, no começo mesmo que houve essa má interpretação, depois as coisas foram se adequando.

S59. Lógico que é uma coisa que acontece muito e estamos tentando amenizar isso, as informações chegam ao núcleo e antes de repassar para os professores, eles sempre pedem para a SEED por escrito, então as vezes os núcleos têm medo de passar orientações para a escola, principalmente quando são informações informais, sem ser uma instrução, uma resolução. Estamos trabalhando no sentido de amenizar isso, porque tem coisas que são atribuições óbvias, não tem necessidade de escrever um documento e o núcleo tem que assumir o seu papel, o núcleo é o que gere a escola, então o núcleo tem autoridade sobre a escola, então a gente trabalha nesse sentido, as vezes tem um pouco de insegurança, mas também já algo que estamos evoluindo, conseguindo desenvolver mais.

S60. Alguns tem dificuldade no sentido de fazer o registro mesmo, por exemplo a escola registra o caso no SERP, aí tem lá: busca ativa 1 – o que que é a busca ativa 1? É o contato telefônico, as vezes eles registram “- liguei para família, não atendeu ponto”. Mas, falta mais qualidade nos registros, mais detalhe, então, temos cobrado muito a qualidade do registro, então deveria escrever: “- liguei para a família, no primeiro contato foi tal dia, tal horário, não deu certo e depois coloca outras tentativas também”, para ficar mais detalhado. Para que quando chegar no Conselho, eles saberem o que a escola fez. Então acho que hoje é a maior dificuldade. Então precisamos sempre fazer orientações bem objetivas para que eles consigam se desenvolver no núcleo e escola também.

S61. A quantidade necessária que escola tem que fazer é primeiramente o contato telefônico, se não conseguiu resgatar o estudante, vai para a próxima que é a carta registrada, a carta registrada é aquela carta que quando entrega no endereço vem um comprovante para a escola que o carteiro entregou, assinado por alguém que recebeu, só que ela tem um custo, e é um custo meio alto, então as escolas têm um pouco de dificuldade em fazer isso, porque não há recursos disponibilizados para isso. Depois da carta registrada tem a convocação para reunião, então tem que ter prova, comprovação que a família foi convocada para uma reunião e a reunião aconteceu, tem que ter registro em ata, enfim, tem que estar tudo registrado.

S62. E aí, se ainda assim, não deu certo, o diretor vai até a casa do estudante, que chamamos de “visita domiciliar” - que também acontece muito no estado, mas ainda com dificuldades. E a dificuldade é natural, porque o diretor pode não ter carro, não ter condição de ir até o endereço desse estudante. Então, a gente vem debatendo isso com o Ministério Público porque realmente a escola tem um pouco de dificuldade de fazer algumas ações, e quando eu participo de reunião com conselheiro tutelar, por exemplo, eles reclamam um monte: “- Ah, porque a escola não está fazendo o seu papel, a escola está deixando de fazer o que deveria fazer”. Então temos um pouco de dificuldade nesse sentido, tanto é que a gente está retomando essa discussão, esse debate, principalmente nesse item da visita domiciliar.

S63. Uma promotora deu uma sugestão de que houvesse uma lei, alguma coisa em que recursos fossem disponibilizados para arcar com essa visita, um Uber, por exemplo, uma outra forma. E eu vivenciei como diretor, por várias vezes tive que levar aluno no médico, as vezes o aluno passava mal, ligava para a família e não conseguia contato. Ia ao médico com aluno, ficava lá como se fosse pai dele. Isso é muito difícil porque você não vai abandonar o aluno, mas enquanto você está dando atenção para aquele e deixou a escola com outros mil e quatrocentos, sem atendimento. Então é um desafio mesmo.

S64. Fazemos reuniões mensais com o ministério público, justamente para que compreendam isso também. Porque tem promotor que é muito ríspido, teve um promotor uma vez que, que falou assim: “- São 10 etapas de busca ativa, 9 é da escola, só uma é nossa”, e eu comentei “- Nossa, e se o diretor não tem carro?”, aí ele falou “- Vai de ônibus, vai de bicicleta”, então veja como eles jogam a responsabilidade para a escola.

S65. Além dos textos principais, houve a produção de textos secundários (subsídios, orientações, manuais, diretrizes)?

S66. Sobre textos secundários das políticas, é como te falei, trabalhamos sempre com roteiros. Cada roteiro tem uma ação específica, por exemplo, nos 32 núcleos regionais de educação tem um técnico que é dessa demanda, então faço reuniões semanais com eles também e passo as orientações das ações que vão desenvolver na próxima semana. É muito parecido com a tutoria, segue esse mesmo fluxo. Eles identificam as escolas que são pontos de atenção, entram em contato com o diretor, conversam, tentam colocar possibilidades, assim são as nossas orientações para que elas cheguem de forma mais rápida.

ANEXO 18 – ORIENTAÇÃO SEMANAL – PROGRAMA PRESENTE NA ESCOLA

SECRETARIA DE
ESPORTE DO PARANÁ



ESTADO DA EDUCAÇÃO E

DIRETORIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO – DAP

**ORIENTAÇÕES PARA TÉCNICOS DO
PROGRAMA PRESENTE NA ESCOLA E SERP**

08 a 26/03/2021

Iniciamos 2021 com o desafio de localizar estudantes que ainda não estão presentes nas aulas!

É, certamente, um desafio que se torna uma missão de todos que integram a rede que temos construída, onde você, Técnico do Presente na Escola e SERP, tem papel fundamental.

Nossa ação deve ser planejada e desenvolvida junto às Equipes Gestoras para que, com brevidade, tenhamos o estudante nas aulas, sejam elas remotas ou presenciais. Temos dois grupos em nosso olhar nessa ação, os estudantes matriculados para 2021 e ainda não presentes nas aulas e aqueles que abandonaram a escola em 2020 e até o momento não registraram matrícula.

Nesse panorama, temos estudantes que reprovaram em 2020 por frequência, reprovaram por rendimento em 2020, estavam no material impresso e muitos que foram aprovados por Conselho de Classe e, quanto mais tempo permanecerem fora das aulas em 2021, maior a defasagem na aprendizagem.

OBJETIVOS:

- Mobilizar as Equipes Gestoras na identificação dos estudantes;
- Buscar e reintegrar os estudantes às aulas;
- Planejar acompanhamento pontual aos estudantes reprovados em 2020.

Técnicos!!

Antes de contatar as escolas é bem importante:

- Esclarecer todas as dúvidas que tenham ficado pendentes a partir da reunião realizada com a Coordenação de Acompanhamento da Frequência e Aprovação para apresentação do presente roteiro;
- Conhecer todos os instrumentos que estão à disposição das Equipes Gestoras

para diagnosticar os estudantes que precisam de maior atenção;

- Alinhar com a Coordenação de Tutoria do NRE o planejamento de ações e, podendo, ou não, ser realizada junto a Tutoria Pedagógica, a depender da organização e orientação das respectivas Coordenações.

Primeiro contato com as escolas em 2021

Iniciar o contato apresentando-se às escolas, utilizando as ferramentas on-line disponíveis, é primordial, sendo você Técnico novo na demanda ou não. Nesse primeiro contato é de fundamental importância ressaltar a intencionalidade da parceria de vocês com as escolas, que é dar suporte aos no acompanhamento da frequência e da aprovação, orientando para a utilização das ferramentas de acompanhamento disponíveis, bem como nas ações necessárias para combater o abandono escolar e a reprovação, sempre alinhados com a tutoria pedagógica.

Sugestão: reunir grupos de diretores que tenham escolas com perfis similares, pois isso favorece e facilita as trocas de experiências.

Pensando em identificar pontos positivos e também os pontos de atenção de nossas escolas, sugerimos alguns questionamentos propositivos que podem nortear sua reunião junto às Equipes Gestoras:

- Como está a matrícula da escola no ano letivo de 2021 em cada etapa ofertada? (Quais etapas, quantas turmas, quantos turnos, quantos estudantes em cada turma)
- A matrícula aumentou ou diminuiu em relação a 2020?
- Quantos estudantes não renovaram matrícula, mesmo não tendo concluído a etapa?
- Quantos estudantes que concluíram o Ensino Fundamental não fizeram matrícula no Ensino Médio? (Pergunta para os casos em que a escola oferte as duas etapas).
- Caso a escola ofertar apenas o Ensino Fundamental, perguntar se os estudantes concluintes se matricularam em escolas que ofertam Ensino Médio e se ofertar apenas Ensino Médio perguntar de qual escola de Ensino Fundamental são egressos os estudantes da primeira série.
- Quantos estudantes reprovaram por frequência em 2020? Como foi feita a busca ativa desses estudantes no decorrer de 2020? O registro das buscas foi inserido no Serp desde a primeira tentativa?
- Quantos estudantes reprovaram por rendimento em 2020? Como foi feito o encaminhamento desses estudantes para o “Se Liga”?
- Os estudantes que optaram pelo material impresso em 2021 são os mesmos que optaram por isso em 2020? Como a escola estimulou a migração desses estudantes para as aulas on-line em 2020? Como estimulou para a adoção do modelo híbrido para 2021?

- Quais os encaminhamentos previstas para 2021 no atendimento aos estudantes aprovados por Conselho de Classe em 2020? (Caso a escola tenha turma do Mais Aprendizagem, perguntar se foram encaminhados para atendimento nessas turmas).

- Como a escola está identificando os estudantes matriculados que ainda não estão frequentando as aulas nesse início de ano letivo?

- Quais ações foram realizadas junto aos familiares dos estudantes infrequentes, reprovados ou que não renovaram matrícula?

Bem importante....

- Através dos questionamentos, levar as Equipes Gestoras à reflexão sobre a necessidade do diagnóstico e, identificados os estudantes que são pontos de atenção, adotar uma postura acolhedora para eles.

- Lembrar os gestores que muitos estudantes não encontrarão apoio na família e só contam com a escola para promover o estímulo aos estudos e, isso, não pode ser álibi para negligenciar os estudantes.

- Quando percebermos que a Equipe Gestora não tem os diagnósticos necessários, sugerir que façam o mapeamento desses estudantes, utilizando para isso os instrumentos disponíveis, que são:

- BI Escola Total.

- SERE.

- Ata do Conselho de Classe Final.

- Boletins do Serp.

- Termo de compromisso, assinado pelos pais, optando pelo modelo híbrido ou pelo modelo remoto.

- Relatório do Programa Presente na Escola (aqui lembrar dos limites desse relatório em períodos de aulas remotas).

Notem....

Cruzando informações desses instrumentos é possível identificar os estudantes que não renovaram matrícula para o ano letivo de 2021, mesmo não tendo concluído a etapa que estavam matriculados em 2020; estudantes que reprovaram por frequência em 2020; os que reprovaram por rendimento em 2020; os que foram aprovados por Conselho de Classe em 2020 e aqueles que optaram pelo material impresso.

Nessa abordagem é preciso ter cuidado para não rotular os estudantes, no entanto, enxergá-los como estudantes que precisam muito da atenção da escola, no sentido de serem estimulados a comprometerem-se com os estudos!

Considerações importantes durante a reunião:

- Início das aulas, escola e os professores estão se organizando. Entretanto, **é preciso dar atenção à frequência escolar desde já, como prioridade;**
- Lembrar que **é suficiente para acompanhamento da frequência**, por meio do relatório do Programa Presente na Escola, **que os professores das aulas do 1º e 2º horários do dia de cada turno registrem a frequência** (considerando que a utilização dessa informação depende das possibilidades dos professores identificarem os estudantes presentes nas aulas on-line.);
- **Considerar que o RCO que dá origem ao relatório do Programa Presente na Escola, é o registro a partir do qual é possível identificar informações de frequência de todos os estudantes matriculados na escola, desde que o professor tenha condições de identificar os estudantes presentes.**

Ao final das reuniões, importante que tenhamos atingindo alguns pontos:

- *Mobilizar a equipe gestora para a compreensão da importância de realizar o diagnóstico da sua escola;*
- *Instigar a equipe gestora para promover ações de engajamento para que toda a comunidade escolar auxilie na identificação dos estudantes infrequentes;*
- *Instigar a equipe gestora para promover ações de engajamento para que toda a comunidade escolar esteja atenta aos estudantes reprovados por frequência ou rendimento, aprovados por conselho de classe e que optaram pelo material impresso, buscando promover ações que lhes garantam a aprendizagem.*

Vamos lá...

Além de reuniões de organização e planejamento junto às Equipes Gestoras, temos constantemente situações apresentadas pelas escolas que, muitas vezes, as equipes necessitam de um olhar nosso, bem como, na expectativa e necessidade de sugestões para transpor desafios. Seguem alguns exemplos:

- 1) Sou diretor novo, ainda não conheço os estudantes e a comunidade:
 - Conte com o auxílio da equipe pedagógica para realizar esse diagnóstico e vá se familiarizando com os instrumentos. Conte com a equipe do NRE para auxiliá-lo.
- 2) Os professores se recusam a auxiliar na tarefa de identificar estudantes faltosos.
 - Essa tarefa é inerente à função do professor e está prevista em lei (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Estatuto da Criança e do Adolescente, para citar as principais). Recomendamos fortemente que leiam o artigo bastante esclarecedor disponível no site do Ministério Público. <http://crianca.mppr.mp.br/pagina->

[825.html](#). Observem que o MP entende que a função da escola, e da sociedade em geral, vai muito além da simples obrigação de comunicar o MP sobre os estudantes faltosos. É preciso mobilização real na busca ativa desses estudantes.

Auxiliá-los nas situações adversas apresentadas como desafios, levando-os a refletir, analisar e perceber o que é possível para as situações postas, integra também nossa função de desenvolver as Equipes Gestoras!

Agora, pensando nos estudantes que estudarão somente através dos materiais impressos: Como podemos auxiliar a Equipe Gestora numa organização eficaz com estes alunos e seus familiares?

Rotina de Estudos!!

- **Concentrar-se:** cada estudante tem uma maneira de se organizar e aprender quando estuda sozinho. Através de orientações, instigar a família a observar e compreender de que maneira há maior concentração e aprendizagem;
- **Organizar um espaço:** explicar para a família sobre a importância do estudante ter um “cantinho” que possa estudar e que esse momento seja respeitado pela família. Isso vai depender das condições de cada família, no entanto, levá-los a entender a importância! É preciso que exista esse espaço, ainda que seja bem simples.
- **Definição de horário:** sugerir que a família, junto ao estudante, organize um horário de “ir para a escola”, ou seja, horário de estudos;
- **Desligar tudo:** no horário destinado aos estudos, aparelhos de rádio e televisão ao alcance do estudante devem ser desligados, respeitando o momento de estudo do estudante. Toda família deve engajar-se nisso;
- **Orientar e incluir os irmãos:** se houver irmãos menores que ainda não estudam, esses podem estar por perto com algo impresso para olhar ou algum papel para desenhar. Isso pode também gerar estimulação precoce aos irmãos para a importância da rotina de estudos. No caso de mais irmãos que estudam, pode ser organizado um espaço para que estudem juntos, podendo auxiliarem uns aos outros;
- **Anotar dúvidas:** oriente os estudantes para que anotem/registrem as dúvidas para enviá-las aos professores, para que esses possam responder pelo meio disponível de comunicação, ainda que seja por escrito;
- **Determinar um Cronograma de estudos:** Instigar a família que auxilie o estudante a estabelecer um dia da semana para uma ou mais disciplinas, por exemplo;

- **Estabelecer metas:** para dar conta de todas as tarefas e entregar nos prazos estabelecidos pela escola, o estudante pode estabelecer uma meta diária, de maneira que ao final do período estipulado para entregar as tarefas ele consiga realizar todas elas com qualidade;
- **Cuidar da postura:** sugerir aos familiares que estejam atentos à maneira como os estudantes estão sentados, para que cuidem da saúde do corpo enquanto estudam. Os professores de Educação Física podem ajudar nessa orientação;
- **Pensar no futuro:** quando possível, conversar com os estudantes e familiares sobre a importância de seguir estudando, mesmo que remotamente, para poder concretizar seu projeto de vida;
- **Priorizar as condições de estudo:** considerar possibilidades de acesso ao ensino on-line como, por exemplo: conversar com um vizinho (podendo ser uma família ou um ponto comercial) para ceder o acesso à internet, caso essa condição exista e caso a família possua um aparelho de celular, buscar doação ou aquisição de um celular usado de baixo custo para os filhos estudarem, priorizar as condições de estudos dos filhos em detrimento de outros gastos que podem ser supérfluos.

FONTE: SEED (2021).

ANEXO 19 – ENTREVISTA COM A DIREÇÃO DO COLÉGIO

Para a realização da entrevista utilizamos as perguntas sugeridas por Mainardes (2006) no que se refere ao contexto da prática, ao analisar as questões orientadoras, construímos questões a serem feitas para o entrevistado. Além de lidas, as seguintes perguntas foram projetadas através da plataforma em slides:

1.
 - Qual a sua formação?
 - Há quanto tempo é diretora desse Colégio?
 - Você passou recentemente por um pleito eleitoral, pode falar brevemente como foi?
2.
 - Você se recorda de como foi a chegada do Programa de Combate ao Abandono Escolar no colégio?
 - E o Presente na Escola?
3.
 - Foram feitas alterações nos programas para que suas implementações fossem possíveis?
 - Existiu algum tipo de resistência dos professores ou da equipe pedagógica?
4.
 - Houve dificuldades para fazer funcionar os programas no colégio?
 - Se sim, vocês tiveram algum tipo de espaço (junto à SEED) para esclarecê-las? Como isso funcionou?
5. Quais foram as maiores dificuldades na implementação dos programas?
6. Para você, quais os principais pontos positivos dos programas? E negativos?
7. Existem ações da SEED, no sentido de apoiar a implementação dos programas?
8. Quais foram as mudanças causadas no cotidiano escolar provocadas pela implementação dos programas?
9. É possível afirmar que com os programas os índices de abandono escolar do colégio reduziram?
10. No que se refere ao contexto social, no dia a dia familiar dos alunos, é possível apontar mudanças trazidas pelos programas?

Lida a carta de apresentação, que está disposta a seguir:

Esta entrevista é parte de uma dissertação de mestrado, da aluna Leticia Menegusso, que é orientada pelo Prof. Dr. Emerson Rolkouski, no curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática.

A dissertação tem como objetivo analisar os programas de combate ao abandono escolar em vigor na rede estadual de educação do Paraná. A pesquisa utiliza-se de uma orientação metodológica que se intitula - Ciclo de Políticas.

O entrevistado terá a garantia de anonimato. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador. Após a realização da entrevista, o entrevistado receberá o Termo de consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética CAAE: 43881421.0.0000.0102, para a autorização do uso da entrevista na dissertação.

Após a leitura desta carta, foi solicitada a permissão para gravar a entrevista, a qual será transcrita a seguir, para que nas análises seja possível citar fragmentos da entrevista, cada parágrafo recebeu um código, neste caso é o número referente ao parágrafo, precedido da letra D (direção):

D1. Entrevistadora: Qual a sua formação?

D2. Entrevistada: Sou formada em História pela Universidade Federal do Paraná, tenho duas pós-graduações na antiga metodologia do ensino médio, no caso, fundamental e médio, tenho uma outra pós-graduação em gestão, tenho outras primeiras pós-graduações que fiz na PUC. Depois várias dessas outras pós-graduações pelo estado, outros cursos.

D3. Entrevistadora: Há quanto tempo é diretora desse Colégio?

D4. Entrevistada: E eu sou diretora dessa escola há doze anos, entrei aqui dia 22 de julho de 2009 como interventora. Essa escola passava por problemas, era uma escola nova, mas que tinha uma série de problemas, tanto de abandono e destruição, então era uma escola totalmente quebrada. Apareceu até no Bom Dia Brasil²² os alunos arrancando o tampo da escola, descendo as escadas. E assim, uma escola nova, mas destruída. E eu entrei como interventora, era uma escola que tinha um péssimo índice de Ideb e hoje nós ganhamos até o título de escola diamante²³.

D5. Entrevistadora: Você passou recentemente por um pleito eleitoral, pode falar brevemente como foi?

D6. Entrevistada: Passamos pelo pleito sim, três vezes. A intervenção foi de 2009 a 2011 e a partir de 2012 nós fomos reeleitas todos os anos e inclusive agora. Nesse último pleito não teve disputa de chapa, mas os dois últimos tiveram.

D7. Entrevistadora: Você se recorda como foi a chegada do Programa do Combate ao Abandono Escolar no colégio? E o Presente na Escola?

D8. Entrevistada: Então assim, na verdade, não me recordo exatamente quando teve a chegada do Programa de Combate ao Abandono Escolar, porque desde de 2009, nós fazemos esse resgate. Por ser uma escola que ninguém aqui do bairro queria colocar seus filhos, uma escola muito abandonada, uma escola realmente violenta, quebrada, destruída, onde poucos professores se engajavam, onde os alunos desistiam, não tinham respeito, a própria comunidade não respeitava a escola e não reconhecia essa escola como sua.

D9. Então foi feito esse resgate minuciosamente, todos os dias com políticas novas e a partir desse momento, tanto eu quanto minha equipe, minha vice direção, agora hoje são dois vices. Acho que só a partir dos últimos 4 anos que nós tivemos o terceiro vice, que teve essa maior divisão.

²² Jornal da Rede Globo de Comunicação.

²³ O certificado diamante, premiação criada pela Secretaria do Estado da Educação e do Esporte (Seed-PR) para homenagear as escolas com os melhores desempenhos no último Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), realizado em 2019.

D10. Mas na escola, nós sempre resgatamos, esse resgate era diário e como sempre foi, então nós temos pouca evasão, a maioria é do turno do noturno. Nós fazemos desde 2009 períodos de transição, onde nós pegamos os alunos que estavam primeiro, nós dividimos ensino médio pela manhã, Ensino Fundamental a tarde e Ensino Médio à noite. E no outro ano colocamos todos os alunos fora da faixa etária à noite. Ficou com fundamental a noite e com todas as séries, para que eles pudessem ficar com pessoas da idade deles, para que não levassem outras crianças, os pequenos de 10 anos com os que tinham 14 ou 15 anos no que na época era 6º série passou a ser 5º ano, para que eles pudessem se distanciar, para que cada um pudesse pensar de acordo com sua faixa etária.

D11. Nós conseguimos ao longo de 5 a 6 anos colocar todos na faixa etária apropriada. Do ano passado para cá, foi o último ano que tivemos 9º ano noturno, com alunos mais velhos ainda. Então isso foi fazendo com que esses alunos mais velhos não se evadissem. Porque a partir do momento que o aluno está no meio de outras crianças. Pense uma criança de 16 anos estudando a tarde, no 7º ano com crianças de 12 ou 11 anos, algumas pensando em carrinho e tal, isso fazia com que ele abandonasse a escola, então esse pedido para secretaria de educação, para que pudéssemos abrir esse noturno com crianças, com adolescentes maiores de 14 anos. Para que eles se enquadrassem nas turmas eles tinham que ter 2 anos de distorção, e essa ação, fez com que eles retornassem, hoje nós temos pouquíssimos alunos fora da faixa etária.

D12. Então nós fazemos o resgate praticamente diário, nesse programa nós vamos na casa das pessoas, nós mandamos cartas, nós mandamos funcionários para entregar bilhetes, nós ligamos pelo *whatsapp*, procuramos no *facebook*, buscamos saber se é mais ou menos amigos de quem? A gente já entra em contato, manda mensagem, então nós fazemos uma política de resgate, parece brincadeira, mas eu sempre falo que é busca e apreensão. Nós pegamos o aluno e trazemos ele pra escola.

D13. Então aquilo que nós sentimos mais dificuldade nesse resgate do abandono, são os mais velhos, aqueles que tem mais de 18 anos, nós temos que fazer o poder de convencimento, então muitos desses alunos você não consegue, perde-se para as drogas, infelizmente. A gente não tem esse controle, porque as vezes, a vida aqui é muito difícil, e eles facilitam muito, o mundo das drogas é muito facilitador no começo, depois se torna exigente é bem atrativo

D14. A escola, o Marli Queiroz é uma referência porque nós analisamos cada aluno, o contexto de cada coisa, do que está acontecendo, para ver se ele não está usando a escola como um meio de traficar, qualquer outra coisa, então você vê realmente o interesse de tenta mudar a cabeça, quando é possível. Então esse início do Programa de Combate ao Abandono Escolar nós não temos ideia realmente porque a gente sempre fez isso para realidade da escola, hoje nós temos uma escola que não é pichada, não é riscada, não é destruída, a comunidade respeita, que tem filas imensas de espera, de todos os bairros, crianças e adolescentes de escolas particulares estão aqui, na fila de espera. Na própria escola, pais afirmando que nem na escola que eles pagavam muito, eles tinham toda essa dedicação, nós ligamos, damos atenção, ligando avisando que o aluno não está fazendo lição, que ele faltou.

D15. O que nos ajudou bastante foi esse Programa Presente na Escola, porque você vê (apesar que já vou te voltar uma coisa) você vê de forma imediata se ele já está faltando alguns dias, mas nós já tinhamos o Programa Presente na Escola, só que não online, a equipe pedagógica, toda manhã, em todas as salas a gente fazia a chamada. Em todas as salas com o livro antigo de chamada ou um aluno anotava, e aí o professor já colocava na primeira aula, no lado direito da porta os números dos alunos faltantes, então nós tínhamos através desse processo o que hoje é online, que é rapidinho.

D16. O professor da primeira e da segunda aula, ele faz a presença, onde já consta, apesar que o aluno as vezes só chega na terceira aula, na primeira aula chega atrasado, ou se for no período da manhã, dorme, se for no período da noite, pega ônibus e chega atrasado do serviço, porque hoje está muito mais complicado. Nós fazemos esse processo com esse livro de chamada, essa chamada todos os dias, e ali você tinha um espelho do que aconteceu nessa semana. Então esse programa, o Presente na Escola é imediatista, você já vê, já olha, ele é prático, porque ele já traz lá embaixo – quem está faltando? Quem é isso? Quem é aquilo? Quantas vezes faltou? Quantas faltas têm? Então ele já dá uma visão mais detalhada e o outro a gente tinha, mas as vezes o aluno chegava na segunda aula, ou as vezes ia embora e ali a gente pode ver toda essa parte, é um programa bem interessante, que auxilia bastante.

D17. Praticamente a escola já tinha a busca ativa que os programas preveem, de atitude na escola e o Programa Presente na Escola modernizou o que já era feito.

D18. Entrevistadora: Foram feitas alterações nos programas para que suas implementações fossem possíveis?

D19. Entrevistada: As adequações para implementação do programa, foi que na verdade, a gente teve que ter uma pessoa que ficasse atento no Presente na Escola. Antes, cada pedagoga tinha as

suas turmas e fazia essa verificação, então nós adequamos, nós temos um responsável para que faça essa verificação.

D20. Na verdade, você ter um programa e não ter uma pessoa responsável, você tem que ter alguém que diz “- tal pessoa, você vai fazer”, então ela sabe que aquilo é a função, e para coisas funcionarem, elas têm que estar detalhadas e as pessoas têm que saber o que elas vão fazer, a responsabilidade delas, isso mesmo. Se chegar um programa você simplesmente o deixar aberto – veio o programa e ninguém é dono de nada, ele não vai funcionar. A pessoa responsável é da equipe, da nossa equipe gestora, nós temos a equipe gestora, é um membro da equipe gestora.

D21. Entrevista: Existiu algum tipo de resistência dos professores ou da equipe pedagógica?

D22. Entrevistada: Não houve resistência aos programas, porque como já era costume, infelizmente na nossa escola nós temos poucos professores concursados e a maioria são professores que são professores contratados, PSS. Já aqueles que conseguem retornar, até entrar em toda aquela parte, que você tem que contar, falar tudo novamente, o que nós fazemos, você leva um tempinho. Em geral elas já vão se adequando rapidamente, assim, rapidamente não, depende, pois, tem pessoas que não vão se adequar nunca, que escolheram a profissão errada infelizmente. Ser professor, qualquer profissão, ela tem que vir de dentro, não adianta você cursar, fazer um curso e aquilo não estar em você, então você não vai ser bom naquilo, você não vai ser bom, eu conheço várias pessoas que fizeram mestrado e são péssimos profissionais, não servem para dar aula, por exemplo, lecionar.

D23. Entrevistadora: Houve dificuldades para fazer funcionar os programas no colégio?

D24. Entrevistada: Sobre as dificuldades de infraestrutura, como a internet, na nossa escola nós sempre estivemos um passo à frente, nós corremos atrás, então nós temos uma rede lógica muito boa, então nós sempre usamos depois que ela foi arrumada, porque se você ver as fotos do antes e depois você “- isso aí não é isso aqui”, então não tem nem comparações, nós procuramos sempre deixar a escola num patamar bom para que ela acompanhe todo esse desenvolvimento da tecnologia e informação que é muito rápida. Hoje quem ganha é quem tem informação. Se você chegar com a informação antes, você está ganhando. Antes você tinha que esperar o Jornal Nacional, hoje você tem acesso, “- puff” em segundos, está acontecendo – eu estou caindo e você já sabe que eu cai ou que eu levantei. A gente tem essa mania, as pessoas, o ser humano, tem essa mania de pensar primeiro o menos e depois o mais.

D25. Entrevistadora: Vocês tiveram algum tipo de espaço (junto à SEED) para esclarecê-las? Como isso funcionou?

D26. Entrevistada: Sobre esses avanços, desses passos à frente e a relação de apoio com da SEED acho que nós aproveitamos bem a verba que é destinada, que todas as escolas têm, nós recebemos verbas do governo estadual, do governo federal e você utiliza as verbas da forma que você entender, que achar que é melhor, o que os professores, a APMF, todos os membros, toda a comunidade escolar entende, só que quando você está dentro da escola, o nosso olhar, o olhar do professor, é detalhado.

D27. Nós perguntávamos para os professores o que devíamos comprar e tal. Perguntando para o professor o que seria melhor, para os funcionários, quando você está dentro, quando você tem entendimento de como funciona a escola, você tem mais propriedade para falar, para você dizer onde deveria usar aquele dinheiro. E nós fazíamos também venda de papel velho, tínhamos uma cantina comercial que a própria escola tocava, então esses reparos pequenos, a gente sempre fez com esse dinheiro ou então outras coisas que nós queríamos comprar de tecnologia, uma outra coisa também comprou com esse dinheiro, da cantina, então não era muito, mas a gente juntava esse pouquinho, ganhava de alguém, a escola, a nossa escola sempre foi aberta a receber a qualquer coisa de doação.

D28. Por exemplo, alguém ligou “- eu tenho livros”, as vezes os livros não são nem mais utilizáveis, são lá de 1500, fica entulhando, revistas também. O que não serve para recorte ou para alguma outra coisa, que está muito velho, a gente aproveita esses livros e também já vende como papel, isso pode comprar para a biblioteca um programa para ela, que é pago, esses programas à parte, essas coisas funcionam. Você tem que emprestar livro, outras coisas são, colocar é todo o acervo da escola, para que a tecnologia então nos auxilie nesse controle, nós utilizamos a mesma verba. Digamos assim, que outras escolas, algumas mais e outras menos recursos, dependendo do número de alunos, mas então como você viu aqui, nós usamos de uma forma a trazer coisas para atender da melhor forma os professores, os alunos, porque aqui o aluno sempre é a prioridade, sempre. Nós, conversamos sempre com o professor, várias vezes - se você se dispõe a trabalhar nessa escola, você vai ter que dar o melhor, que é para isso que você se colocou aqui, para dar o melhor. Aquele que não quer dar o melhor, no outro ano ele vai para outra escola.

D29. Porque assim, nós cobramos bastante, não é uma cobrança, só achamos que é aquela coisa, se você está se dispondo ao teu mestrado, por exemplo, você se cobra, você vai atrás, você está se

prontificando, imagine se tivesse que ficar te cobrando o tempo todo, “- e aí, já fez a entrevista? Mas é o seu trabalho, o seu nome.

D30. Entrevistadora: Quais foram as maiores dificuldades na implementação dos programas?

D31. Entrevistada: Foi aquela que eu disse, a troca de alguns profissionais que não são constantes na escola, todo ano tem essa dificuldade, todo momento traz essa dificuldade, até que ele venha, que ele entenda o que tem que fazer. Às vezes ele não dá muita importância, você fala uma vez: “- Ah professor, você pode ver o que está faltando, fazer a chamada na primeira e na segunda aula? ”, e ele responde - “ah desculpa”, então não existe isso, é a sua função, você tem que chegar, você tem que fazer a chamada, o aluno faltou, tem que comunicar a equipe pedagógica, se tiver essa mudança, as vezes no quadro funcional é o que faz a gente ter uma dificuldade, se fosse mais constante o quadro, eu acho que seria mais fácil.

D32. Nós fazemos reuniões com os professores, nós respeitamos, fazemos reunião da equipe gestora, para qualquer tipo de programa, nós sempre chamamos um professor, porque nós, nessas reuniões quando você chama o professor, é quando você sabe como o programa vai chegar lá no final da corda, que é o professor.

D33. Como ele vai participar, como é que ele está vendo o programa, qualquer programa que venha, como que ele está vendo esse programa, como é que ele entende, o que facilitaria? Então nós chamamos um professor, um responsável óbvio, um que tenha comprometimento, você tem que chamar o comprometido, se você chamar um que não tem esse compromisso, ele vai dizer que tudo é difícil, ele nunca vai dar o primeiro passo, porque você só vai saber se tentar.

D34. Você não pode ser negativo, você só vai saber se uma coisa deu certo, se você tentar, pode ser que você não consiga 50%, mas você tentou, mas pode ser que você consiga muito mais que 100%, e faça alguma coisa diferenciada que melhore sua escola. E para isso você tem que pegar todas as etapas, toda equipe, aqui o pessoal do administrativo, o pessoal, toda a comunidade escolar, enfim, todos, não precisa nem nomear, mas então toda equipe e daí você faz essa reunião, chama a equipe que se dedica, chama os vice-diretores, a equipe pedagógica e aí chamamos alguém do administrativo, chamamos um funcionário e um professor.

D35. Por exemplo, no combate à evasão, o funcionário que está no portão – quem ele está reparando lá? Quem está circundando a escola? Se o aluno vem até um pedaço - porque nós tínhamos alunos que vinham de van, desciam, davam a volta e sumiam e voltavam só na última aula quando abria o portão, só para pegar a van. Então nós tínhamos isso também, que as vezes a gente achava que era falta de um dia e não comunicava ninguém, então a atenção do funcionário é bem importante, por isso que eu estou falando que quando nós fazemos uma reunião é para incorporar todos e assim, todo mundo ficar sabendo, então nós temos toda essa organização. Se trabalharmos juntos, vai funcionar.

D36. Veja como é importante, vamos fazer uma reunião e só chama o pessoal aqui de cima, mas para isso aqui em cima funcionar, você tem que ter a base da pirâmide para funcionar, se a funcionária que está no portão, ela abre o portão para entrada e vê que lá o Joãozinho chegou e virou e depois saiu, ele e uma outra pessoa, ou se está fazendo alguma coisa, ou se aconteceu alguma coisa, ela está sempre fiscalizando, então tudo isso é o combate à evasão. Como você faz? Se tem dois, duas ou três pessoas que não pertencem à escola, que estão sempre na saída de aula, isso vai fazer com que ele chame atenção, ofereça alguma coisa para algum adolescente e ele acabe se dispersando, perdendo o interesse pela escola.

D37. Nessas reuniões quando não é para definição de estratégias, quando chega algum problema, nós fazemos uma reunião praticamente quinzenal com todo mundo, antigamente era semanal, agora passou a ser quinzenal, porque a demanda de outras coisas está bem difícil, agora para fazer tudo, então são poucos funcionários.

D38. Houve uma contratação de uma empresa terceirizada e acabou mudando um pouco dificultando esse programa, porque eles tem cargos definidos agora, teríamos que ter um inspetor em cada portão, e eles são poucos, não tem essa demanda preenchida, então acaba prejudicando o programa, como eu não tenho o inspetor que vai ficar no portão pelo menos 40 horas em cada turno, 40 ou mais, até 60 pra que ele fique no portão para ver quem está na frente, para receber o aluno, para prestar atenção, porque tem que ser sempre as mesmas pessoas que você sabe quem chega e quem sai, então se você é uma pessoa estranha a escola, vai saber, porque, por exemplo, a funcionária que está no portão, e eu vou saber “- nossa!” - Alguma coisa está chamando atenção de um aluno ou ele vem aqui pra esperar uma menininha, e tal, não sei o que, uma menina novinha – que já aconteceu, e de repente a menina não apareceu na escola porque saiu com o menino, que é entre aspas um rapaz, maior de 18, mas com aquele “bonézinho”, a gente nunca sabe a idade que tem ou qualquer outra coisa.

D39. Então você não sabe o que são, a índole dessas pessoas, e daí você acaba vendo que eles, quem era assim estudiosa acaba, mudando de atitude. Então eles vêm bem na época dessa entrada na adolescência, de 13 anos, que acabou de ser adolescente, de 12 para 13 ou 14 anos, vem pegar as pequeninhas que não tem uma cabeça feita, onde tem aquela coisa de ter que se achar linda, maravilhosa naquela idade e se alguém olhar, então tem toda essa parte aí que a gente está acostumada dentro da educação. Você tem que prestar atenção e é o que as inspetoras fazem.

D40. Isso também é um ponto, isso também, esse combate à evasão é isso e agora a gente está encontrando essa dificuldade porque tem falta desse tipo de funcionários. Não só na nossa, mas em todas as escolas. Porque daí foram divididos os cargos e a gente precisa desse tipo de pessoas, desse tipo de funcionários, a equipe ela tem que estar completa, ela tem que estar unida, cada um fazendo uma parte.

D41. Às vezes eu ou os funcionários estão no bloco e daí “- ah, porque fulano faltou, saiu com ciclano da sala, foi na casa de outra pessoa”, que já aconteceu, adolescentes diferentes, que saíram, que vieram para a escola, disseram para os pais, como a mãe ia trabalhar foram na casa dessa pessoa, de outro aluno, nós comunicamos, ligávamos para os pais e perguntava “- fulano veio para a escola hoje?”, “- ah, não, meu filho está na escola” e comunicávamos que não, ele não está na escola.

D42. Às vezes também eles falam o nome de alguém e a pessoa está em casa, está doente, eles acabam assustando, apavorando alguém. Então você pergunta primeiro se veio para escola e depois se for afirmativa, diz “- pois, é, nós sabemos através de outros que eles não entraram, que eles estão na casa de ciclano”, você avisa.

D43. É porque na verdade, se ele não entrou a responsabilidade é dos pais, mas é nossa também porque nós ouvimos dizer que, então nós vamos investigar, então isso também é uma das coisas para o combate, você ficar sempre atento. É que assim, agora ficou mais difícil por causa do nosso quadro de funcionários, mas é a grande dificuldade.

D44. Entrevistadora: Para você, quais os principais pontos positivos dos programas? E negativos?

D45. Entrevistada: A parte positiva é mais a parte é, online que já facilitou a vida, foi uma coisa bem positiva. O ponto negativo no programa, talvez só essa parte de ter que ficar repassando as coisas para os professores, mas não é o programa. Seria uma política do estado, uma coisa de contratação, mas o programa, ele é bem positivo.

D46. Hoje, o acompanhamento que nós temos da SEED, é a tutoria pedagógica. Toda semana nós temos um acompanhamento da tutoria, não posso dizer se é positivo. É para nós, para nossa escola a tutoria ela faz um repasse, geralmente do que a secretaria quer, para discussão. Eu vejo assim que é repasse, um momento para discussão nessa tutoria pedagógica, mas que podem até levar o que nós pensamos, que muitas vezes a gente pensa diferente, que não é bem aquilo, as vezes você implementa e quer que a gente faça, mas acho que o que falta um pouco, que eu acredito enquanto tutoria, nesses programas, é que eles deem um tempo para que ele dê um resultado. A cobrança é muito imediata, eles são muito imediatistas, eles não sabem as dificuldades que você tem, ele tem que dar um tempo, ele nem acaba de fazer aquilo e já está pedindo outra coisa, ele já modifica o programa, alguma coisa no meio do caminho, então essas mudanças, você acostuma, o professor acostuma e de repente “pow” mudou.

D47. E quer saber dos resultados, então essas coisas não são assim, porque essa escola tem mais de 1600 alunos e você tem um tempo para fazer tudo isso, e esse ano ainda as coisas se complicaram, o ano passado e esse ano, por causa da pandemia, então muitas crianças mudaram, outras os pais faleceram, outras foram com a avó, bastante gente se separou, muita gente se separou, acho que a convivência não foi fácil, muitos pais descobriram que tem filhos, nem lembrava que essas crianças existiam, esses adolescentes existiam, que tinham tantos problemas, porque como eles estavam trabalhando e as crianças estava na escola eles saíam e viam só 30 segundos por dia. Então meu filho é um amor. Porque assim, você chamava, “- olha aconteceu tal coisa, tal coisa, teu filho está gazeando” – dentro da própria escola as vezes e eles diziam “- Meu filho não, meu filho até lava a louça”, até lava a louça, então assim, essa pandemia trouxe essa aproximação da família e também o afastamento da família, teve até pai se suicidando aqui na escola.

D48. Foi muito forte e aconteceram muitos abusos também, de vários tipos de violência, dentro da nossa comunidade com alunos, com a família, entre eles, acho que não só aqui, mas é, no mundo inteiro. Porque a violência, ainda mais para a parte que é mais fragilizada, que somos nós as mulheres ou então qualquer um. Então assim, muitos abusos, que as pessoas ficaram com vergonha, mas você acaba descobrindo quando os pais vêm aqui, por hematomas e um monte de coisa, um monte de coisa que eles não vão falar.

D49. É um olhar diferente são 20 anos que sou diretora, 12 aqui, são mais de 30, quase 40 anos de magistério, 38 anos. Então, mas é que quando você gosta daquilo, você enxerga. Inclusive, acho que

vai ser muito pior a evasão e o abandono, está sendo nesse período de retorno, porque tem pessoas que a gente não tem, não sabe, o conselho tutelar, ninguém sabe onde mora, onde foi, então as pessoas que abandonaram mesmo a escola e que nós não conseguimos e não foi por falta de procurar, de colocar no SERP, que o SERP é uma ferramenta utilizada, para que eles possam buscar essa criança, ou esse, ou esse estudante. É que para mim qualquer idade é criança, é tudo aluno.

D50. Entrevistadora: Quais foram as mudanças causadas no cotidiano escolar provocadas pela implementação dos programas?

D51. Entrevistada: Falando um pouco sobre as mudanças causadas pelos programas, pelas ações que já existiam, as principais mudanças que são possíveis de apontar, são as relacionadas à tecnologia que é mais rápida do Programa Presente na Escola, que a gente tem uma visão rápida, que você pode agir mais rapidamente e quando você tem uma pessoa que está cuidando daquilo você pode fazer uma interferência muito mais rápida, é que assim, a interferência traz o aluno.

D52. Entrevistadora: É possível afirmar que com os programas os índices de abandono escolar do colégio reduziram? No que se refere ao contexto social, no dia a dia familiar dos alunos, é possível apontar mudanças trazidas pelos programas?

D53. Entrevistada: Com relação aos programas e o impacto deles nos índices, é importante considerar que como a gente já fazia, mas ele melhora, com certeza ele melhorou o índice, esse programa traz melhoras no índice de abandono, o Presente na Escola. Isso com certeza.

D54. Tem uma palavra que eu não gosto muito, mas eu vou usar, parece meio chavão, esse tempo de pandemia é tudo atípico, parece chavão, “- ah, é um momento atípico”, é uma palavra que eu não gosto muito de usar “atípico”, acho que ele é muito largo, mas independente desse programa, esse tempo de pandemia, nós não temos um referencial, talvez agora para sua dissertação, para sua, não é dissertação acho que ela vai ficar, você tenha que se prender mais nessa parte, não é um referencial.

D55. Para nós que fazíamos tudo isso antes e para nós agora, também é difícil, porque você pergunta “cadê fulano”, aí você liga para mãe, para dar aquela bronca, “- cadê teu filho, não sei o que? Ela responde “- ele está no remoto”. Você responde “- nossa, mas ele está no remoto, mas ele não está entrando”, “- eu deixei ele acordado em casa”, então o pai mesmo já dá a resposta, os pais mesmo já colocam a pergunta, então eles ficam a madrugada jogando e os pais mesmo acobertando.

D56. Falei para um pai que foi assim meio querido comigo, para ele assim “- então, sabe qual a diferença do seu filho, que passou fazendo essa avaliação de uma folha, que é o “se liga?””, ele falou “- ele vai passar do mesmo jeito”, qual a diferença de um aluno que faz um aluno que faz uma avaliação de uma avaliação só, o Se liga, para um é, aluno que fez? – Esse vai dar sequência da melhor forma na vida dele, ele vai ter o conhecimento, ele pode prestar um concurso, ele pode restar qualquer coisa, porque ele vai saber, e esse não vai ser nada. Esse só tem o papel. Então um vai ter o papel e o outro vai ter um conhecimento.

D57. O que faz a diferença na sua carreira hoje, é o que você faz de diferente, o teu potencial que é diferente dos outros, hoje uma faculdade você encontra em todas as esquinas, o papel você faz “- ah, vou fazer aqui a distância”, mas o que vai fazer, porque o papel você tem, o que vai fazer a diferença, entre você e uma outra igual a você? Que cursou a mesma coisa, é o que você cursou de diferente, o que você leu, uma língua que você aprendeu diferente, o teu desempenho, a tua facilidade em conversar ou não, isso vai fazer a diferença na tua carreira.

D58. As ações que você tem com você mesma, você não está fazendo isso por você, a partir do momento que você achar que você está estudando para você, que você está fazendo alguma coisa e é pra você, você vai ser a melhor naquilo que você faz, então quando você e uma outra pessoa que estudou com você competirem para entrar em um programa, alguma coisa, você vai ter o conhecimento, o algo a mais a oferecer e o outro não vai ter, esse diferencial que vai te colocar em outro patamar.

D59. Entrevistadora: Muito obrigada! Vocês trouxeram coisas que eu não imaginava, eu fui até a escola, você falou que era interventora, mas eu não sabia por que eu “- nossa, a escola está tão bonita”, foi acho que em 2019 que eu fui na escola, não parece que passou por uma intervenção.

D60. Entrevistada: nem o giz, tudo pichado, se você olhar na internet no youtube – colégio Marli Queiroz em 2009 você vai ver os alunos descendo assim, um quebra-quebra, no Jornal Nacional, Bom Dia Brasil, essas coisas você vai ver ou você vai ver os vídeos que eles postaram, uma escola totalmente destruída. Eu tive uma reunião com alguns pais e falaram “- bacana a gestão de vocês, adoramos tudo”, conversando, então assim, nós passamos por eleição, e eu sou uma pessoa bem exigente, não tenho muita paciência, não é paciência, se eu tiver que eu falar, eu vou falar para você.

D61. Poxa, veja hoje que eu dormi pouquíssimo ainda, fui dormir umas 3 horas da manhã, nem dormi umas 3 horas e meia, estou o dia todo na batalha.

D62. Entrevistadora: Mas que bom, tem funcionado. Se eu posso dizer parabéns, eu deixo aqui meus parabéns, porque é muito legal ver isso e obrigada pela receptividade de vocês, porque, hoje em dia fazer pesquisa está muito difícil e o tratamento que vocês me deram, eu tenho que agradecer muito, muito mesmo. Muito obrigada!

D63. Entrevistada: Olha, não precisa, se for para melhorar se for para ter alguma coisa melhor, com certeza tem meu apoio, se fosse um coisa ruim não teria.

ANEXO 20 – ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Esta entrevista foi realizada no dia 25 de agosto de 2021 e teve início às 19 horas e 45 minutos, contudo teve de ser interrompida logo no seu início, pois o professor precisou adiantar uma aula. O retorno foi às 20 horas e 15 minutos, foi realizada através da plataforma *Google Meet*, e gravada através da própria plataforma e uma segunda gravação através do *software OBS Studio*. A duração da entrevista foi de aproximadamente 31 minutos.

Para a realização da entrevista utilizamos as perguntas sugeridas por Mainardes (2006) no que se refere ao contexto da prática, ao analisar as questões orientadoras, construímos questões a serem feitas para o entrevistado. As perguntas a seguir, além de lidas, foram projetadas através da plataforma em slides:

1.
 - Qual a sua formação?
 - Você é concursado ou PSS?
 - Há quanto tempo leciona? E nessa escola?
2.
 - Você se recorda de como foi a chegada do Programa de Combate ao Abandono Escolar no colégio?
 - E o Presente na Escola?
3. Foram feitas alterações (que você sabe) nos programas para que suas implementações fossem possíveis nesse colégio?
4.
 - Houve dificuldades para fazer funcionar os programas no colégio?
 - Se sim, vocês tiveram algum tipo de espaço para esclarecê-los? Como isso funcionou?
5.
 - Quais foram as maiores dificuldades na implementação dos programas?
 - Quais os principais pontos positivos dos programas? E negativos?
6. Quais os principais fatores que na sua opinião fazem um aluno abandonar a escola?
7. E na sua opinião, o que faria um aluno não abandonar a escola?

8. Você acredita que a disciplina de matemática influencia de alguma forma o abandono escolar?
9. Existe apoio da equipe pedagógica e da direção do colégio, no sentido de apoiar a implementação dos programas?
10. Quais foram as mudanças causadas no cotidiano escolar provocadas pela implementação dos programas?

Após a leitura desta carta, que está disponível a seguir:

Esta entrevista é parte de uma dissertação de mestrado, da aluna Leticia Menegusso, que é orientada pelo Prof. Dr. Emerson Rolkouski, no curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática.

A dissertação tem como objetivo analisar os programas de combate ao abandono escolar em vigor na rede estadual de educação do Paraná. A pesquisa utiliza-se de uma orientação metodológica que se intitula - Ciclo de Políticas.

O entrevistado terá a garantia de anonimato. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador. Após a realização da entrevista, o entrevistado receberá o Termo de consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética CAAE: 43881421.0.0000.0102, para a autorização do uso da entrevista na dissertação.

Após isto, foi solicitada a permissão para gravar a entrevista, a qual será transcrita a seguir, para que nas análises seja possível citar fragmentos da entrevista, cada parágrafo recebeu um código, neste caso é o número referente ao parágrafo, precedido da letra P (professor):

P1. Entrevistadora: Qual a sua formação? Você é concursado ou PSS? Há quanto tempo leciona? E nessa escola?

P2. Entrevistado: Sou licenciado pela Universidade Federal do Paraná, desde 2000, tenho pós-graduação em Metodologia do Ensino da Matemática pelo IBPEX²⁴ essas são as minhas duas formações. Atuo como professor do quadro próprio de magistério do estado do Paraná - QPM, desde 2003. Atuei antes desse período de QPM, 5 anos como CLT, carteira de trabalho dentro do estado, ainda como acadêmico. Quando eu estava saindo da Universidade abriu o concurso, e deu certo, passei no concurso. Então leciono desde 1998, são 23 anos que leciono., 23 anos na rede pública e 17 anos na rede particular.

P3. Como o Marli²⁵ fica longe da minha residência e as aulas a noite estão escassas, na região norte, região norte não, na escola em que tenho lotação desde 98, não tem mais aula à noite, eu vim buscar aqui na região sul de Curitiba onde o público é maior, tem uma oferta para aulas à noite para matemática, porém no Marli é meu segundo ano, segundo ano aqui, são minhas aulas extraordinárias. No período da tarde sou diretor auxiliar do Colégio Estadual Paulo Leminski, no Tarumã.

²⁴ Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão.

²⁵ Colégio Estadual Marli Queiroz Azevedo.

P4. Fica em frente ao Detran, atuo ali desde 98, desde o ano passado eu estou diretor, no período da tarde. Está sendo legal o aprendizado, mas está sendo de suar a camisa.

P5. Entrevistadora: Você se recorda de como foi a chegada do Programa de Combate ao Abandono Escolar no colégio? E o Presente na Escola?

P6. Entrevistado: Sobre a chegada dos programas – Programa de Combate ao Abandono Escolar e o Presente na Escola, no Marli Queiroz já era instituído, já tinha esse processo, e eu já estava acompanhando no Paulo Leminski esse tipo de combate ao abandono, como era feito esse processo, né? Esse processo era feito com as chamadas no começo dos períodos, para quem trabalhava a tarde por exemplo, o professor marcava no quadro os alunos faltantes. Mas essa dinâmica de fazer assim os alunos faltantes, marcar num caderninho, ter um controle de 5 faltas seguidas ou 7 alternadas, que nós temos como um padrão de controle, ele agora está sendo solidificado com o Presente na Escola, porque como o sistema é todo integrado, o RCO que é o Registro de Classe Online, ele faz todo esse processo.

P7. Essa organização é feita semanalmente e eu falo isso como diretor, dificilmente o professor da escola acessa isso, semanalmente nós temos acesso aos relatórios de presenças e percentuais de alunos que não estão participando das aulas. Isso nós vamos até conversar em uma reunião com os professores do Paulo Leminski, reiterando a ideia de que tem que fazer a chamada nos primeiros momentos da aula e isso tem sido, alguns professores têm sido resistentes a isso. E eu como professor e sabendo da obrigação e até da importância da escola, eu faço sempre, a primeira coisa, cheguei na sala deu uns 10, 15 minutos, e vejo que é esse o grupo, eu faço a chamada, independente da aula. O meu RCO está impecável.

P8. O RCO é complicado, se você atrasar vira uma bola de neve. Eu prefiro o RCO do que o livro chamado físico. Primeiro que minha letra é horrível, no quadro vai muito bem, obrigada. Mas no caderno, meu Deus e as pedagogas odiavam.

P9. Entrevistadora: Houve dificuldades para fazer funcionar os programas no colégio?

P10. Para a implementação dos programas quando começou essa preocupação, em relação em realmente colocar, tabular os dados, para mostrar quantas pessoas, nós não tivemos muitas dificuldades, pois sempre tivemos internet, nós nunca tivemos problemas, tudo que foi implementado, foi de uma forma crescente.

P11. Como que era o controle na outra escola? A inspetora de corredor, passava aula a aula, na primeira aula, fazia uma chamada. Eu vejo que a funcionária daqui faz exatamente a mesma coisa, ela entra na sala, faz uma breve chamada. O grande problema é que aqui no Marli Queiroz, no período noturno não tem uma grande participação dos alunos online.

P12. No ano passado eu promovi, uns 12 *meets* por turma, eu tinha só turmas de 2º ano, eu não tive nenhum aluno do 2º ano, no ano passado. Nesse ano a coisa mudou da água para o vinho. Eles vieram, claro que não o número que gostaríamos, mas melhorou.

P13. Ainda aqui no Marli eu vejo ainda acontecer a chamada porta a porta, mas nós professores fomos informados da importância e da responsabilidade que cairia em nossas costas, veio assim, “- olha, de acordo com a resolução tal, você tem que fazer, sob pena de...” entende, então temos que fazer.

P14. Para mim é natural, mas tem gente que gosta para deixar para depois. A gente sabe que é um registro de controle do Estado, a gente sabe que eles estão preocupados com isso, com o percentual, principalmente num período de pandemia.

P15. A dificuldade de no colégio de os professores não fazerem o registro online, eu acho que no Marli Queiroz roda tranquilo, acho que roda melhor. Eu vejo lá no outro colégio que eu sou diretor auxiliar que as coisas não são tão fáceis assim. E ali não são 100%, eu creio que no Marli não seja também, mas o índice é bem menor de professores que não fazem do que no colégio que eu estou lá no Tarumã. Então é isso.

P16. Sobre os problemas de implementação, o problema não é programa. Ele funciona bem, de controle, o problema é o pessoal achar que não dá nada faltar e é uma coisa que virou quase que um ciclo, ciclos. Entra ano e sai ano, nós sabemos que o aluno vai chegar no final do ano e pensar assim “- nossa, eu vou lá porque no final do ano vai rolar um projeto chamado “Se liga”²⁶ e tá tudo bem”, vamos fazer uma provinha, a gente dá aquela revisada.

P17. Isso é uma coisa chamada cultura, se for parar para pensar, é cultural e impregnou. O adolescente hoje em dia acha que ganhar dinheiro, basta você trabalhar, sei lá, no comércio, comprar seu celular, sua moto e acabou, a vida está feita. E não é isso, é adquirir cultura, perspectiva de futuro, eu falo isso porque eu tenho dois filhos adolescentes e eles precisam ter essa noção de que a vida não é só esse mundinho que a gente vive. Infelizmente eles não olham muito para o futuro, eles são muito imediatistas.

²⁶ Programa do governo do Estado do Paraná.

P18. Entrevistadora: Vocês tiveram algum tipo de espaço para esclarecer as dúvidas? Como isso funcionou?

P19. Entrevistado: Sobre os espaços sobre esclarecimentos de dúvidas, acredito que em vários momentos, em todas as reuniões pedagógicas, agora que são online, nós falamos sobre os programas, o Presente na Escola é o carro chefe. Inclusive na reunião de amanhã já está nos nossos slides, está falando sobre o presente na escola, a gente vai pegar pesado sobre isso. Vai ter que ter um controle, porque nós somos cobrados como diretores e como professores temos que cumprir, com certeza.

P20. Entrevistadora: Quais os principais pontos positivos dos programas? E negativos?

P21. Entrevistado: Os pontos positivos o que podemos ter é o olhar atento do colégio para as ações da sociedade. Todas as escolas do estado e eu trabalho na rede particular, na rede particular a evasão é mínima. Dificilmente nós contamos nos dedos de uma mão quantos alunos faltam um ou dois alunos. Agora na rede pública, isso infelizmente é o contrário. Eu vejo assim, que é na parte que a rede pública precisa sim, apesar que na rede particular tem esse controle também. Tem uma pessoa passando na escola, na primeira aula, sempre para ver quem está faltando e eles fazem uma planilha para ver se não são os mesmos, porque o Conselho Tutelar está aí, batendo a porta.

P22. Em qualquer escola pública ou particular. Mas nesse caso, quando a gente fala sobre os pontos negativos, não sei se teria um ponto negativo. O que de repente, talvez o tempo, tem muitos professores que não gostam de fazer a chamada ali, porque exige o tempo da aula. Eu me dou muito bem com relação ao RCO, deu ali, por exemplo, 30% da aula, eu já abro meu RCO ao mesmo tempo faça a chamada, passo um exercício. Acho que é uma questão de organização de cada professor e cada professor vai ter esse olhar, então depende muito.

P23. Sobre as indicações da tutoria, não sei se a gente pode encarar porque essas mudanças bruscas, a tutoria nós temos lá no outro colégio também, não é o mesmo tutor daqui, mas as exigências são as mesmas, os pedidos, as solicitações são exatamente os mesmos. Eles pedem para que façamos planilhas, nós temos aqui para ter uma ideia, chegou para as últimas semanas a observação em sala de aula.

P24. A observação consiste em o diretor entrar em sala e avaliar, avaliar que eu digo não, porque ele vai interferir na aula, vai dizer “- porque o senhor está fazendo errado ou o senhor está fazendo certo”, ele vai fazer apontamentos, depois para fazer a devolutiva para o professor junto com a equipe. Para fazer esse tipo de situação, hoje inclusive, eu acho que eu tenho uma avaliação aqui no Marli. A pedagoga entrou em contato comigo e disse “- Professor, tudo bem fazer a tua avaliação para tua aula?”, eu disse “- tranquilo, a hora que precisar não precisa me avisar”, porque eu já estou acostumado. Na escola particular a gente faz essas avaliações sempre, e não é de ontem e nem do ano passado, faz muitos anos que a gente faz isso, na rede pública que a gente não tem esse conceito, mas que os professores parecem ser arredios a esse tipo de prática. Parece que é aquele caráter fiscalizatório, de estar fiscalizando o que o professor está fazendo, mas, na verdade quem trabalha bonitinho não vai ter problema, a gente sempre fala isso.

P25. Isso aconteceu quando começou o presente na escola, eles tinham esse sentimento de que o tutor ia fiscalizar a escola, mas eu entendo o tutor como sendo um parceiro, porque assim, eu vejo que na tutoria eles estão juntos no mesmo barco, vamos dizer assim, e eles entendem as aflições da escola, os problemas da escola.

P26. Eles entendem, eles querem achar soluções para os problemas, claro que eles precisam levar vários dados para a secretaria de educação, esse que é o grande problema. Eu fiz o curso de direção e nossa, a quantidade de incumbências que nós temos para fazer é absurda, eu disse assim “- gente, se eu for fazer tudo isso acabou. Não vou sair da minha sala”. Ainda mais diretor da tarde, de Ensino Fundamental tem que estar no corredor, mas a gente tem que fazer aquela agenda nossa - O que eu vou fazer no primeiro horário? No segundo horário?

P27. Hoje por exemplo, faltaram 5 professores na escola que eu sou diretor, com metade, hoje eu falei para a tutora que estava hoje lá no colégio, que 5 professores faltaram, nós estamos com metade dos agentes educacionais que poderiam cuidar, porque foram cortados os agentes PSS, então assim, infelizmente o governo, nesse caso está fazendo vistas grossas em relação a isso. O problema que está na escola, parece que ninguém está vendo, então está tudo bem, porque está intramuros e o que está acontecendo do grande problema é o adoecimento da equipe, eu digo adoecimento da equipe quando digo – professores, funcionários, pedagogas. Eu estou vendo uma equipe adoecida, o excesso, a carga excessiva. Então é uma coisa que me deixa preocupado, gera os atestados, eu vejo os professores pedindo atestado e de repente pegam licença e quando não faleceram de covid-19, porque muitos colegas meus faleceram de covid-19, então assim, é um momento difícil, esses dois últimos anos foram muito difíceis. Muito complicadíssimos.

P28. E além de tudo, tem que se cuidar com covid-19 ainda, mas total prevenção, as escolas estão superpreparadas, pelo menos eu acho.

P29. Entrevistadora: Quais os principais fatores que na sua opinião fazem um aluno abandonar a escola?

P30. Entrevistado: Os principais fatores que levam o aluno abandonar a escola eu posso dizer que na esfera pública, pensando na realidade Marli Queiroz, eu penso que é a questão econômica, então muito alunos que estão aqui hoje à noite, eles chegam muito atrasados, por exemplo, chegam para o terceiro horário. E eu pergunto “- escuta, porque você chegou atrasado?”, responde “- Professor, eu estava trabalhando”. Eu disse, “- mas você não pode conciliar, pegar o mesmo horário de trabalho e o horário de estudo.”, e ele responde, “- mas professor, se eu fizer isso ninguém come lá em casa.”

P31. Então eles são responsáveis, ou então coparticipa com a renda da família, então a gente, o professor ele tem que entender esse lado, o lado social da história. Então não são alunos que vem direto, claro que tem muitos alunos que vem direto para o colégio, estão saindo de casa e vem para o colégio, mas tem o grupo de trabalhadores, que trabalharam o dia inteiro, manhã e tarde, pegaram uma parte da noite e chegaram tarde e ainda saem cedo porque tem que pegar ônibus depois para voltar

P32. Aqui tem uma coisa, a comunidade que está no entorno do Marli Queiroz é a maioria, no outro colégio que eu tenho, lá a comunidade é de outras cidades, é de Piraquara, é de Pinhas, e usam o ônibus. Pegam o ônibus 11 horas por exemplo, vão chegar meia noite, meia noite e pouco, ou seja, são realidades de transporte, são realidades sociais, eu já tive situações do tipo: o aluno não tem dinheiro para a condução, ou ele compra comida ou ele compra a passagem.

P33. E a gente já chegou a ajudar alunos assim, para não perder o aluno, porque são alunos muito bons, fazer vaquinhas. É uma realidade da vida. Se vocês soubessem o que os diretores fazem, pedagogos fazem pra manter esse direito dos alunos de estudarem, a gente move montanhas, mas ao mesmo tempo a gente vê que tem o lado contrário de que eles acabam se atrapalhando, dizendo assim “ah, vou deixar o estudo em segundo plano” com essa coparticipação, com o celular a gente fez isso, fez uma arrecadação de celular para poder trabalhar, para que todos tivessem acesso, não conseguimos tanto, conseguimos uns 6 usados isso na outra escola, mas e eu sei que a Tânia também faz as coisas aqui.

P34. Eu sempre falei “- porque o Estado não facilita a compra, de repente uma compra de aparelho celular para os alunos da rede pública e ponto”, não falo nem dos professores, eu sei que os professores têm essa vontade. Um aparelho eletrônico, tira os impostos, por exemplo, vamos, não precisa muito. Não digo tirar 50%, mas tira os impostos dos aparelhos, para facilitar esse processo ou até a rede de internet, que o grande do problema dos nossos alunos aqui não é nem o aparelho, eles até têm o aparelho, só não tem internet, que é cara.

P35. O plano do *whatsapp* funciona, mas o governo do Estado prometeu, pelo aplicativo Aula Paraná de não ter base de dados, mas não sei se funciona direito esse processo. Muitos alunos reclamaram que não funciona, aí você vai tentando ajudar.

P36. Além do fator econômico, acredito que o descrédito que a Educação tem perante a vida dos adolescentes, hoje eles analisam que estudar não vale a pena, isso dos alunos do ensino médio, porque eles se deslumbram aquele mundo do comprei, estou trabalhando, ganhando 1000 reais por mês e resolvido

P37. Mas eles estão sendo sustentados pelos pais por enquanto, enquanto não tiver que pagar água, luz, telefone, está tudo bem, agora, vai chegar uma hora que a conta chega. Então, infelizmente eu falo isso porque eu tenho filho adolescente, porque eles ficam deslumbrados com *youtubers* que ganham milhões, eu digo “- está certo, mas ele é 1 em quantos?” Então, esse que é o grande problema que nós temos, eu acho que isso, além do fator social, de distancias, de não ter dinheiro para passagem, em de repente decidir entre comida ou não.

P38. Eu vejo o pessoal que vem com realmente aquela vontade, aqui tem lanche, o lanche é bom, em todas as escolas públicas o lanche é bom. Eu vejo que a tarde a piazada vai com fome mesmo, ah fala assim, “hoje tem pão com doce com suco de uva”, por exemplo, nossa! Lota o refeitório. Só que a gente tem o limite de 40 e poucas pessoas por vez.

P39. Vejo que também tem isso, as vezes as crianças vão sem comer, a gente tem que dar um jeito eles falam “- ah prof., está doendo minha cabeça”, eu digo assim “- o que aconteceu? Você comeu?” , o medo que eu falo é que se o cara disser assim “comi”, aí me dá medo. Se não a gente resolve.

P40. Entrevistadora: E na sua opinião, o que faria um aluno não abandonar a escola?

P41. Entrevistado: Não adianta só apontar as coisas, tem que ver as soluções. Eu vejo o seguinte que de repente, algo que bom, a pandemia acabou com muita coisa. Muitos têm medo, não é nem pelo fato de não querer vir, é medo mesmo. Até porque muitas pessoas morreram, ter um ambiente assim de coisas mais legais, a parte metodológica, que eu vejo que a educação evoluiu horrores. Eu vejo como aluno de matemática, meu Deus, se eu tivesse tudo o que eu tenho como professor, se eu tivesse recebido isso quando era aluno, tudo isso seria muito bom.

P42. Eu digo isso “gente, você tem tecnologia, você tem um *jamboard*²⁷, você tem um *geogebra*”- que eu uso muito em matemática, eu estava usando agora a pouco com meus alunos do 2º ano, falando sobre gráficos. Eu uso muito aplicativos, uso o *photomath* que é uma alternativa viável, porque o *photomath* colocou no celular, mostra resolução de equações, é um parceiro e tanto.

P43. Então assim, nós temos ferramentas, eu vejo assim, que nós estamos dando muitas ferramentas, dando muitas oportunidades, inventando coisas, mas aí também depende da vontade.

P44. Para as crianças do fundamental, ir para a escola é um presente, o médio o pessoal já pensa em tortura. Engraçado, porque o novo ensino médio está vindo ainda para desmistificar tudo isso, para que os alunos entendam que o ensino médio serve para a pessoa crescer como uma carreira, pensando no futuro, vamos ver! Tomara que dê tudo certo, eu estou torcendo para isso.

P45. Enxergar a educação não como sofrimento, mas como uma evolução de si próprio. Isso é bacana.

P46. Entrevistadora: Você acredita que a disciplina de matemática influencia de alguma forma o abandono escolar?

P47. Não acredito que a disciplina de Matemática influencia no abandono, eu acredito que a disciplina de Matemática é intrinsecamente difícil perante outras, mas eu vejo também a atenção que se dá a disciplina de Matemática ela é bem grande. Em toda escola, por exemplo fala muito da questão da Matemática, é muito o olhar da Matemática e da Língua Portuguesa, as duas.

P48. E a Matemática hoje nós podemos trabalhar de várias formas. Nossa, tem tanta coisa boa para trabalhar. A empatia com o professor também tem a ver, eu tento ter uma relação com o aluno muito boa, para que a gente possa ter esse contato. Se não, morre ali, o aluno vai dizer “- o professor é chato, a matéria não é fácil” – aí é ladeira abaixo. Mas eu não creio que ela influencia o abandono escola, aí é a educação como um todo. Mas a dificuldade dela, se o professor não souber lidar, ela pode atrapalhar.

P49. Entrevistadora: Existe apoio da equipe pedagógica e da direção do colégio, no sentido de apoiar a implementação dos programas?

P50. Com relação ao apoio da escola, toda vez que você precisa de alguma coisa para fazer diferente, com certeza a equipe pedagógica apoia, é só você procurar. A maioria dos professores vivem no mundo de fazer sua metodologia, seja online, seja ela com jogos. Acho que aí o professor ele tem muito autonomia, mas se ele precisar de ajuda no colégio tem, em todo colégio tem.

P51. Entrevistadora: Quais foram as mudanças causadas no cotidiano escolar provocadas pela implementação dos programas?

P52. Entrevistado: As mudanças que os programas de combate ao abandono causaram no dia a dia, é sobre a exigência de chegar no horário, os horários de chegada, o cumprimento em relação a chamada, por exemplo, porque a chamada agora ela modificou, ela tem: comparecimento, falta e quem está no remoto, é o novo *layout*, ele mudou aí no último mês, para ter um controle melhor.

²⁷ O Jamboard é um quadro interativo desenvolvido pelo Google, como parte da família G Suite.